



## **CADERNOS PELA DEMOCRACIA - 10**

Uma publicação do Mandato  
Marília Campos sobre a conjuntura  
política Brasileira

# **Precisamos discutir a desigualdade no Brasil**

O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Mais que discutir a desigualdade, precisamos colocar a luta pela igualdade no centro da agenda política nacional

**Marília** PT **Campos**  
Deputada Estadual



# Índice

<b>Apresentação:</b> A igualdade enquanto projeto de desenvolvimento econômico e social, como princípio ético e como forma de vida .....	05
<b>Parte 1</b> – A desigualdade no Brasil a partir de relatos concretos de países mais igualitaristas (Alemanha e Suécia) e a necessidade urgente dos socialistas no Brasil resgatarem a igualdade como sua identidade .....	15
<b>Parte 2</b> - A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Publicamos a íntegra do estudo da Oxfam Brasil (sem as tabelas e gráficos), bem como os dados da PNAD 2016 e outros artigos e entrevistas que tratam da desigualdade no Brasil .....	25
<b>Parte 3</b> - Impostos e juros no Brasil. Dentre os países da OCDE, Brasil é o segundo que mais tributa os pobres (consumo) e é o último que menos tributa os ricos (renda e propriedade); mesmo com forte recessão, Brasil é um campeão mundial de juros reais .....	111
<b>Parte 4</b> - A igualdade e sua dimensão ética. Renato Janine Ribeiro: “Algo nos corrompe: a injustiça social. A insensibilidade e o desdém com o sofrimento dos mais pobres é o caldo de cultura da corrupção” .....	139
<b>Parte 5</b> - O sentimento de igualdade e a defesa de uma vida austera como uma forma de vida, de ser de esquerda na prática. Como diz Pepe Mujica: “Os governos republicanos deveriam se parecer cada vez mais com seus respectivos povos na forma de viver e na forma de se comprometer com a vida” .....	151



## **Apresentação: A igualdade enquanto projeto de desenvolvimento econômico e social, como princípio ético e como forma de vida**

O Mandato Marília Campos (PT/MG) tem se destacado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo seu compromisso de combater a desigualdade e pela adoção em Minas e no Brasil de uma sociedade mais justa e igualitária. Para ampliar este debate, reunimos nesta cartilha uma ampla seleção de estudos e textos sobre a desigualdade no Brasil e propostas de como reduzi-la radicalmente. Os textos tratam da desigualdade de renda e de riqueza; de gênero e de raça; de acesso aos serviços públicos; e regionais e intra-regionais. Tratamos da luta pela igualdade enquanto projeto de desenvolvimento econômico e social, como princípio ético e como forma de vida.

**A desigualdade a partir de relatos concretos da Alemanha e Suécia. São depoimentos constrangedores para nós, da esquerda brasileira.** Tratamos na parte um desta cartilha, em três artigos e entrevistas, de depoimentos concretos de países mais igualitaristas, como nos casos da Alemanha e Suécia. Pode-se dizer que são países mais ricos, que são favorecidos pela divisão internacional do trabalho. Mas não vamos discutir simplesmente riqueza, mas como ela é distribuída. Ou seja, o Brasil é mais pobre que os dois países citados, mas a distribuição de renda é muito pior. Veja o depoimento da brasileira Ligia Fascioni, que vive em Berlim: "Mesmo assim, dá para dizer uma coisa que vale para o país todo e que talvez deixe muita gente aí no Brasil chocado: a diferença entre o salário de um operário (ou caixa de supermercado) e de um diretor de empresa é, no máximo, 6 vezes. Isso inclui funcionários públicos de alto escalão, professores universitários doutores, juízes e médicos. É claro que estou falando da maioria da população alemã. (...) Profissionais qualificados, depois do desconto de 40% ficam retidos para os impostos, aposentadoria e plano de saúde obrigatório, tem renda líquida de 2 mil euros. Pois é, não sobra muito.(...) Os alemães não têm muita sobra no orçamento, como se pode ver; mas adoram viajar e ler. Então, lavam e passam a própria roupa, fazem a própria comida e limpam a própria casa. Aqui não tem pet shop para dar banho em cachorros; os próprios donos se encarregam disso. Os professores da minha escola são altamente qualificados (a escola é uma das que melhor paga);

pois todos levam marmita e ninguém acha feio. Andam o máximo que podem de bicicleta e, no inverno, de transporte público. Os que têm carro usam modelos menores (aquelas horrosidades gigantes com vidro fumê e ar condicionado ligado no máximo quase não tem aqui, para minha felicidade). Os prédios não têm porteiro e uma vez por semana vem uma empresa terceirizada varrer as escadas.(...) O primeiro ministro da Suécia de centro-direita, que governou o país de 2006 a 2014, dá o seu relato como ele vive lá: "A Suécia é um país onde não existe o alto grau de desigualdade social que se vê em outros lugares, e este é um aspecto que valorizamos enormemente em nossa sociedade. Por esta razão, buscamos líderes políticos dos quais se possa dizer que são "um de nós", e não "acima de nós". Este é um ponto básico do pensamento social sueco, que a mim também agrada. Quero ser um indivíduo entre outros indivíduos, e não alguém tratado como uma pessoa extraordinária. O senso de igualdade entre as pessoas se reflete na alma sueca, no sentimento sueco de identidade nacional, e naquilo que desejamos que a Suécia seja como nação. Eu seria duramente criticado, assim como qualquer outro político, se houvesse a percepção de que vivo uma vida de luxo, inteiramente diferente da vida dos cidadãos comuns". Além disso, o primeiro ministro relata que é ele quem cuida dos serviços domésticos: lavar e passar roupa, faz comida para a família, cuida da limpeza da casa, faz compras, muito parecido com relato sobre a Alemanha. Como se vê, a leitura destes depoimentos é constrangedora para nós, da esquerda brasileira, porque mostra como a centro-direita em países mais igualitários tem posições mais progressistas sobre a igualdade social do que muitos de nós.

Publicamos ainda na primeira parte da cartilha um depoimento do sociólogo José Luis Fiori, escrito em 2006, ainda bastante atual, onde ele afirma que o horizonte da esquerda brasileira é a macroeconomia e não a igualdade social: "O surpreendente, é que este aumento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos - nas últimas décadas do século XX - não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas, centrada na questão da igualdade social. Pelo contrário, neste período recente, as minudencias internas da política macro-econômica passaram a ocupar um lugar crescente e obsessivo nas discussões da esquerda. Mais do que isto ocorreu algo inimaginável, do ponto histórico: além de definir seus inimigos externos, a esquerda passou a se diferenciar internamente, e a medir as distancias entre suas tendências reformistas ou revolucionárias, segundo suas posições e divergências macro-econômicas". Esta situação mudou bastante depois do texto de Fiori porque Lula colocou a questão

social no topo da agenda política nacional, mas ressalte-se que o projeto político “ganha-ganha” acabou por subestimar a necessidade de se combater as questões mais estruturais da desigualdade no Brasil, como é o caso do sistema tributário.

**Não se constrói uma nação mais igualitária sem grandes conflitos, mostra a experiência mundial.** Tratamos nas partes dois e três desta cartilha, em 21 estudos e artigos, dos diagnósticos das desigualdades no Brasil e de propostas para a construção de um país mais igualitário. O Brasil é, segundo a ONG Oxfam, o décimo país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. São desigualdades de renda e de riqueza; de gênero e de raça; de acesso aos serviços públicos; e regionais e intra-regionais. Dados da concentração da riqueza e da renda foram divulgados recentemente. No Brasil apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. Dentre os países da OCDE, Brasil é o segundo que mais tributa os pobres (consumo) e é o último que menos tributa os ricos (renda e propriedade); mesmo com forte recessão, Brasil é um campeão mundial de juros reais. Uma das razões para explicar a questão tributária é que os super-ricos não são tributados enquanto pessoas físicas: recebem por ano R\$ 300 bilhões a título de lucros e dividendos e têm alíquota 0% de imposto de renda.

Pablo Ortellado, em artigo que publicamos nesta cartilha, diz que a experiência internacional mostra que não é possível construir uma nação mais igualitária sem grandes conflitos. Diz ele: “Resolver o problema da regressividade dos impostos, no entanto, não é trivial. Num instigante estudo comparativo sobre o surgimento e o desenvolvimento dos impostos progressivos, Kenneth Scheve e David Stasavage demonstraram, apoiados na história de vinte países, que a introdução de impostos progressivos e a consequente diminuição da desigualdade na Europa e nos Estados Unidos não se deveu ao chamado “efeito democrático” (pelo qual maiorias pobres com direito a voto imporiam um sacrifício aos mais ricos), nem a uma reação política à desigualdade crescente, mas a circunstâncias muito específicas do esforço de guerra, sobretudo durante as duas guerras mundiais.(...) Num contexto que era de turbulência e ameaças, as esquerdas conseguiram fazer prevalecer o argumento de que assim como os trabalhadores estavam se sacrificando, colocando a vida em risco nos campos de batalha, os empresários também deveriam se sacri-

ficar, contribuindo para o esforço de guerra com impostos muito mais elevados sobre a sua renda e o seu patrimônio.(...) É o que os autores chamam de “argumento compensatório”, no qual o fardo de um imposto elevado é visto como compensação por um privilégio.(...) A guerra criou as condições para que impostos sobre a renda e sobre a propriedade fossem elevados para níveis muito altos —e ainda que os impostos tenham diminuído quando a guerra acabou, eles permaneceram num patamar muito superior ao que havia antes, mudando de maneira estrutural o padrão distributivo desses países.(...) Nosso desafio, no Brasil e em outros países desiguais como o nosso, é encontrar, em tempos de paz, meios políticos para distribuir o fardo de um Estado social de maneira que os privilegiados paguem mais. Mas, antes, teremos que convencer a opinião pública que combater a corrupção é necessário, mas não é suficiente para criar o país justo que queremos”.

Mas das experiências internacionais, as elites econômicas brasileiras, sobretudo do mercado financeiro, só querem copiar aquelas que cortam direitos do povo brasileiro. Na exposição de motivos da reforma da Previdência (Emenda Constitucional 287/2016) afirmam que esta reforma tem como meta: ‘Além da necessidade de adequação dos requisitos para a aposentadoria por força da mudança das características demográficas do Brasil, esta elevação também tem como objetivo a convergência dos critérios previdenciários brasileiros para os padrões internacionais, sobretudo, em comparação com países que já experimentaram a transição demográfica em sua plenitude’. Então tá. Vamos então fazer uma ‘convergência’ nos juros para os padrões internacionais, que são negativos na maioria dos países, inclusive nos países liberais e em países com dívidas públicas muito superiores à nossa. O Brasil, em comparação aos 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é o segundo que mais tributa os mais pobres (consumo); o que menos tributa os mais ricos (renda e propriedade); e, dentre os ricos, os mais ricos são os menos tributados no Brasil, porque 71.000 milionários têm renda de R\$ 300 bilhões de lucros e dividendos anuais com alíquota 0% de imposto de renda. Vamos fazer então a ‘convergência’ para os padrões de tributação mais civilizados de outros países. Como se vê, a defesa de alinhamento das políticas econômicas e sociais de países ricos é pura demagogia porque centrada apenas nos direitos dos trabalhadores e não se foca os privilégios da elite econômica.

**A Emenda Constitucional 95/2016 e as reformas da previdência e trabalhista se não forem barradas irão destruir nosso Estado Social e aprofundarão ainda mais as desigualdades no Brasil.** O Estado do Bem Estar Social se estrutura em torno de quatro direitos básicos: TRABALHO, com amplos direitos, que garante ao cidadão e à cidadã renda para a manutenção de sua família; PREVIDÊNCIA, que substitui a renda do trabalho na velhice, na invalidez, na doença, e protege os dependentes em caso de morte; SAÚDE, que deve prevenir as doenças e reparar a saúde das pessoas que ficarem doentes; EDUCAÇÃO, que deve promover a cidadania e preparar as pessoas para o mercado de trabalho. O Brasil é um país em desenvolvimento que têm sistemas universais de saúde, educação e previdência e uma ampla legislação trabalhista. Trata-se de uma grave subestimação da esquerda, como acontece no Brasil, das nossas conquistas sociais. Fala-se que nosso Estado Social é limitadíssimo. Ora, o Estado Social não é uma fórmula universal, ele depende da carga tributária e da riqueza de cada país. O Brasil já tem uma carga tributária similar a da OCDE, de 33% do PIB. A principal diferença é a riqueza de cada país, que define, em última análise, a arrecadação de impostos para sustentar os direitos sociais da população. Veja: nossa carga tributária incide sobre um patamar de riqueza muito inferior ao dos países europeus e dos Estados Unidos. Se analisarmos o PIB per capita dá para ver que a carga tributária per capita no Brasil é muito pequena e isso implica em enormes diferenças na capacidade de oferta de serviços públicos. A carga tributária per capita, em dólares, nos países escandinavos, onde o Estado do Bem Estar Social é mais desenvolvido, é cinco a dez vezes maior que no Brasil; na Alemanha e França, ela é quatro a cinco vezes maior que a nossa; e mesmo em países mais liberais, como Estados Unidos e Reino Unido, a carga tributária per capita é quatro vezes maior que aquela do Brasil. Portanto, o nosso Estado Social precisa ser analisado à luz da realidade mundial e não numa comparação rasa com países ricos.

A Emenda Constitucional 95/2016 não visa estabilizar os gastos públicos enquanto proporção do PIB, mas reduzir radicalmente o nosso Estado Social: ela não repete o regime fiscal adotado por nenhuma outra nação, tendo como principais diferenças o longo prazo (20 anos), a correção do teto de gastos apenas pela inflação (congelamento real dos gastos) e a inclusão da norma na Constituição. Trata-se, portanto, do mais prolongado e profundo plano de austeridade do mundo. Hipocritamente, falam que o ajuste fiscal visa melhorar a “saúde, educação e segurança”, o que é uma mentira já que estes gastos estão também congelados em termos reais por 20 anos. No ano de 2018, o teto dos gastos públicos será reajustado em

apenas 3%, valor completamente insuficiente para garantir o funcionamento da máquina pública. Quando a economia voltar a crescer, os gastos públicos terão uma radical redução enquanto proporção do Produto Interno Bruto – PIB. Vale lembrar que a limitação do crescimento das despesas é com as políticas públicas; já os gastos com juros não estarão limitados pela inflação e continuarão com uma gorda remuneração real acima da inflação. Os privatistas polemizam e afirmam que os gastos não serão congelados, subirão de acordo com a inflação. Um exemplo de aumento real: enquanto os gastos públicos serão reajustados em 2018 em 3%, os juros da dívida pública serão corrigidos por aproximadamente 7,0%. Ou seja, o Plano dos privatistas é arrocho e austeridade para os serviços públicos dos mais pobres e bonança e ganância com os gastos públicos com os mais ricos e, por isso, vai concentrar ainda mais a renda no Brasil.

A Emenda Constitucional 95/2016 é, de fato, um desmonte do nosso ainda embrionário Estado do Bem Estar Social. O Blog Dinheiro Público fez um estudo afirmando que os gastos públicos primários subiram de 2005 a 2015, 93% acima da inflação atingindo R\$ 1,16 trilhão. Se aplicado o critério da Emenda Constitucional 95/2016, o montante seria de apenas R\$ 600,7 bilhões. O Blog afirma: “Se levada ao pé da letra, a proposta do governo Michel Temer para a limitação dos gastos federais forçará mudanças radicais na gestão da máquina pública, em especial dos programas sociais”.(...) “Pelo que foi anunciado, pretende-se que o crescimento anual da despesa do governo seja limitado à inflação do ano anterior. Em outras palavras, a despesa total ficará congelada em termos reais. Para se ter uma ideia do impacto da medida, o Orçamento da União seria pouco mais de metade do que é hoje se ela estivesse em vigor nos últimos dez anos”.(...) “De 2006 a 2015, o gasto não financeiro do governo (com pessoal, custeio, programas sociais e investimentos) cresceu 93% acima da inflação e atingiu R\$ 1,16 trilhão - com a regra defendida por Temer, o montante não passaria de R\$ 600,7 bilhões” (Folha/UOL, 24/05/2016). A redução do Estado do Bem Estar Social prevista na Emenda Constitucional 95/2016, caso se viabilize nos próximos anos, se dará, especialmente, na saúde, na educação, na previdência social, na assistência social e nas políticas voltadas para o mundo do trabalho.(...) Já vimos estudos que mostram os gastos sociais se a Emenda Constitucional 95/2016 estivesse em vigor desde 2006. Vinicius Torres Freire, da Folha, fez uma projeção para o futuro, mostrando que os gastos sociais em 2026, de 15,46% do PIB, serão os mesmos de 2004. Em 2036, os gastos seriam de 12,08% do PIB, menos dois pontos percentuais do PIB em relação aos gastos sociais de 40 anos atrás, em 1997. Por isso, fica claro que a

Emenda Constitucional 95/2016 não é um ajuste para estabilizar em termos reais os gastos sociais no Brasil, caso implementada será uma redução brutal de nosso Estado do Bem Estar Social.

A sociedade brasileira nem imagina o tamanho do ajuste que será feito na previdência social, na assistência e nas políticas para o trabalho para cumprir o congelamento de gastos caso as forças neoliberais vençam as eleições. A proposta atual de reforma da previdência prevê, dentre outros pontos: a) aposentadoria será aos 65 anos, se homem, 62 anos, se mulher; e aos 60 anos, se professores; b) haverá uma regra de transição para quem já se encontra no mercado de trabalho, mas ela terá uma idade mínima progressiva e vai obrigar a grande maioria dos trabalhadores(as) a trabalhar até os 65 anos, homem, e 62 anos, mulher; c) aposentadoria integral somente com 40 anos de contribuição; d) pensão por morte será reduzida para 50% mais 10% por dependente, as cotas de quem deixar de ser dependente não serão mais reversíveis e não poderá acumular aposentadoria e pensão. Por diversas razões nem mesmo uma reforma radical consegue congelar os gastos em termos reais: a) os benefícios previdenciários são reajustados pela inflação, ou seja, somente esta medida já empurra as despesas previdenciárias para o teto de gastos, que também é reajustado somente pela inflação; b) como a população está envelhecendo, é inevitável um crescimento vegetativo dos gastos com o aumento do número de aposentadorias voluntárias por idade e/ou tempo de contribuição; vale dizer que a fixação de idade mínima terá um efeito menor que o esperado, já que a maioria dos brasileiros já se aposenta por idade; c) existem uma série de benefícios previdenciários, bastante importantes, que são por causas não planejáveis: doença, acidente, invalidez, morte, maternidade, o que gera também um aumento vegetativo do número de benefícios. Portanto, para congelar os gastos previdenciários será necessário um massacre da população: a) uma reforma da previdência muito mais radical do que a proposta atualmente, se a versão atual for aprovada outra reforma virá em 2019, além de uma devastação dos direitos previdenciários na legislação infraconstitucional; b) vai ficar clara a demagogia de acabar com privilégios na previdência, pois como grande parte das despesas são de 1 salário mínimo retomarão, com certeza, as propostas em relação ao BPC da LOAS, aposentadoria rural, tempo mínimo de contribuição, proibição total de acúmulo de aposentadoria e pensão, etc; c) desvinculação dos novos benefícios do salário mínimo, podendo a previdência praticar um piso mínimo inferior ao salário mínimo, como chegou a ser proposto nos casos da pensão e do BPC; d) desvinculação dos benefícios já concedidos do salário mínimo, seja através da desvincu-

lação constitucional ou mesmo da supressão do reajuste real por lei para todos, sejam ativos ou aposentados; e) reajuste dos aposentados e pensionistas abaixo da inflação ou mesmo reajuste zero para abrir espaço para os gastos com os novos aposentados, ou seja, os atuais aposentados e pensionistas pagarão a conta dos novos beneficiários da previdência social; f) supressão de alguns benefícios sociais, como parece ser caso do abono salarial, que está na mira de Temer.

Reforma trabalhista escravagista. A reforma trabalhista de Temer destrói a CLT, com a precarização ampla do mercado de trabalho. No contrato intermitente, o trabalhador receberá por horas trabalhadas, pode receber R\$ 4,45 por hora, sem garantia de salário mínimo, sem seguro desemprego e só terá cobertura da previdência se complementar do próprio bolso a contribuição previdenciária sobre o salário mínimo. A reforma abriu as portas para o contrato de autônomo, onde o trabalhador vai ter uma remuneração miserável e mais nada: nem jornada de trabalho, nem férias, nem descanso remunerado, nem 13º. Com a terceirização irrestrita no setor privado o trabalhador direto poderá ser demitido e trocado por outro trabalhador com redução de 30% do salário e com poucos direitos trabalhistas. A terceirização irrestrita no setor público acaba com os concursos públicos, com prefeitos, governadores e presidentes podendo indicar, através de empresa terceirizada, parentes, amigos e cabos eleitorais para todos os cargos públicos. Já quem continuar como trabalhador direto, não terceirizado, poderá ter seus direitos rebaixados em relação à CLT. Esta reforma, se não for revogada, terá impacto fortes no aumento das desigualdades, com geração menor de empregos e com empregos mais precários.

**A igualdade e sua dimensão ética. Renato Janine Ribeiro: “Algo nos corrompe: a injustiça social. A insensibilidade e o desdém com o sofrimento dos mais pobres é o caldo de cultura da corrupção”.** Na parte quatro desta cartilha, em três artigos, tratamos da igualdade em sua dimensão ética. O artigo de Renato Janine Ribeiro é uma crítica devastadora à direita e também a esquerda udenista, que tendo base nas classes médias altas, não tem coragem de criticar de frente as desigualdades. Diz Renato Janine: “A corrupção não é apenas o furto de um bem. Não podemos reduzir a corrupção a uma visão superficial que a considera análoga ao furto ou ao roubo (veja-se o insulto tão comum, “político ladrão”). Ela é pior que isso. Vai na jugular do bem comum. Faz troça da coisa pública, da res pública. Arruína os costumes. Prestigia condutas que fazem mal ao outro.(...) Se em nossa sociedade a miséria coexiste com o luxo, a Daslu com a favela, isso não

cria em nós uma indiferença olímpica ao sofrimento alheio? Recuamos para antes de Rousseau, que, 250 anos atrás, “inventou” a compaixão, isto é, a capacidade de alguém sentir a dor que afeta seu semelhante.(...) Ora, boa parte da iniciação na vida de nossas classes médias e ricas consiste em aprender como não ser tocado pela miséria ambiente. Todos os mendigos são atores. Todos os miseráveis são preguiçosos. Todos bebem. E por isso nada temos a ver com sua condição inumana.(...) Minha tese é que a insensibilidade ao sofrimento dos mais pobres, laboriosamente construída ao longo de cinco séculos, é o caldo de cultura para a corrupção. O desdém pela pobreza nos torna uma sociedade viciada. Como valores éticos poderão vicejar nesse terreno?(...) Daí que só o combate frontal à injustiça social poderá enfrentar a corrupção. Tudo o mais serão meras palavras, muitas delas ingênuas, algumas hipócritas”.

Para a psicanalista Maria Rita Kehl “o crime de Lula foi abalar o conformismo frente à desigualdade: “Os que condenam o presidente Lula sabem muito bem que ele não é corrupto. O crime imperdoável que ele cometeu foi abalar de uma vez por todas o conformismo da sociedade brasileira frente à miséria, à desigualdade, às injustiças sociais. Seus oito anos de governo não foram suficientes para erradicar essas três doenças sociais com as quais o povo brasileiro tinha se acostumado a conviver, quase conformado. Mas evidenciaram a falta de vontade política, a falta de coragem e de senso de justiça social características de todos os governos anteriores.” (...) “Os que condenam o presidente Lula não perdoam a maré de esperança e de engajamento, mobilizada durante seus dois mandatos. A condenação injusta do presidente Lula nos confronta com a mais grave forma de miséria que vitima a sociedade brasileira: a miséria da falta de sensibilidade, de solidariedade e de generosidade das nossas elites”. Aldo Fornazieri afirma: “Vargas e Lula são os dois líderes nacionais que mais imprimiram um sentido ético à nação, no sentido de tentar unificá-la em torno do propósito de uma sociedade justa e do bem estar coletivo”. Portanto, não defender Lula não é somente uma falta de solidariedade fundamental com uma grande liderança, é mais que isso: é aceitar a criminalização da luta pela igualdade no Brasil.

**A defesa da igualdade de forma profunda e engajada pressupõe a adesão a uma forma de vida mais austera e solidária.** Na parte cinco desta cartilha, em dois artigos, abordamos a defesa da igualdade como uma forma de vida, o que implica na recusa aos privilégios, ou seja, nossa vida deve se aproximar da vida do cidadão comum. José Mujica, em discurso na ONU, em 2013, afirmou que os

governos republicanos deveriam se aproximar da forma de vida dos seus povos: “Não foram as repúblicas criadas para vegetar, mas ao contrário, para serem um grito na história, para fazer funcionais as vidas dos próprios povos e, por tanto, as repúblicas que devem às maiorias e devem lutar pela promoção das maiorias”. (...) “Seja o que for, por reminiscências feudais que estão em nossa cultura, por classismo dominador, talvez pela cultura consumista que rodeia a todos, as repúblicas frequentemente em suas direções adotam um viver diário que exclui, que se distânciam do homem da rua”. (...) “Esse homem da rua deveria ser a causa central da luta política na vida das repúblicas. Os governos republicanos deveriam se parecer cada vez mais com seus respectivos povos na forma de viver e na forma de se comprometer com a vida”. (...) “A verdade é que cultivamos arcaísmos feudais, cortesias consentidas, fazemos diferenciações hierárquicas que, no fundo, amassam o que têm de melhor as repúblicas: que ninguém é mais que ninguém”. O sociólogo Boaventura Souza Santos analisa o movimento “Podemos” da Espanha e ressalta que o igualitarismo é também uma de suas características. Dentre as bandeiras do novo partido está: “ser político não permite que se ganhe mais que o salário médio do país”.

**Democracia, igualdade, soberania e direitos humanos.** Registramos, de passagem, ao final da apresentação desta cartilha que a luta pela igualdade social deve ser parte de uma agenda política mais ampla, que inclua a defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos humanos. Na questão democrática, como disse Luis Felipe Miguel nossa luta é gigantesca: ela terá que ser imposta ao capital. Disse ele: “O casamento entre capitalismo e democracia, que sempre foi tenso, agora se mostra claramente como uma relação abusiva. A regra era que o capital impunha sua vontade pelos mecanismos do mercado, o que já lhe dava um poder de pressão descomunal, mas os não-proprietários tinham a chance de limitar esse poder graças ao processo eleitoral. Essa salvaguarda não é mais aceita. Ela terá que ser imposta novamente ao capital, como o foi nas primeiras décadas do século XX”.

**Contagem/Belo Horizonte, fevereiro de 2018**

**Marília Campos**

**Deputada Estadual PT/MG**

**Parte 1 – A desigualdade no Brasil a partir de relatos concretos de países mais igualitaristas (Alemanha e Suécia) e a necessidade urgente dos socialistas no Brasil resgatarem a igualdade como sua identidade**



# **Lígia Fascioni: Classe média tem vida austera na Europa e assume todos os serviços domésticos**

Título original: Vida de rico

Blog Lígia Fascioni – 24/09/2012

Texto editado e publicado no site da deputada

Marília Campos – 02/07/2016

**Diferenças salariais são muito menores que no Brasil.** “A maioria das pessoas que conheço que vêm a Berlin pela primeira vez ficam encantadas com 3 coisas: a espantosa quantidade de área verde; o excelente transporte público; e a segurança. E quase automaticamente, vem a pergunta: dá para ganhar bem trabalhando aqui? Aparentemente, uma coisa não tem nada a ver com outra, mas penso que a conexão é mais profunda do que parece à primeira vista; eu explico”.(...) “Berlin não é um parâmetro muito válido porque é considerada uma cidade pobre para os padrões alemães, uma vez que aqui é a sede administrativa do país e não possui muitas indústrias. Mesmo assim, dá para dizer uma coisa que vale para o país todo e que talvez deixe muita gente aí no Brasil chocado: a diferença entre o salário de um operário (ou caixa de supermercado) e de um diretor de empresa é, no máximo, 6 vezes. Isso inclui funcionários públicos de alto escalão, professores universitários doutores, juízes e médicos. É claro que estou falando da maioria da população alemã (um diretor de uma multinacional com 30 mil funcionários espalhados pelo mundo obviamente ganha muito mais, mas não representa a média da qual estou falando, que é de empresas pequenas e médias)”.

**Famílias de classe média lavam e passam a própria roupa, fazem a própria comida e limpam a própria casa.** “Um amigo comentou que o mesmo acontece na Suécia; um professor universitário, com doutorado, ganha, no máximo 2 mil Euros líquidos. Para se ter uma ideia, um almoço no restaurante universitário lá custa 8 Euros. Não é fácil, né? No entanto, esses países são os que se considera como tendo a melhor qualidade de vida”.(...) “Então, imagine: é como se no Brasil, o rendimento máximo bruto de qualquer pessoa que vive de salário fosse R\$ 5 ou 6 mil reais. Disso, quase 40% ficam retidos para os impostos, aposentadoria

e plano de saúde obrigatório. Pois é, não sobra muito”. (...) “Por isso é que aqui a gente não vê um funcionário público, seja ele quem for, se achando o Sr. Rei da Cocada Preta. Os alemães não têm muita sobra no orçamento, como se pode ver; mas adoram viajar e ler. Então, lavam e passam a própria roupa, fazem a própria comida e limpam a própria casa”.

**Sem pet shop; carros menores; marmita no serviço.** “Aqui não tem pet shop para dar banho em cachorros; os próprios donos se encarregam disso. A maior parte das pessoas compra seus móveis na IKEA e aluga um carro ou reboque para levar a encomenda para casa. Para montar uma cozinha inteira, por exemplo, é só ler o manual de instruções; tem que botar a mão na massa mesmo”. (...) “Os professores da minha escola são altamente qualificados (a escola é uma das que melhor paga); pois todos levam marmita e ninguém acha feio. Andam o máximo que podem de bicicleta e, no inverno, de transporte público. Os que têm carro usam modelos menores (aquelas horrosidades gigantes com vidro fumê e ar condicionado ligado no máximo quase não tem aqui, para minha felicidade). Outro efeito colateral é que o trânsito é excelente; a velocidade máxima permitida nos bairros é 30 km/h e eu nunca vi engarrafamentos na hora do rush”. (...) “Os prédios não têm porteiro e uma vez por semana vem uma empresa terceirizada varrer as escadas. Quando chega uma encomenda e não estou em casa, sempre tem um bilhetezinho na caixa do correio avisando com qual vizinho está o pacote; é só ir lá pegar (e aproveitar para fazer um social). Às vezes a gente também fica com correspondência de vizinhos”.

**Temos no Brasil uma cultura escravagista.** “É claro que tem gente rica também (geralmente donos de grandes negócios). Mas eles jamais destratam serviçais, simplesmente porque aqui não há subcategorias menores, como no Brasil. As pessoas ricas também metem a mão na massa, por uma questão de filosofia mesmo”. (...) “No Brasil, ainda trazemos indícios da cultura escravagista; todo mundo quer ter alguém para mandar (e, de preferência, humilhar e maltratar, para mostrar quem é que manda). O que puder ser terceirizado, será. As pessoas contratam outras para fazer as coisas mais básicas, de levar cachorro para passear até levar o lixo para a rua; e isso é em todos os níveis”. (...) “Uma amiga brasileira que mora aqui me contou das chateações que uma alemã que morou no Brasil passou porque gostava de cuidar do próprio jardim (realmente, eles adoram). A questão é que a moça morava no Alphaville, condomínio de alto padrão em São Paulo; frequentemente

era motivo de chacota porque uma pessoa do nível dela (adoro isso de “nível de pessoa”; só que não) podia muito bem pagar um jardineiro. É a cultura da sinhazinha moça e do senhor de engenho levada às últimas consequências”.

**Sucesso no Brasil, quase sempre, está ligado às distorções do sistema e não ao mérito.** “Fico triste quando vejo a vida girar em torno na ostentação no nosso país; como as pessoas não têm vergonha de ganhar 30, 40, até 50 vezes mais que outras (sendo que boa parte é funcionária pública) e ainda acham isso o máximo; ficam esnobando o sucesso como se fosse mérito próprio, e não uma distorção do sistema. É um tal de quem consegue ganhar mais para comprar um carro maior, mandar o máximo que puder com uma prepotência totalmente alheia à realidade das coisas, que chega a doer. Seria apenas ridículo, se não fosse tão dramático”. (...) “A mordomia é irresistível (quem não gosta), mas qual é o preço disso tudo?”. (...) “Só para terminar fazendo a conexão com o assunto lá do começo: se a diferença de salários não é grande (e olha que a Alemanha é a maior economia capitalista da Europa), não tem porque haver essa violência toda que a gente experimenta no Brasil”. (...) “Aqui tem gente pobre, mas não tem favela. O transporte público funciona bem porque ele é essencial; até os funcionários públicos mais graduados dependem dele para se locomover. As áreas verdes são muitas e bem cuidadas porque não são privilégio de bairros chiques; tem na cidade toda, para todo mundo. Fico vendo as notícias do Brasil e fico pensando: não seria a hora das pessoas acordarem e passarem a viver como ricos de verdade?”.

## **Fredrik Reinfeldt, primeiro ministro da Suécia (2006 a 2014): “A Suécia é um país onde não existe o alto grau de desigualdade social que se vê em outros lugares, e este é um aspecto que valorizamos enormemente em nossa sociedade”**

A jornalista brasileira Claudia Wallin entrevistou o primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt. A entrevista é parte do livro de Claudia sobre a peculiar cultura igualitária sueca: Um País sem Excelências e sem Mordomias. A entrevista foi publicada no Diário do Centro do Mundo em 23/06/2014. Fredrik Reinfeldt é de centro-direita e governou a Suécia entre 2006 a 2014. Por isso, a leitura da entrevista é constrangedora para nós, da esquerda brasileira, porque mostra como a centro-direita em países mais igualitários tem posições mais progressistas sobre a igualdade social do que muitos de nós. Vale dizer que em 2014 a Social Democracia retomou o governo na Suécia. Veja a entrevista, cujo título original é “Como vive um primeiro-ministro num país escandinavo”:

### **A vida dos políticos suecos, sem luxo nem privilégios, obedece a algum tipo de código de conduta moral?**

FREDRIK REINFELDT: Eu diria que sim. A Suécia é um país onde não existe o alto grau de desigualdade social que se vê em outros lugares, e este é um aspecto que valorizamos enormemente em nossa sociedade. Por esta razão, buscamos líderes políticos dos quais se possa dizer que são “um de nós”, e não “acima de nós”. Este é um ponto básico do pensamento social sueco, que a mim também agrada. Quero ser um indivíduo entre outros indivíduos, e não alguém tratado como uma pessoa extraordinária. O senso de igualdade entre as pessoas se reflete na alma sueca, no sentimento sueco de identidade nacional, e naquilo que desejamos que a Suécia seja como nação. Eu seria duramente criticado, assim como qualquer outro político, se houvesse a percepção de que vivo uma vida de luxo, inteiramente diferente da vida dos cidadãos comuns.”

### **Qual é a origem deste sistema de valores sueco?**

FREDRIK REINFELDT: A democracia tem raízes profundas na Suécia. Os políticos compreendem que não estão aqui para se tornarem ricos ou enriquecer suas famílias, nem para criar condições de vida favoráveis para alguns. Estou aqui para realizar reformas e fazer deste um país melhor, de tal maneira que as pessoas digam “ele está me ouvindo, está resolvendo meus problemas”. Do contrário, os eleitores darão seu voto a outra pessoa. Não vejo isso como um problema. Também acho bom poder continuar a cuidar das coisas cotidianas que costumava fazer antes de ocupar o posto de primeiro-ministro. A diferença é que hoje em dia tenho, é claro, um aparato de segurança em torno de mim. Mas continuo a cuidar da rotina das atividades pessoais do dia a dia, como qualquer cidadão.

### **É verdade que o senhor passa as próprias camisas pela manhã, como faz a maioria dos suecos?**

FREDRIK REINFELDT: Sim. Não todas as manhãs, porque geralmente passo de uma só vez uma quantidade de camisas suficiente para toda a semana. Mas lavo e passo minhas próprias roupas.

### **O senhor também cozinha todas as noites?**

FREDRIK REINFELDT: Sim, cozinho para mim e também para meus três filhos, quando estão em minha casa (Fredrik Reinfeldt é divorciado da mulher, a também política Filippa Reinfeldt). Não há nada de estranho nisso, é o que fazem todos os suecos quando voltam do trabalho.

### **O senhor tem fama de ser maníaco por limpeza. Ainda limpa a própria casa?**

FREDRIK REINFELDT: Tenho dois filhos que são alérgicos a poeira. A necessidade de limpar bem a casa tornou-se uma questão de saúde para meus filhos. Tenho ocasionalmente um serviço de limpeza básica na residência oficial, mas cuido eu mesmo da maior parte da limpeza da casa no dia a dia. Embora não gaste mais tantas horas nessa tarefa como gastava antes de me tornar primeiro-ministro, quando passava a maior parte do domingo fazendo uma grande faxina.

### **Por que considera importante o senhor próprio cuidar da limpeza?**

FREDRIK REINFELDT: Gosto de fazer, e além do mais é algo que todos fazem na Suécia, não apenas eu. Limpar a casa me dá a sensação de ter controle sobre a minha própria vida e de cuidar das crianças, o que me faz bem. É um momento re-

laxante, que procuro tornar agradável. Enquanto limpo, uso fones de ouvido para ouvir música ou acompanhar partidas do meu time de futebol, o Djurgården. A sensação de andar pela casa no fim de uma faxina, enquanto as crianças dormem tranquilamente, é fantástica.

**Qual é a sua melhor dica de limpeza?**

FREDRIK REINFELDT: A parte de trás das camisas sociais velhas é excelente para polir espelhos e vidros de janelas.

**Qual é a sua tarefa preferida?**

FREDRIK REINFELDT: Lavar a roupa. Antes, eu preferia limpar a casa. Hoje em dia, gosto mais de lavar as roupas. Isso me dá a sensação de estar preparado.

**Muitas pessoas também o vêem na fila do supermercado.**

FREDRIK REINFELDT: Faço minhas próprias compras, como qualquer pessoa. Embora acompanhado por seguranças.

**Como fazer tudo isso e ao mesmo tempo liderar um país?**

FREDRIK REINFELDT: As tarefas domésticas não tomam tanto tempo assim. Acho que é importante estar integrado à vida familiar, apesar de ter este tipo de trabalho na política. É uma questão de organização. Dedico uma pequena parte do meu dia aos afazeres da casa, e em seguida retorno à leitura de documentos ou aos telefonemas que necessito dar. É perfeitamente possível combinar o trabalho profissional com o trabalho doméstico.

**Qual é a sua opinião sobre o sistema de países como o Brasil e outras nações, em que políticos possuem privilégios de uma classe à parte?**

FREDRIK REINFELDT: Em primeiro lugar, é muito importante dizer que respeito o fato de que o Brasil é uma democracia e que portanto cabe àqueles que são eleitos pelo povo responder a este tipo de questão. Mas para dizer o óbvio, se eu fosse o ministro da Fazenda do Brasil e tivesse que fazer um corte de gastos, eu saberia exatamente por onde começar. Porque quando um político precisa cortar gastos, é muito importante mostrar que ele próprio dá o exemplo. No nosso país, as pessoas estão sempre atentas aos custos da burocracia e da classe política. É necessário que haja equilíbrio. Se um político quer manter a confiança dos eleitores, deve estar próximo das pessoas.

**José Luís Fiori: “O surpreendente, é que este aumento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos - nas últimas décadas do século XX - não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas, centrada na questão da igualdade social”**

Este artigo foi publicado em 2006 por José Luís Fiori no jornal Valor Econômico. De lá para cá cresceu muito na Europa, Estados Unidos e na América Latina a agenda da igualdade social, onde a esquerda teve um papel de liderança relevante. Mas o artigo mantém ainda enorme atualidade porque alerta que o horizonte da esquerda socialista não pode se resumir a política macroeconômica, mas deve incorporar em sua agenda prioritária a igualdade social. O artigo foi publicado originalmente com o título “Socialismo macroeconômico”.

### **Socialismo macroeconômico**

Goste-se ou não, o socialismo e a esquerda em geral deram contribuições decisivas ao pensamento e às instituições modernas. No Século XVII, na Inglaterra, os “democratas populares”, do exército republicano de Oliver Cromwell, formularam as idéias e propuseram as reformas políticas que estão na origem do “liberalismo revolucionário” e da “democracia radical”, dos séculos seguintes. E sua ala mais à esquerda, propôs a coletivização da propriedade da terra, que se transformou na idéia seminal de todos os “socialismos utópicos” da história moderna. No século XVIII, os franceses Meslier, Mably, Morelly, Marechal e Babeuf, aprofundaram o debate sobre a liberdade política e a distribuição desigual da riqueza, e Rousseau propôs, pela primeira vez, a estatização da propriedade privada. No século XIX, Marx formulou uma teoria histórica do capital e do desenvolvimento capitalista e sua tendência à globalização, que se transformou na referência obrigatória do pensamento social contemporâneo. Por fim, no século XX, a esquerda teve uma participação muito importante na construção do “estado de bem estar social” dos

européus, na luta de independência nacional dos povos coloniais, e no sucesso de algumas experiências desenvolvimentistas do “terceiro mundo”.

No campo da política econômica, entretanto, os socialistas deram muito poucas contribuições teóricas originais. E quando participaram pela primeira vez de um governo democrático, logo depois da 1ª Guerra Mundial, tomaram uma posição conservadora, seguindo uma política econômica rigorosamente ortodoxa, para enfrentar o caos econômico, o desemprego e a inflação da década de 20.. Como no caso mais conhecido de Rudolf Hilferding, marxista austríaco, que assumiu o ministério da fazenda da Alemanha, em 1928, e adotou uma política monetarista de estabilização da moeda, contribuindo para aumentar a recessão e o desemprego, e para a derrubada do seu próprio governo. O mesmo que passou com o partido laborista inglês, em 1929, e com os socialistas franceses do governo de Frente Popular de Leon Blum, em 1936, que optaram pela “visão do Tesouro”, para enfrentar suas crises econômicas nacionais, contra a opinião heterodoxa de liberais como John Keynes e David George. Mais à frente, depois da 2ª Guerra Mundial, os social-democratas e socialistas só aderiram plenamente às teorias e políticas keynesianas, no final da década de 50. E assim mesmo, quando enfrentaram crises monetárias mais sérias, como no caso da Grã Bretanha e da Alemanha, em 1966 e 1972, os laboristas ingleses de Harold Wilson, e os social-democratas de Helmut Schmit, abandonaram suas opções keynesianas, e voltaram para as fórmulas conservadoras da ortodoxia monetarista. Neste sentido, portanto, do ponto de vista estritamente macroeconômico, a adesão de uma boa parte da esquerda à nova ortodoxia neoliberal, na década de 90, não foi um acontecimento excepcional. Nesta longa história, a única grande exceção ficou por conta dos economistas da Escola de Estocolmo e dos social-democratas suecos que enfrentaram a crise econômica da década de 30, com uma política de pactação social, e de promoção ativa do crescimento e do pleno emprego.

Neste campo das políticas econômicas, entretanto, o que ocorreu de essencial depois da 2ª Guerra Mundial, foi a mudança de posição dos socialdemocratas que passaram a defender – a partir da década de 50 - um desenvolvimento acelerado do capitalismo, como melhor forma de distribuir a riqueza sem tocar mais na propriedade privada. E como consequência passaram a defender e praticar as políticas econômicas que favorecessem o aumento da lucratividade do capital – quaisquer que fossem – desde que estimulassem ou permitissem o aumento do produto, e da possibilidade de uma redistribuição fiscal a favor do mundo do trabalho, e do aumento da proteção social. Esta “convergência de interesses”, entretanto, só exis-

## DESIGUALDADE

---

tiu em alguns países, no período entre 1945 e 1980, a chamada “época de ouro” do capitalismo. E deixou de existir, logo em seguida, durante a “era neoliberal”, quando as políticas ortodoxas atuaram de forma devastadora sobre as economias, as classes e as pessoas mais frágeis.

O surpreendente, é que este aumento da desigualdade da riqueza entre as nações, as classes sociais e os indivíduos - nas últimas décadas do século XX - não tenha trazido de volta os temas da agenda clássica dos socialistas, centrada na questão da igualdade social. Pelo contrário, neste período recente, as minudencias internas da política macro-econômica passaram a ocupar um lugar crescente e obsessivo nas discussões da esquerda. Mais do que isto ocorreu algo inimaginável, do ponto histórico: além de definir seus inimigos externos, a esquerda passou a se diferenciar internamente, e a medir as distancias entre suas tendências reformistas ou revolucionárias, segundo suas posições e divergências macro-econômicas. E passou a travar verdadeiras guerras teológicas sobre alguns conceitos inéditos e totalmente ahistóricos, como por exemplo: qual seja o “tamanho ideal” do déficit fiscal ou da relação “dívida externa/ PIB”; ou qual deva ser o “crescimento possível” dentro do modelo de “metas de inflação”, e a “distancia ideal” entre as suas “bandas” superior e inferior; ou ainda, de um ponto de vista mais propositivo, o que fazer para “flexibilizar a forma pela qual o Banco Central maneja sua política de juros, para combater a inflação, sem tocar na própria política”. Uma lista de questões conceituais e problemas práticos extremamente limitada e específica, mas que pode ser considerada pertinente do ponto de vista do mundo das finanças, ou do mundo dos economistas, mesmo quando às vezes pareçam filigranas de um debate medieval. Mas é uma coisa completamente diferente, ver estas mesmas questões e divergências, colocadas no topo das preocupações socialistas. Neste caso, não cabe dúvidas: trata-se de uma perda de rumo e de identidade e de um empobrecimento notável de uma das principais matrizes do pensamento moderno.

**Parte 2 - A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Publicamos a íntegra do estudo da Oxfam Brasil (sem as tabelas e gráficos), bem como os dados da PNAD 2016 e outros artigos e entrevistas que tratam da desigualdade no Brasil**



# Oxfam Brasil: A distância que nos une, um retrato das desigualdades brasileiras

Este é o estudo na íntegra da Oxfam Brasil sobre as desigualdades brasileiras, publicado em setembro de 2017. Não publicamos as tabelas e gráficos, mas todas as explicações estão no texto. Como se trata de um texto bastante longo negritamos as partes que consideramos mais importantes para facilitar a compreensão dos leitores.

## APRESENTAÇÃO

Precisamos falar sobre desigualdades. No mundo, oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, mais de 700 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

**No Brasil, a situação é pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês.** É nesse cenário de desigualdades extremas que a Oxfam Brasil lança seu relatório "A distância que nos une". Buscamos, com ele, alimentar um necessário e urgente debate público sobre a redução das distâncias dentro da sociedade brasileira, em direção a um País mais justo e solidário.

Tal debate é especialmente urgente nos tempos atuais. Não somente pelos níveis extremos de desigualdades que são eticamente inaceitáveis e nos transformam em uma sociedade onde uma parte da população passa a valer mais que outra, mas também pelos recentes e preocupantes retrocessos em direitos, nunca vistos desde a reabertura democrática no Brasil.

Após a proclamação da Constituição de 1988, o nosso país iniciou uma trajetória geral de redução de desigualdades. Renda e serviços essenciais passaram a ser mais equitativamente distribuídos na sociedade, especialmente pela elevação do nível de vida dos estratos mais pobres da população e pela progressiva consolidação de políticas públicas inclusivas. Por outro lado, manteve-se estável a extrema concentração de renda e patrimônio no topo da pirâmide social.

Considerando as últimas duas décadas, são visíveis os fatores que explicam as desigualdades no Brasil. Por um lado, há pouca dúvida sobre o que não deu certo: nosso sistema tributário regressivo onera demasiadamente os mais pobres e a classe média por meio de uma alta carga de impostos indiretos e pela perda de progressividade no imposto sobre a renda dos mais ricos. As discriminações de raça e de gênero têm se mostrado um perverso mecanismo de bloqueio à inclusão de negros e de mulheres, se manifestando por violências cotidianas praticadas inclusive pelo próprio Estado e mantendo esta parcela da sociedade sempre “no andar de baixo” da distribuição de renda, riqueza e serviços. Soma-se a isso o nosso sistema político, carente de espírito democrático, concentrador de poder e altamente propenso à corrupção.

Por outro lado, sabe-se o que dá certo: a expansão do alcance de políticas públicas, em especial de políticas sociais, se mostrou basilar na redução da pobreza e no aumento direto ou indireto do orçamento familiar, beneficiando, particularmente, pessoas nos estratos de renda mais baixos. Ganhos educacionais tiveram um impacto importante na redução das diferenças salariais, diminuindo assim a desigualdade geral de renda, em que pese os enormes desafios que ainda restam. A ampliação da cobertura de serviços essenciais para os mais pobres elevou sensivelmente o nível de vida das pessoas, ainda que reste uma parcela bastante grande da população sem água ou saneamento básico. Por fim, a política de valorização real do salário mínimo, junto com a formalização crescente do mercado de trabalho e a queda do desemprego foram fundamentais para a redução recente nos índices de desigualdade de renda.

Estes são alguns dos temas abordados neste relatório. Com eles, a Oxfam Brasil não tem a pretensão de encerrar debates, mas de contribuir para sua propagação, entendendo que não é possível seguir como estamos. O enfrentamento das desigualdades é pré-requisito para um país constituído no Estado democrático de direito, tendo entre seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como está escrito no artigo primeiro da nossa Constituição.

Convidamos você a fazer parte dessa conversa. As desigualdades entre pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens não são um problema de poucos, mas um problema de todos. Está aí a distância que nos une.

Katia Maia - Diretora Executiva

Oded Grajev - Presidente do Conselho Deliberativo

---

# Introdução

## I. A desigualdade no mundo

**Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Por outro lado, a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema.**

A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, antes de mais nada, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades. Mudar essa realidade requer novas escolhas políticas, reiteradas ao longo do tempo, e sustentadas por uma sociedade com igual acesso à democracia. Após décadas de trabalho – e de notáveis avanços – no combate à pobreza, tivemos um aprendizado valioso: não é possível erradicar a pobreza no mundo sem reduzir drasticamente os níveis de desigualdade. Níveis extremos de desigualdade interferem na capacidade do Estado e da sociedade redistribuírem renda, erguendo barreiras à mobilidade social e mantendo parcelas da população à margem da economia.

**Entre 1990 e 2013, quase um bilhão de pessoas deixaram a condição de pobreza, ou seja, passaram a viver com mais de US\$ 1,90 por dia – critério que, apesar de usual, é pouco ambicioso. Calcula-se que outras 200 milhões de pessoas poderiam ter tido igual destino se, no mesmo período, o crescimento médio da renda dos mais pobres fosse superior ao crescimento médio da renda dos mais ricos, reduzindo as distâncias entre a base e o topo da pirâmide social.**

Em setembro de 2015, os países reunidos na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) acordaram uma nova agenda de desenvolvimento até 2030 – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – reforçando o compromisso de erradicação da pobreza no mundo. Um dos grandes avanços nessa agenda em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) é o estabelecimento de um objetivo para redução de desigualdades econômicas, o ODS 10, que prevê medidas para uma economia mais inclusiva até 2030. Trata-se de um objetivo que requer grande ambição prática e compromisso político.

Segundo projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. Reside aqui o tamanho de nosso desafio para a próxima década: fazer com que os mais pobres se apropriem das maiores parcelas de crescimento econômico, reduzindo o abismo que divide sociedades e compromete democracias no mundo.

## II. A encruzilhada brasileira

**Ao longo das últimas décadas, o Brasil reduziu desigualdades “a partir da base”: entre 1988 – ano em que promulgamos nossa Constituição – e 2015, reduzimos de 37% para menos de 10% a parcela de população brasileira abaixo da linha da pobreza. Considerando os últimos 15 anos, o Brasil retirou da pobreza mais de 28 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que a grande concentração de renda no topo se manteve estável.**

O índice de Gini para a renda dos brasileiros – indicador que mede a distribuição de renda na população e que varia de 0 a 1, sendo mais desigual quanto mais próximo de 1 – teve uma queda de 16%, caindo de 0,616 para 0,515 desde 1988. Nesse período, também houve importante expansão de diversos serviços essenciais, e a notável universalização do acesso à educação básica.

Fatores que contribuíram para este quadro incluem a estabilização da economia e da inflação, o aumento real do salário mínimo e da formalização do mercado de trabalho, o aumento do gasto social em educação e em programas de transferência direta de recursos.

**Persistem desafios estruturais ligados à redistribuição de renda e riqueza no País, como o estabelecimento de uma política tributária justa, a melhoria da qualidade de serviços públicos, a reversão da concentração fundiária, além da inclusão educacional de adolescentes e jovens em idade universitária (sobretudo jovens negros) – para citar alguns.**

O atual contexto joga contra esses necessários avanços. A crise fiscal em que o Brasil entrou entre 2014 e 2015 criou espaço político para mudanças radicais. Elas foram iniciadas pela presidente eleita em 2014 e, de maneira mais agressiva, retomadas pelo governo pós-impeachment. As reformas profundas que têm sido propostas nos últimos 16 meses afrontam o que preconiza nossa Constituição, e ameaçam reverter o processo de construção de nosso Estado de bem-estar social, em um período de crise econômica. Isto ocorre à

revelia da população que, mesmo desconfiando do Estado, espera do setor público o atendimento de suas necessidades básicas. Existe evidente e acelerada redução do papel do Estado na redistribuição dos recursos em nossa sociedade, o que aponta para um novo ciclo de aumento de desigualdades.

A Oxfam Brasil entende que precisamos reverter esse cenário, e com urgência. O Brasil permanece um dos piores países do mundo em matéria de desigualdade de renda e abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. A tendência recente é ainda mais preocupante, com projeções do Banco Mundial de até 3,6 milhões a mais de pobres até o final de 2017. Isto mostra que nossas conquistas nesse campo não estão consolidadas.

Este relatório tem como objetivo contribuir para o debate público acerca do tema desigualdades no Brasil, abrindo espaço para pensarmos saídas para a atual crise que ultrapassem a inclusão daqueles que estão na base da pirâmide social, e busquem melhor distribuição do crescimento econômico, de modo que os mais pobres se apropriem de “fatias maiores do bolo” que os mais ricos. É imperativo que continuemos o curso histórico de redução de desigualdades.

### Existe desigualdade aceitável?

A igualdade é um valor central em nossa sociedade. Se voltarmos à nossa Constituição de 1988, estão entre os objetivos do nosso país: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Uma sociedade igualitária não só oferece oportunidades iguais aos seus cidadãos e cidadãs, mas também se preocupa com condições de vida menos desiguais em sua população. Tal como define a meta 10.3 do ODS 10, é fundamental “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados”.

A Oxfam Brasil acredita que o mérito deve ser valorizado, mas ainda persistem profundos desequilíbrios impedindo que nossa sociedade seja justa na sua utilização. No caso brasileiro, a despeito de avanços na redução de desigualdades, permanece uma situação extrema, em que poucos detêm a

maior parte dos recursos e das oportunidades – incluindo os recursos políticos que limitam e até mesmo impedem a mobilidade social. Esta situação é injusta e danosa a toda sociedade. Ela joga contra direitos individuais e coletivos, e de populações vulneráveis. Ela prejudica a classe média e enfraquece nossa economia, nossa democracia, e é terreno fértil para o florescimento da violência. Se é difícil definir o que seriam desigualdades “aceitáveis”, é verdade que a desigualdade extrema – aquela que impede a dignidade humana, o exercício de direitos e a mobilidade social – é indiscutivelmente inaceitável.



# 1. ESTADO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Nossos indicadores de desigualdade são como diferentes lentes que fotografam o mesmo problema – o distanciamento hierarquizado de grupos sociais. Obtivemos conquistas que merecem ser notadas, mas ainda aquém da concretização de todos os direitos previstos constitucionalmente.

**Combater as desigualdades é um fim em si mesmo. As diferenças socioeconômicas existentes no País são inaceitáveis sob qualquer aspecto, e não condizem com os ideais de igualdade e solidariedade sobre os quais nossa Constituição Federal se apoia. Mas há muito mais em jogo quando falamos de desigualdades.**

**A redução de desigualdades permite aumentar o acesso a direitos básicos. Dentro do Brasil, quanto menor a desigualdade de renda, maior a garantia a serviços essenciais como oferta de água ou de médicos, menores as taxas de mortalidade infantil e maior a expectativa de vida ao nascer. Combater desigualdades é também o caminho para vivermos em uma sociedade menos violenta, já que a exclusão social está diretamente relacionada ao aumento da violência, seja na cidade ou no campo. Por fim, a boa saúde de uma democracia depende de sociedades igualitárias: quanto maior a desigualdade e a interferência indevida de elites na definição de políticas, menor é a crença das pessoas na capacidade da democracia melhorar suas condições de vida, e menor é a crença na democracia em si.**

A Oxfam Brasil elegeu para esta publicação alguns indicadores que têm marcado o debate público sobre o tema no País: renda, riqueza e oferta de serviços essenciais. Abordaremos estes tópicos a partir das temáticas de raça, gênero e especificidades regionais, mostrando como injustiças recaem sobre diferentes grupos sociais e territórios.

## 1.1. Um breve histórico

Entre 1976 e 2015, o índice de Gini da renda variou de 0,623 a 0,515. Neste período, a pobreza encolheu de 35% para menos de 10%, ou seja, para

menos de um terço do que era há 40 anos. A oferta de serviços essenciais se expandiu: o índice de Gini para acesso à água encanada caiu de mais de 0,6 para cerca de 0,2; para a distribuição de esgoto caiu de cerca de 0,7 para pouco menos de 0,5; e para acesso à energia elétrica despencou de cerca de 0,5 para menos de 0,1. Trata-se de inequívoca tendência histórica de redução de desigualdades.

Nem tudo evoluiu da mesma maneira nesse período – a concentração de renda cresceu no período da ditadura militar, reduzindo pouco depois da abertura democrática. Já a oferta de serviços se expandiu nos anos 70 até meados dos 80, reduzindo em seguida o ritmo até a metade da década de 1990, quando retomou a expansão.

**Algumas mudanças estruturais na sociedade explicam estes avanços de longo prazo: crescimento econômico, alterações demográficas e migrações, inclusão da mulher no mercado de trabalho, políticas federais de redistribuição de recursos para a oferta de infraestrutura básica e a transição de um regime ditatorial para a democracia. Para os ganhos em renda e oferta de serviços essenciais, foram decisivas a provisão constitucional de recursos, a estabilização da economia na década de 1990, uma política de salário mínimo inclusiva nos anos 2000 e uma série de políticas sociais que tiveram de mais simbólico a retirada do País do mapa da fome da ONU, em 2015.**

A abertura democrática culminou com a Constituição de 1988. Nela, foram estabelecidos os direitos fundamentais que a sociedade brasileira aspirava. O Artigo 3º, Inciso III do texto constitucional estabelece que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

**A Constituição foi o ponto de partida para uma mudança multidimensional no reconhecimento do problema e da necessidade de superação das desigualdades no País. Passados os primeiros anos pós-1988, tem início uma trajetória geral de redução da desigualdade de renda e da pobreza. Apesar de dignos de reconhecimento, estes resultados não são mais que um começo para uma caminhada ainda muito longa.**

A Oxfam Brasil calcula que, mantido o ritmo médio de redução anual de desigualdades de renda observado desde 1988, levaríamos 35 anos para alcançarmos o nível que Uruguai está hoje. Seriam necessários 75 anos para chegarmos ao patamar atual do Reino Unido.

A elevação da renda dos mais pobres não tem sido suficiente para reduzir de

maneira mais drástica as desigualdades brasileiras, visto que existe ainda grande assimetria na apropriação do crescimento econômico total. Levantamento recente aponta que, entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos se apropriaram de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres foi de 18%. Neste mesmo período, a concentração de renda no 1% se manteve estável, no patamar de 22 a 25%.

Se aproximamos mais a lupa, percebemos que persistem desigualdades históricas entre mulheres e homens e, sobretudo, entre negros e brancos. Apesar de avanços em termos de equiparação salarial entre esses grupos, as mulheres ainda ganham 62% do que ganham os homens, e os negros ganham meros 57% em relação aos brancos. Neste último caso, é visível o arrefecimento da curva desde 2011, indicando que estamos estagnados na redução de desigualdades raciais medidas pela renda.

Este cenário histórico denuncia os persistentes mecanismos de concentração de renda, e a fragilidade de nossa trajetória de redução de desigualdades, carente de políticas estruturais para a redução da distância que aparta ricos e pobres no País.

### 1.2. Desigualdade extrema no Brasil de hoje

No início de 2017, os seis maiores bilionários do País juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, iniciamos o ano com mais de 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema.

#### 1.2.1. DESIGUALDADE DE RENDA, POR SEXO, RAÇA E REGIÃO

Em relação à renda, o 1% mais rico da população recebe, em média, mais de 25% de toda a renda nacional, e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%. Uma pessoa que recebe um salário mínimo mensal levaria quatro anos trabalhando para ganhar o mesmo que o 1% mais rico ganha

**em um mês, em média. Seriam necessários 19 anos de trabalho para equiparar um mês de renda média do 0,1% mais rico. Essa enorme concentração é fruto de um topo que ganha rendimentos muito altos, mas sobretudo de uma base enorme de brasileiros que ganha muito pouco.**

A grande maioria dos brasileiros tem uma renda média per capita de até um salário mínimo por mês. Considerando os valores de 2015, ano da última Pnad, seis em cada 10 pessoas têm uma renda domiciliar per capita média de até R\$ 792,00 por mês. De fato, 80% da população brasileira – 165 milhões de brasileiras e brasileiros – vivem com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais.

Por outro lado, uma parcela pequena da população tem rendimentos relativamente altos. Os 10% mais ricos do Brasil têm rendimentos domiciliares per capita de, em média, R\$ 4.510,00, e o 1% mais rico do País recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês.

Em relação aos demais 90%, os 10% dos brasileiros com maiores rendas poderiam ser facilmente classificados como “ricos”. Considerando os rendimentos médios de cada decil, eles ganham quase três vezes o que ganham aqueles no 9º decil, sete vezes o que ganham brasileiros do 5º decil, e 38 vezes a renda dos 10% de brasileiros mais pobres. Contudo, tal concentração de renda média no decil mais rico, quando vista de perto, revela uma enorme desigualdade no próprio topo.

Isto é visto pelo índice de Gini de renda dentro dos 10% mais ricos, que é de 30,7%, muito maior do que aquele observado nas demais faixas, nas quais ele não passa de 7,2% (com a notável exceção do primeiro decil, o mais desigual de todos por abrigar justamente os brasileiros miseráveis e muito pobres).

Considerando os dados tributários, o decil de renda mais alto é formado por brasileiros com rendimentos individuais declarados de cerca de três a mais de 320 salários mínimos – uma faixa demasiadamente larga e heterogênea para ser considerada monoliticamente como “ricos”. Não só existem diferenças socioeconômicas dentro desses 10%, mas também nem todos neste grupo têm o mesmo papel na redução de desigualdades.

Declarantes cuja renda individual está entre 3 e 20 salários mínimos (R\$ 2.364,00 e R\$ 15.760,00) são a grande maioria dentro dos 10% mais ricos: 9 em cada 10. Ao mesmo tempo, este grupo concentra apenas metade do total de rendimentos declarados, a maior parte deles sujeita à tributação – como veremos na Parte 2 deste relatório.

Por outro lado, há um grupo bastante diferente, o “topo do topo”, no qual estão

## **DESIGUALDADE**

---

brasileiros cujos rendimentos médios – a maior parte não tributada – são de cerca de R\$ 190.000,00 por mês – mais de quarenta e duas vezes a renda média do decil mais rico captada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Alguns rendimentos declarados superam os R\$ 400.000,00 mensais – quase noventa vezes o que ganha uma pessoa na média dos 10% mais ricos, de acordo com dados domiciliares per capita. Isso revela em que medida o topo é também muito desigual em si.

**Na comparação de rendimentos de homens e mulheres, houve avanços nas últimas décadas. Saímos de uma situação em que mulheres ganhavam 40% do valor dos rendimentos dos homens para uma proporção de 62% em 20 anos, sobretudo por conta da crescente entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado. Hoje, ainda existe uma inaceitável diferença: a renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508,00 em 2015, enquanto a das mulheres era de R\$ 938,00. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, a Oxfam Brasil calcula que mulheres terão equiparação salarial somente em 2047.**

Considerando somente a renda do trabalho, mulheres são mais numerosas na faixa salarial de 0 a 1,5 salário mínimo, passando a ocupar menos espaço em todas as faixas subsequentes. 65% das mulheres ganham até 1,5 salário mínimo, em contraste com 52% dos homens, e há cerca de dois homens para cada mulher na faixa de renda superior a 10 salários mínimos.

**Se há diferenças grandes entre homens e mulheres, o enfoque em raça mostra que a situação da população negra é ainda mais grave. Com base nos mesmos dados, entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários mínimos, há quatro brancos.**

Considerando todas as rendas, brancos ganhavam, em média, o dobro do que ganhavam negros, em 2015: R\$ 1.589,00 em comparação com R\$ 898,00 por mês. Em vinte anos, os rendimentos dos negros passaram de 45% do valor dos rendimentos dos brancos para apenas 57%. Se mantido o ritmo de inclusão de negros observado nesse período, a equiparação da renda média com a dos brancos ocorrerá somente em 2089.

Soma-se às desigualdades de raça e gênero a disparidade regional da renda.

**Os maiores rendimentos estão concentrados em municípios do Sudeste e do Sul do País. Dados do último Censo (2010) indicam que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham renda mensal per capita média superior a R\$ 2.000,00, chegando a R\$ 2.245,00 nesse último e R\$ 2.447,00 no primeiro.**

O Centro-Oeste também tinha rendas médias relativamente altas, variando entre R\$ 1.920,00 em Goiás e R\$ 2.071 no Mato Grosso do Sul. Nesta região, está a notável exceção do Distrito Federal, onde a renda média per capita era, de longe, a maior do Brasil – R\$ 3.620,21.

**O Norte e o Nordeste abrigavam a maior parte dos brasileiros com baixa renda. Com exceção do Amapá e de Roraima, todos os demais 14 estados dessas regiões tinham rendimentos médios abaixo dos R\$ 1.700,00. Uma pessoa residente no Maranhão ganhava, em média, 40% do que ganhava uma pessoa de São Paulo, e apenas 27% do rendimento de uma pessoa no Distrito Federal.**

O Gini de Produto Interno Bruto (PIB) per capita municipal se manteve em declínio ao longo dos últimos 40 anos – de 0,494 para 0,403 – o que mostra que houve relevante distribuição de renda entre as regiões brasileiras. Como veremos, este fato está diretamente conectado com outros tipos de desigualdades – como oferta de serviços essenciais e de infraestrutura urbana.

## Números da desigualdade e fontes de dados

Os dados oficiais usados para cálculo da concentração de renda são oriundos da Pnad, realizada anualmente (com algumas exceções) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1976. Tendo como base uma amostragem nacional de 150 mil domicílios (nos dias de hoje), a Pnad levanta, entre outros dados, a renda domiciliar per capita da população brasileira. Há também uma versão contínua, com dados mensais e trimestrais de renda do trabalho, o que deixa de fora outras rendas.

Pesquisas domiciliares (similares a muitas outras realizadas em outros países) tendem a subestimar os rendimentos dos mais ricos, seja por omissão ou esquecimento nas respostas de domicílios com rendas mais altas. Por este motivo, dados tributários tendem a ser mais confiáveis para medir

a renda dos mais ricos, pois reúnem informações detalhadas de todas as rendas individuais do declarante.

No Brasil, a Secretaria da Receita Federal (SRF) passou a disponibilizar dados agregados das Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas (DIRPF) em 2015, com informações retroativas à 2007 (ano calendário 2006). É importante observar que há limites também nas informações das DIRPF: os dados são demasiadamente agregados (divididos por faixas, por exemplo), não é possível realizar alguns cruzamentos e boa parte das grandes rendas não é declarada. Ainda assim, trata-se de um importante avanço em transparência.

Com base nos dados da SRF, alguns pesquisadores reavaliaram o tamanho da redução de desigualdades recentes. Ao contrário do que se vê nos estudos fundamentados exclusivamente da Pnad, a utilização dos dados da DIRPF relativos ao topo da distribuição de renda para cálculo do índice de Gini apontam para a estabilidade da desigualdade de renda no Brasil entre 2006 e 2012, e para a impressionante concentração de renda no topo da pirâmide social, a qual se manteve estável desde os anos 2000.

### 1.2.2. DESIGUALDADE DE RIQUEZA

**No Brasil, a desigualdade de riqueza – bens materiais como imóveis ou propriedades, e bens financeiros como aplicações e ações – é ainda maior que a desigualdade de renda. O 1% mais rico concentra 48% de toda a riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com 74%. Por outro lado, 50% da população brasileira possui cerca de 3% da riqueza total do País.**

**Hoje, seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a soma do que possui a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas. Gastando R\$ 1 milhão por dia, estes seis bilionários, juntos, levariam em média 36 anos para esgotar o equivalente ao seu patrimônio.**

Entre 2000 e 2016, o número de bilionários brasileiros aumentou de aproximadamente 10 para 31. Em conjunto, eles possuem um patrimônio de mais de US\$ 135 bilhões (R\$ 424,5 bilhões). Nem toda essa fortuna é fruto somente do trabalho próprio: do total dos bilionários brasileiros, metade herdou patrimônio da família – 16 (52% do total). Obviamente, isso não retira o mérito de quem trabalhou para

manter e expandir o patrimônio herdado. Por outro lado, esta constatação é um sintoma da incapacidade de nosso sistema de desconcentrar a riqueza – algo que sistemas tributários mais progressivos, como visto em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), podem ajudar a fazer. No Brasil, não é possível abordar o tema da riqueza sem considerar prioritariamente o patrimônio “não financeiro”. Do total da riqueza média da população, 68% é composto por patrimônio não financeiro, como terras, imóveis e outros bens. Trata-se de proporção similar à da América Latina e Caribe, onde, em média, 71% do patrimônio é composto por ativos não financeiros.

A desigualdade na distribuição de terras agrícolas no País, por exemplo, vem se agravando ao longo dos anos. O índice de Gini para distribuição de terras no Brasil aumentou de 0,857 em 1985 para 0,872 em 2006 (ano de realização do último Censo Agropecuário), e chegamos a uma situação em que grandes propriedades – maiores do que 100 hectares – são menos de 15% do total, mas somam metade de toda a terra agrícola privada no Brasil.

Fica explícito o aumento da concentração de terras entre 1995 e 2006, o que pode ser explicado pela queda da proporção do número de pequenas propriedades agrícolas sobre o total.

**Estimativas mais recentes dão conta de que, em 2016, do total da área ocupada por terras privadas, 25% eram de pequenas propriedades – aquelas com até 4 módulos fiscais (medida que varia por município). Os demais 75% são de médias e grandes propriedades, aquelas cuja área é igual ou superior a 4 módulos fiscais. No Brasil, não há limites para o tamanho de propriedades, existindo fazendas maiores que 150 mil hectares, o tamanho do município de São Paulo.**

A concentração imobiliária nas cidades segue a mesma lógica. No município de São Paulo, 1% dos proprietários – 22.400 pessoas – concentra 25% de todos os imóveis registrados na cidade, o que significa 45% do valor imobiliário municipal – R\$ 749 bilhões. Considerando somente estes dados, estes proprietários possuem, em imóveis urbanos, uma média de R\$ 34 milhões por pessoa, em torno de 600 vezes a média nacional de distribuição de patrimônio.

### 1.2.3. DESIGUALDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS

Às desigualdades de renda e riqueza somam-se a distribuição injusta de ser-

viços essenciais. Não só a renda e a riqueza de uma família determinam sua condição de vida, mas também o acesso à energia elétrica, à água encanada, à coleta de esgoto, entre outros componentes essenciais de infraestrutura habitacional. Suas respectivas políticas têm impacto direto na educação, na saúde e na própria renda familiar, afetando desigualdades de maneira ampla.

O Brasil expandiu enormemente estes serviços nas últimas décadas. A luz elétrica, por exemplo, é hoje universalizada no País, e a oferta de água encanada é significativa. No entanto, a cobertura dos serviços essenciais está fortemente correlacionada à renda, o que incorre em grande desigualdade de acesso a eles.

Dados de 2015 apontam que a cobertura de acesso a água, por exemplo, alcança 94% para quem está entre os 5% mais ricos, mas cai para 62% quando se trata dos 5% mais pobres. No caso de cobertura de esgoto, ela abrange 80% dos 5% mais ricos; porém, cai para menos de 25% se observados os 5% mais pobres. A exceção está na energia elétrica, que teve forte expansão nas últimas décadas, sobretudo para as camadas mais pobres da população.

Além da expansão da cobertura de serviços essenciais em municípios, o processo de urbanização pelo qual passou o Brasil possibilitou a extensão da cobertura na medida em que concentrou a população, viabilizando a oferta a um custo menor. Ao mesmo tempo, a urbanização brasileira “transportou” as desigualdades regionais para dentro dos municípios, como visto a seguir.

### 1.2.4. DESIGUALDADES NAS CIDADES: O CASO DE SÃO PAULO

Ao longo dos últimos 40 anos, o Brasil viveu um processo intenso de crescimento dos centros urbanos e redução da população rural relativa. A taxa de urbanização era de 55% em 1970, atingindo 84% em 2010. Em particular, alguns centros urbanos absorveram uma grande massa de migrantes rurais – notadamente nordestinos, mas também do interior de Minas Gerais e de outras zonas rurais.

**São Paulo, o maior centro urbano do Brasil, conta hoje com 12 milhões de habitantes, ou seja, 6% da população brasileira em apenas um município. É também um exemplo contundente de como a urbanização acelerada se traduziu em desigualdades espaciais dentro dos municípios.**

**Hoje, de acordo com o Mapa de Desigualdade elaborado pela Rede Nossa São Paulo, dos 96 distritos de São Paulo, 34 estão recorrentemente na**

**“lanterna” dos indicadores de saúde, educação, habitação e renda. Trata-se dos mesmos distritos onde as rendas médias são as mais baixas da cidade, e onde vivem 4,7 milhões de pessoas, cerca de 40% do total do município.**

Essa correlação é vista também na comparação dos percentuais de pessoas em alta ou muito alta situação de vulnerabilidade e a renda média por distrito. Em distritos com maior proporção de pessoas em situação de vulnerabilidade – ou seja, com mais pessoas vivendo sem oferta de esgoto e água – a renda tende a ser menor.

**O distrito de Marsilac é ilustrativo das extremas desigualdades que ocorrem em um mesmo município. Lá, 43% da população estavam em situação de alta vulnerabilidade social e a renda per capita mensal era de R\$ 347,00 – a menor do município – considerando os dados do último Censo (2010). Já em Moema, onde a renda per capita mensal era de R\$ 4.967,00 – a maior do município –, não havia pessoas em situação de alta vulnerabilidade social.**

Dados mais recentes dão conta de que, em Cidade Tiradentes, bairro de periferia de São Paulo, a idade média ao morrer é de 54 anos, 25 a menos do que no distrito de Pinheiros, onde ela é de 79 anos. Trata-se de um dado que resume como as desigualdades se manifestam de diversas formas, sempre a um preço muito alto para a base da pirâmide social no Brasil.



## **2. CAMINHOS E DESCAMINHOS NA REDUÇÃO DE DESIGUALDADES**

Desigualdades sociais não são inevitáveis. São, antes, produto da ação ou inação de governos e empresas ao longo da história, em benefício de poucos indivíduos com muito poder. Desta forma, seu combate também exige políticas sustentadas ao longo do tempo, levadas a cabo por sucessivos governos, bem como mudanças estruturais na forma pela qual as sociedades distribuem renda e riqueza.

São diversos os fatores que explicam a situação de desigualdade extrema no Brasil. Nossa bagagem histórica de quase quatro séculos de escravidão e nosso largo passado colonial criaram profundas clivagens entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens. Tal distanciamento marcou a forma com a qual organizamos nossa sociedade, nossa economia e nosso Estado, diminuindo sua capacidade redistributiva. Em outras palavras, não só nossa economia beneficia poucos, mas também nosso Estado e nossa organização social contribuem para perpetuar desigualdades.

Não obstante termos logrado avanços importantes nas últimas décadas, são ainda frágeis as políticas de combate à pobreza e à desigualdade. A maior parte da riqueza produzida no País tem sido apropriada por poucos, regra que se manteve mesmo nos anos de pleno emprego. Em 2015, a pobreza voltou a crescer, quebrando uma sequência de cerca de dez anos de queda contínua. Esta situação tenderá a se exacerbar a partir do atual contexto, em que reformas radicais que retiram direitos e medidas de austeridade orçamentária são empurradas à revelia da opinião pública.

O combate às desigualdades passa pela revisão da forma com a qual o Estado arrecada e distribui recursos, da forma com a qual ele cuida das pessoas de hoje e prepara os cidadãos e cidadãs de amanhã. A seguir, lançaremos um olhar para as políticas que distribuem ou concentram renda, riqueza e serviços – os caminhos e descaminhos na redução de desigualdades.

## 2.1. Um sistema tributário amigo dos super-ricos

**Nosso sistema tributário reforça desigualdades. O efeito da tributação no Brasil é, no geral, de aumentar a concentração da renda ou, no mínimo, não a alterar. Trata-se de uma situação já resolvida na maioria dos países desenvolvidos (onde a tributação, de fato, distribui renda), e que compõe barreira estrutural na redução de desigualdades no Brasil.**

Apesar de nossa carga tributária bruta girar em 33% do PIB – nível similar ao dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) ela é mal distribuída, de modo que os mais pobres e a classe média pagam muito mais impostos proporcionalmente que pessoas com rendas muito altas.

**Essa inversão ocorre por, pelo menos, quatro razões: perda de progressividade nas faixas de renda mais altas do imposto de renda, má distribuição da carga entre impostos diretos e indiretos, baixa tributação do patrimônio e elisão e evasão fiscais.**

### 2.1.1. SUPER-RICOS PAGAM POUCO IMPOSTO DE RENDA

Sistemas justos de tributação da renda se apoiam em uma lógica simples: quem tem mais paga mais, quem tem menos, paga menos, e quem tem muito pouco não paga nada. No caso do imposto sobre a renda brasileiro, esta lógica não vale para o topo da pirâmide.

**Pessoas que ganham 320 salários mínimos mensais pagam uma alíquota efetiva de imposto (ou seja, aquela realmente paga após descontos, deduções e isenções) similar à de quem ganha cinco salários mínimos mensais, e quatro vezes menor em comparação com declarantes de rendimentos mensais de 15 a 40 salários mínimos. A progressividade das alíquotas efetivas cresce até a faixa dos 20 a 40 salários mínimos de rendimentos, passando a partir daí a cair vertiginosamente, justamente nos grupos mais ricos do País. Esta inversão é produto de duas distorções no imposto de renda: a isenção de impostos sobre lucros e dividendos e a limitação de alíquotas no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).**

Lucros e dividendos são justamente os “salários” dos super-ricos. Desde 1996, donos ou acionistas de empresas deixaram de pagar qualquer imposto sobre os dividendos recebidos na distribuição de lucros das empresas, política de isenção que

existe somente em dois países da lista de membros e parceiros da OCDE: Brasil e Estônia. Tal medida beneficia justamente os mais ricos do Brasil, que têm aí suas principais fontes de rendimento.

Dados da SRF de 2016 apontam que as pessoas com rendimentos mensais superiores a 80 salários mínimos (R\$ 63.040,00) têm isenção média de 66% de impostos, podendo chegar a 70% para rendimentos superiores a 320 salários mínimos mensais (R\$ 252.160,00). Por outro lado, a isenção para a classe média (considerando as faixas de 3 a 20 salários mínimos, R\$ 2.364,00 a R\$ 15.760,00) é de 17%, baixando para 9% no caso de quem ganha 1 a 3 salários mínimos mensais (R\$ 788,00 a R\$ 2.364,00). Em resumo, as menores rendas e a classe média pagam proporcionalmente muito mais imposto de renda que os super-ricos.

**Além da isenção de lucros e dividendos, tributam-se pouco as grandes rendas de salário. Hoje, as alíquotas por faixas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) são divididas em quatro, a depender da faixa de renda do declarante: 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%. O Brasil já teve até 13 alíquotas diferentes, que alcançavam maiores contribuições dos super-ricos.**

A inexistência de alíquotas maiores para quem ganha muito mais do que o piso da maior alíquota – R\$ 4.664,68 – contribui para a perda de progressividade do Imposto de Renda. Considerando os dados de faixa de renda divulgados pela Receita Federal, pagam 27,5% de alíquota tanto quem ganha cerca de 6 salários mínimos mensais quanto quem ganha 320 salários mínimos mensais. Esta situação é piorada pela defasagem de mais de 80% da tabela do IRPF, há mais de 20 anos sem reajuste.

### 2.1.2. DISTRIBUIÇÃO DA CARGA ENTRE TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS

A injustiça tributária é expressa também pela proporção de impostos diretos, aqueles que recaem sobre o indivíduo (como o IRPF ou o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU), e indiretos, aqueles que recaem sobre produtos e serviços (como tributos sobre combustíveis, ou sobre alimentos). Pouco mais da metade (53%) da receita tributária do Brasil é formada por tributação do consumo, que, por ter sua arrecadação atrelada a itens como alimentação, medicamentos, vestuário, transporte, aluguel etc., onera de maneira injusta os mais pobres, que gastam a maior parte de sua renda nestes itens. No caso do imposto sobre a renda, mais justo, ele é responsável por apenas 25% da arrecadação total.

Como consequência, a carga tributária pesa mais nas menores rendas. Os 10% mais pobres no Brasil gastam 32% de sua renda em tributos (28% dos quais são indiretos, ou seja, sobre produtos e serviços). Por outro lado, os 10% mais ricos gastam apenas 21% de sua renda em tributos, sendo 10% em tributos indiretos.

Essa diferença penaliza proporcionalmente mais aos negros e às mulheres, em comparação com os homens brancos: três em cada quatro brasileiros que estão na faixa dos 10% mais pobres – a que mais gasta com tributos – são negros e mais da metade são mulheres. Por outro lado, dentre os 10% mais ricos, os que pagam a menor quantidade relativa de impostos, dois em cada três são brancos e são homens.

Numa estrutura de renda justa, a tributação deveria atuar de forma redistributiva, não concentradora. No Brasil, ocorre justamente o contrário – nosso sistema tributário penaliza os pobres e alivia os super-ricos, que acumulam renda e, com isso, patrimônio – outro território pouco habitado por impostos.

### **2.1.3. A BAIXA TRIBUTAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

A arrecadação com impostos patrimoniais representa apenas 4,5% do total, enquanto em países da OCDE como Japão, Grã-Bretanha e Canadá essa taxa é de mais de 10%. Nos EUA, ela chega a 12,15%. O imposto sobre herança, por exemplo, representa cerca de 0,6% da arrecadação nacional, valor baseado em alíquotas baixas e, por vezes, sequer aplicadas. Em São Paulo, a alíquota do imposto sobre herança é de 4%. No Reino Unido, ela alcança 40% .

Além disso, há diversos tipos de patrimônio simplesmente não tributados. A posse de jatos, helicópteros, iates e lanchas não incorre no pagamento de nenhum tributo por seus proprietários, enquanto os veículos terrestres requerem pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Apesar de estabelecido na Constituição Federal, até hoje não foi criado o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

A despeito do País ter uma porção de terra cultivada de cerca de 300 milhões de hectares, 35% de todo o território nacional, o valor arrecadado com o Imposto Territorial Rural (ITR) representa menos de 0,06% do total arrecadado pelo Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, há uma porção enorme de subsídios destinados aos proprietários de terra, e de maneira extremamente

## DESIGUALDADE

concentrada: apenas 9% dos estabelecimentos acessam 70% de todos os recursos públicos destinados à produção agropecuária.

### 2.1.4. EVASÃO, ELISÃO E RENÚNCIAS

**Além dos desequilíbrios do sistema tributário, existe uma grande quantidade de impostos que simplesmente não são pagos. Isto ocorre tanto por elisão quanto por evasão fiscal – ou seja, legal e ilegalmente.**

O setor mineral no Brasil, por exemplo, lança mão do uso de técnicas legais que reduzem a base de cálculo de tributos – elisão que reduz em até 23% a quantidade de recursos recebidos pelos cofres públicos. Ademais, estudos realizados pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz) indicam que a arrecadação tributária brasileira poderia se expandir, sem aumento de impostos, caso fosse possível eliminar a evasão tributária. A estimativa mais conservadora da entidade aponta para uma sonegação tributária da ordem de R\$ 275 bilhões em 2016.

Há também uma enorme quantidade de recursos que deixaram de ser arrecadados pelo Estado como instrumento de incentivo econômico – as renúncias fiscais ou, como são oficialmente chamados, gastos tributários. Trata-se de exceções que viraram regras ao longo dos últimos anos, alcançando R\$ 271 bilhões em 2016.

### QUANTO O BRASIL DEIXA DE ARRECADAR

A crise fiscal de 2014 abriu terreno para um debate sobre saneamento das contas públicas que teve como foco o corte de gastos – incluindo gastos sociais. Discutiu-se pouco a possibilidade de revisão da política tributária do País, aumentando a arrecadação por meio da correção dos vícios de nosso sistema que prejudicam a classe média e os mais pobres e beneficiam os super-ricos.

Uma dessas distorções é a isenção de lucros e dividendos, instituída em junho de 1995. Trata-se da isenção de IRPF à distribuição de lucros a pessoas físicas, eliminando o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos distribuídos. Outra é a isenção de IRPF da remessa de lucros e dividendos ao exterior.

Mais um vício é a instituição de “juros sobre capital próprio”, desde dezembro de 1995. Isto ocorre quando uma empresa toma emprestado recursos de seus acionistas ou sócios para suas atividades regulares, mas em contrapartida os remunera com juros antes do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL), reduzindo a base de cálculo destes impostos e assim diminuindo a arrecadação através de um artifício técnico contábil. Na prática, isso significa uma redução da base tributária do IRPJ e da CSLL devido pelas empresas e uma forma secundária de distribuição de lucros e dividendos.

**Considerando apenas a reversão dessas medidas, o que não requeria modificações constitucionais, estima-se que o potencial de arrecadação na esfera federal poderia aumentar cerca de R\$ 60 bilhões por ano, o equivalente a duas vezes o orçamento federal para o Programa Bolsa Família, quase três vezes o orçamento federal para a educação básica, e quase 60 vezes o que se aloca para educação infantil.**

Somada essa cifra aos números de evasão e gastos tributários, o Brasil deixou de arrecadar em 2016 R\$ 600 bilhões, quase quatro vezes o rombo da previdência calculado pelo atual governo.

## **2.2. A IMPORTÂNCIA DO GASTO SOCIAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES**

Desigualdades de renda são sensíveis a gastos sociais. Os investimentos públicos têm impacto direto no bolso e na vida dos mais pobres e reduziram desigualdades em diversos países. Neste sentido, a Constituição Federal é bastante coerente, pois prevê, em seu Artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”.

**De fato, gastos sociais tiveram e têm um papel fundamental na redução de desigualdades no Brasil. Por um lado, eles distribuem diretamente recursos, sobretudo por meio das políticas distributivas de assistência social e da previdência pública. Por outro, eles ofertam serviços essenciais e expandem a possibilidade de mobilidade social, especialmente por gastos com saúde e educação públicas. Todos esses gastos sociais aumentam direta ou indiretamente a renda de famílias mais pobres, explicando parte importante da**

queda do índice de Gini na primeira década de 2000. Trata-se de políticas fundamentais na construção de uma sociedade mais justa.

### **2.2.1. O GASTO SOCIAL CRESCERAO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

**Considerando somente o orçamento federal, o Brasil desembolsou, em 2015, um valor correspondente a 17,5% do PIB em gastos sociais – mais de 26% do PIB considerando o total do gasto público nas três esferas – municipal, estadual e federal. Trata-se de proporção relativamente alta em comparação com outros países em desenvolvimento.**

Desde 1995, esse valor vem aumentando gradualmente, especialmente nos últimos 15 anos, chegando a um crescimento real de mais de 170% no período. Junto com Argentina, Colômbia e Costa Rica, somos um dos poucos países com esse nível de gasto social na América Latina. No contexto mundial, o Brasil está longe de países ricos como Estados Unidos e Austrália, e ainda mais distante de países-referência, como Suécia ou Dinamarca.

### **2.2.2. PREVIDÊNCIA PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**A previdência pública e os gastos em assistência social representam R\$ 6,60 de cada R\$ 10,00 gastos na área social. Do total, cerca de 58% são destinados à previdência, 15% à educação, 10% à saúde, 8% à assistência social (incluindo o Programa Bolsa Família), e o restante é fragmentado entre gastos com trabalho e emprego, saneamento básico e habitação, e reforma agrária e programas da agricultura familiar.**

A participação da previdência pública no total de gastos sociais aumentou ao longo dos últimos anos. Hoje, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que beneficia contribuintes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), relativo ao funcionalismo público, equivalem, juntos, a cerca de 9% do PIB brasileiro.

Estima-se que o efeito da previdência seja de incremento da renda familiar. Isto ocorre por conta da alta progressividade do RGPS, que beneficia a maioria dos brasileiros nas cidades e no campo. Por outro lado, existem desequilíbrios no RPPS, que acabam concentrando os benefícios previdenciários nas mãos de poucos, tornando seu efeito redistributivo no mínimo negativo, e, na melhor das hipóteses,

limitado.

Apesar disso, houve uma tendência geral de aumento da progressividade do gasto previdenciário ao longo dos anos, e seu efeito sobre a redução de desigualdades é relevante. Mudanças nessa política social devem buscar o aumento da progressividade do gasto, e reconhecer a sua importância na garantia da renda familiar e na própria economia – sem retrocesso neste sentido.

No caso de programas de assistência social, eles são altamente progressivos, mas são mais importantes no combate à pobreza que às desigualdades. O Programa Bolsa Família, por exemplo, cresceu em importância nos últimos 15 anos, tanto pelo aumento da sua cobertura quanto pelo seu efeito progressivo – 80% dos benefícios são apropriados pelos 40% mais pobres do Brasil. É um recurso que sustenta cerca de 20% da renda dos 10% mais pobres, portanto é fundamental para a redução da pobreza no País.

Seu custo representa, hoje, 0,5% do PIB, muito baixo comparativamente a outros programas. Contudo, dado que o benefício distribuído por família é relativamente baixo, ele não deve ser visto como uma solução para a redução das desigualdades de renda no Brasil.

### 2.2.3. SAÚDE E EDUCAÇÃO

O gasto federal em saúde, fundamental para reduzir as despesas privadas das famílias, é o único que se tem mantido relativamente estável ao longo do tempo, sendo de 1,6% do PIB em 2015. Considerando o gasto em saúde feito por todo o setor público (União, estados e municípios), houve um crescimento de 3,8% do PIB, em 2000, para 5,1% em 2015. Esse gasto tem efeito fundamental para brasileiros de menor renda – em que pese ser ainda aquém do necessário para uma provisão universal de saúde no Brasil –, e é progressivamente distribuído na sociedade.

O Mapa mostra a sobreposição existente entre rendas médias menores e uso do sistema público de saúde, por unidade da federação, indicando que o gasto em saúde pública tem efeito importante no atendimento a famílias de baixa renda. As regiões Norte e Nordeste, por exemplo, abrigam Estados onde a renda é particularmente baixa e o acesso à saúde pública é mais alto. O Distrito Federal, em contraste, é a unidade da federação com maior renda média, e com menor uso da saúde pública.

## DESIGUALDADE

Mulheres e negros são maiores usuários do sistema público de saúde. Os acessos de mulheres a hospitais, postos de saúde e vacinação, entre outros serviços públicos, giram em torno de 60% a mais que os de homens, chegando esse percentual a 84% no Distrito Federal. Cerca de 75% das pessoas que se declaram negras usam serviços públicos de saúde, em comparação com uma proporção de 50% de pessoas brancas.

No caso da educação, houve aumento do gasto público federal em relação ao PIB, sobretudo ao longo dos anos 2000, chegando a 2,4% do PIB em 2015 (5,6% no caso dos gastos de todo o setor público). O orçamento destinado ao ensino fundamental e ao ensino médio cresceu mais que o restante, aumentando a oferta de salas de aula, e a progressividade do gasto público em educação no Brasil.

Por outro lado, o gasto público médio mensal é maior nos estratos de renda mais alta, limitando o seu alcance para redução de desigualdades. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base na última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE, a razão entre o gasto com os 20% mais ricos e com os 40% mais pobres era de 2,8 vezes em 2008, tendo girado em torno de três vezes ao longo dos anos 2000.

Do ponto de vista das desigualdades, a cada dois passos que andamos para frente por conta da progressividade do investimento nos ensinos fundamental e médio, damos um passo para trás em razão da regressividade do investimento no ensino universitário. Isto ocorre em consequência da maior escolarização das pessoas de rendas maiores, e também do menor acesso de pessoas de renda mais baixa à universidade pública – erro que a política de cotas raciais e sociais vem contribuindo para corrigir.

### A EMENDA DO TETO DE GASTOS E A DESIGUALDADE DE RENDA

Em dezembro de 2016, foi promulgada a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um “Novo Regime Fiscal” (estabelecendo o que se convencionou chamar de “teto de gastos”). Segundo o novo texto constitucional, ficam congelados todos os gastos federais por 20 anos, sujeitos a reajustes no limite da inflação do ano anterior.

Na prática, esta emenda – uma medida drástica sem precedentes – limita a expansão do gasto social por 20 anos, inviabilizando a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e da expansão do Sistema Único de Saúde (SUS) e de programas da assistência social, entre outras políticas centrais para o combate à pobreza e às desigualdades no Brasil. Isto ocorrerá justamente em um período durante o qual a população brasileira vai se expandir e envelhecer mais, e em meio a uma grave crise econômica. Os gastos sociais, se aplicados de maneira justa, redistribuem renda, riqueza e serviços essenciais. As políticas de transferência direta de recursos (sobretudo o BPC e o Bolsa Família) reduzem a pobreza, e os gastos em saúde e educação públicas reduzem as despesas de famílias de baixa renda, aliviando os orçamentos familiares e reduzindo desigualdades. Além disso, gastos sociais fomentam o crescimento econômico, na medida em que aumentam o poder de consumo de famílias de renda baixa e média. **Limitar gastos sociais significa limitar a redução de desigualdades. A Oxfam Brasil acredita que a Emenda do Teto de Gastos é um dos mais graves retrocessos observados no Brasil desde a Constituição, e um largo passo para trás na garantia de direitos.**

### 2.3. EDUCAÇÃO: UMA PORTA EMPERRADA PARA NEGROS E POBRES

A educação é crucial para combater as desigualdades. Não por acaso, o Brasil viveu avanços educacionais históricos que tiveram efeito positivo na redução de desigualdades de renda, sobretudo por meio da elevação da renda dos mais pobres. Entretanto, permanecem altas as disparidades educacionais, que geram e reforçam outras desigualdades.

A média brasileira de anos de estudo é de 7,8 anos, abaixo das médias latino-americanas, como as do Chile e Argentina (9,9 anos), Costa Rica (8,7 anos) e México (8,6 anos). É ainda mais distante da média de países desenvolvidos, como a Inglaterra (13,3 anos), os Estados Unidos (13,2 anos) e a França (11,6 anos).

**Em geral, a juventude negra e pobre é a mais afetada pelas barreiras educacionais. Baixo número de anos de estudo, evasão escolar e dificuldade de acesso à universidade são problemas maiores para esses grupos, que, não por acaso, estão na base da pirâmide de renda brasileira.**

### 2.3.1. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO

Muitos alunos ainda estão excluídos da escola, sobretudo no que se refere à educação infantil, aos últimos anos do ensino fundamental e ao ensino médio. Segundo dados da última Pnad, 75% das crianças menores de quatro anos de idade não estão em creches ou escolas. Além disso, a taxa de conclusão do ensino fundamental foi de 76%, e a do ensino médio de apenas 59%. Ou seja, quatro em cada 10 jovens de 15 a 19 anos não concluem o ensino médio. Outra face da moeda, a taxa de abandono escolar é maior no ensino médio (6,8%) e nos anos finais do ensino fundamental (3,2%) do que no início do ensino fundamental (1%). Esta situação afeta desigualmente negros e brancos, pobres e ricos, zona rural e zona urbana.

Apesar do crescimento da média geral ao longo das últimas décadas, a distância entre a escolaridade de negros e brancos tem se reduzido a passos lentos. Em 1995, brancos tinham, em média, 6,7 anos de estudo, enquanto no caso dos negros essa média era de 4,5. Passados vinte anos, brancos têm uma média de 9 anos de estudo, contra 7,4 dos negros.

Ao final de 2016, a parcela de negros sem instrução alguma era de 18%, enquanto este percentual era de 12% para brancos. Quando se trata de negros com ensino fundamental incompleto, ela é de 37%, enquanto para brancos é de 32%. No caso do ensino médio, 7% dos negros e 6% dos brancos não a haviam completado.

### 2.3.2. QUALIDADE DO ENSINO

Além da inclusão educacional, a redução de desigualdades requer melhor qualidade do ensino. O Brasil ocupa o 59º lugar em matéria de leitura e o 65º no que diz respeito à matemática no ranking de 70 países avaliados no último Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, conforme sua sigla em inglês), conduzido pela OCDE. Bons professores e recursos educacionais de qualidade são desigualmente distribuídos na sociedade.

Em 2011, a probabilidade de um jovem branco da classe A, no último ano do ensino fundamental, ter acesso a professores com ensino superior completo era de quase 100%, caindo para menos de 80% no caso de jovens pretos da classe E. Quando se trata de professores do 5º ano do ensino fundamental, essa probabilidade é de cerca de 95% para brancos da classe A, e menos de 30% para pretos da

classe E.

Esse cenário leva estudantes a competirem por vagas em universidades públicas em condições extremamente desiguais. A evasão e a baixa qualidade dos ensinos fundamental e médio afetam os que pertencem aos estratos mais baixos de renda, sobretudo negros, criando condições para a expressiva desigualdade no acesso ao ensino superior.

### **2.3.3. BAIXO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR AFETA NEGROS MAIS QUE BRANCOS**

Apenas 34,6% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no ensino superior, e a parcela total dos que efetivamente o concluem é de apenas 18%. Se comparada esta taxa com a dos países da OCDE (36%), ela corresponde à sua metade. Cotejada com outras, é muito menor que a de países desenvolvidos do topo educacional como Japão e Austrália (44%), e até mesmo inferior à de países em desenvolvimento como a Turquia (31%) e a China (22%).

**Sob a ótica racial, as desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil são marcantes. Em 2010, negros representavam apenas ¼ dos diplomados no Brasil. Além disso, cursos universitários de carreiras com rendimentos altos são território de brancos: a chance de pretos completarem um curso universitário de engenharia é a metade da que têm os brancos, e no caso de odontologia é cinco vezes menor que a de um branco.**

### **2.4. DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DE GÊNERO**

Considerando as últimas décadas, vem caindo a diferença de renda relativa entre pessoas com mais e menos anos de escolaridade – o chamado “prêmio salarial”. A diferença dos salários de pessoas com fundamental completo e incompleto chegou a 17% em 2010 (era de 33% em 1980) e o prêmio salarial para quem conclui ensino médio em relação a quem não o conclui era de 37% no último Censo (60% em 1980). Essa progressiva equalização de salários é resultado do aumento da escolarização dos brasileiros, e tem efeito benéfico para a redução de desigualdades. O prêmio salarial para o ensino superior cresceu relativamente considerando os últimos 40 anos, mas segue em viés de queda desde os últimos 15. Hoje, pessoas com ensino superior ganham até 2,5 vezes mais do que aqueles que concluíram apenas o ensino médio, uma diferença muito maior do que ocorre nos países da

OCDE, cuja média é de 1,6. Esta diferença aumenta a desigualdade de renda entre os brasileiros, com especial peso para mulheres e negros, cujos rendimentos são historicamente menores, independentemente do nível educacional.

**Para a população negra, avançar na escolaridade não significa equalizar a renda com brancos. Na faixa dos que concluíram o ensino médio, o rendimento é, em média, de R\$ 1.497,00, o que significa 76% do rendimento médio de brancos (R\$ 1.958,00) da mesma faixa educacional. Para o ensino superior, negros com diploma ganham 75% do que ganham brancos com diplomas – R\$ 3.144,00 e R\$ 4.185,00 em média, respectivamente.**

No caso de mulheres, apesar de terem escolaridade média superior à dos homens – 8,4 anos de estudo e 8, respectivamente – é ainda mais flagrante a diferença salarial considerando as mesmas faixas educacionais. Mulheres com ensino médio completo ganham, em média, R\$ 1.338,00, 66% do que ganham os homens de igual escolaridade (R\$ 2.023,00). Na faixa de ensino superior completo, mulheres ganham R\$ 3.022,00 em média, apenas 63% do que ganham homens com o mesmo nível educacional (R\$ 4.812,00).

Não só há discriminação negativa contra negros e mulheres dentro das mesmas faixas educacionais, mas também com as mesmas profissões. Negros e mulheres estão concentrados em carreiras com menor remuneração, e tendem a ganhar menos que brancos e homens mesmo nestas carreiras.

Um médico negro ganha, em média, 88% do que ganha um médico branco. No caso de uma formação de menor remuneração com grande participação de negros, como religião, ainda assim a proporção do rendimento por eles recebido é de 83% em relação ao rendimento médio dos brancos de mesma formação e profissão.

No caso de mulheres, as diferenças são mais gritantes. Médicas ganham, em média, 64% dos rendimentos de homens médicos, e mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, seus colegas homens. Em formações de menor remuneração com grande participação feminina, como letras, mulheres ganham em média 80% do que ganham os homens.

### 2.5. O MERCADO DE TRABALHO E SEU PESO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Há muitas evidências que apontam o mercado de trabalho como principal fator da recente redução da desigualdade de renda no Brasil. A queda acentuada do desemprego, somada ao aumento da formalização do trabalho e da

valorização real do salário mínimo aumentaram substancialmente a renda da base da pirâmide. Isto provocou o deslocamento de um amplo grupo social, de uma condição de pobreza ou quase pobreza para uma condição de vida relativamente melhor (ainda que distante da alta classe média da “base” dos 10% mais ricos).

### **2.5.1. RENDA EM ALTA, DESEMPREGO EM BAIXA E FORMALIZAÇÃO**

Na década de 90, com exceção do notável ganho com a introdução do Plano Real em 1994, a renda per capita se manteve em declínio. Ao mesmo tempo, houve um aumento sustentado do desemprego, o que contribuiu para certa estagnação do índice de Gini.

Esse cenário passou a mudar a partir dos anos 2000, com um aumento substancial da renda e queda contínua do desemprego, casada com o aumento dos postos formais de trabalho. A formalização do trabalho sinaliza aumento da renda média, visto que o trabalhador com carteira assinada tende a ganhar mais que aquele que não a possui, além de ter acesso a benefícios atrelados ao trabalho formal (férias remuneradas, 13º salário, aposentadorias, pensões e licenças etc.). Em 2015, enquanto um trabalhador formal ganhou por mês, em média, R\$ 2.195,00, o informal ganhou em média R\$ 1.174,00 mensais, quase a metade.

Há um fenômeno implícito nos ganhos apontados e que tem raízes anteriores às últimas duas décadas: a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho. Entre 1991 e 2010, a proporção de mulheres que buscaram inserção no mercado saltou de 35% para 53%. Esta proporção era de apenas 17% em 1960, indicando uma tendência histórica relativamente recente, e ainda incompleta.

Os 47% de mulheres que não conseguem entrar na População Economicamente Ativa (PEA) têm, em sua maioria, um perfil específico: estão em idade produtiva, possuem escolaridade média superior à dos homens inativos, têm filhos e são casadas. São traços de uma sociedade profundamente patriarcal, que joga para a mulher a maior parte do trabalho reprodutivo – não remunerado. Aqui reside um dos nossos maiores obstáculos para a redução drástica de desigualdades de gênero no Brasil.

### **2.5.2. SALÁRIO MÍNIMO**

**Boa parte do ganho da renda é proveniente de uma política de valorização real do salário mínimo, de quase 80% entre 2002 e 2016. Segundo o Pnud, a política salarial no Brasil teve um efeito duas vezes maior na redução de desigualdades que os programas de transferência de renda .**

A partir de 2000, houve um descolamento dos ajustes de salário mínimo em relação à inflação do ano anterior – com exceção do ano de 2002, quando ela disparou em torno do debate presidencial –, algo que não se verificou nos anos de 1990. O controle da inflação ao longo dos anos de 1995 a 2013 foi fundamental para o ganho real e, por isso, para a redução de desigualdades – período que a crise fiscal de 2014/2015 acabou por encerrar.

### **2.6. DEMOCRACIA E DESIGUALDADES**

**A redução de desigualdades requer um sistema democrático saudável. No Brasil, durante o período da ditadura militar, até as primeiras eleições gerais com voto direto em 1989, o índice de Gini para renda variou, mas não saiu do patamar do 0,750. A partir de então, começou uma trajetória de redução que nos levou ao patamar de 0,620 em 2013. A possibilidade de escolher governos não explica sozinha a trajetória histórica, mas a ausência de democracia certamente é um empecilho à redução de desigualdades.**

Desde 1985, no Brasil o voto é universal para pessoas maiores de 16 anos – situação consolidada ao longo das últimas décadas. Não há grandes desigualdades no que diz respeito à operacionalização das eleições no País. Contudo, o caminho que esse voto toma até se transformar em políticas públicas esperadas pelos eleitores tem barreiras quase intransponíveis de interferência privada nos negócios públicos, e de uso de cargos públicos para fins privados. Retirar essas barreiras é condição sine qua non para a redução de desigualdades no Brasil, fato que a realidade atual do País ilustra de diversas maneiras.

#### **2.6.1. CORRUPÇÃO**

**Em 2016, o Brasil ficou em 79º lugar de 176 países perfilados no ranking de percepções sobre corrupção da Transparência Internacional, ao lado de Belarus, China e Índia. A maioria da população brasileira já considera corrupção**

**o maior problema do país, acima de temas que sempre se mantiveram no topo, como saúde e violência. O problema sistêmico da corrupção impacta o orçamento público e, de maneira mais grave, a própria crença nas instituições democráticas.**

Estimativas do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam para um montante de R\$ 100 bilhões a R\$ 300 bilhões em desvios de obras públicas desde os anos 1970 – montante equivalente a três vezes o que o governo federal gastou em educação em 2016. Soma-se a isto outros tipos de apropriação de recursos, como, por exemplo, em contratos de merenda escolar, de fornecimento de recursos de saúde, de favorecimento de empresas e organizações ligadas a políticos, entre muitas outras modalidades.

### **2.6.2. INFLUÊNCIA EXCESSIVA**

Além da interferência ilegal, existem diversos canais legais de influência na definição de políticas públicas. Financiamento de campanhas, lobby pouco transparente, e “portas giratórias” (a indicação para cargos em órgãos públicos, de pessoas oriundas de setores empresariais por eles regulados) são alguns dos mais frequentes.

**O financiamento de campanhas no Brasil cresceu enormemente desde 2002. Segundo dados da Transparência Brasil apoiados em prestações de contas oficiais de candidatos submetidas ao TSE, as campanhas eleitorais das últimas eleições presidenciais, em 2014, custaram R\$ 4,8 bilhões, 300% mais do que em 2002, quando o custo total foi de cerca de R\$ 1,5 bilhão. Até 2014, as campanhas eleitorais podiam ser financiadas por empresas, mecanismo que induzia a decisão de políticos em favor de seus financiadores.**

Entre eleições, grupos de influência trabalham para promover ou bloquear políticas públicas. Atividades de lobby ainda não encontram regulamento no País – não obstante haja ao menos 17 propostas em tramitação – e o número de lobistas só cresce desde a abertura democrática. Soma-se a isso a prática recorrente das citadas portas giratórias, disseminada em todas as áreas dos governos.

### **2.6.3. ELITIZAÇÃO DA POLÍTICA**

**Por fim, existe outro problema central que limita a capacidade de nossa democracia reduzir desigualdades: o distanciamento entre o perfil da classe política e a própria sociedade brasileira.**

## DESIGUALDADE

---

Em 2014, o Brasil elegeu o parlamento federal mais rico dos últimos 15 anos. Quase metade dos deputados da Câmara Federal tem patrimônio superior a R\$ 1 milhão, valor 17 vezes maior que a média de patrimônio per capita no Brasil. **Existem, ademais, enormes desequilíbrios de raça, sexo e etnia no sistema político. O Congresso Nacional é formado, em sua maioria (quase 80%) por brancos, num País em que brancos são menos que a metade. Meros 10% da Câmara e do Senado Federais, juntos, são de mulheres, não obstante elas serem maioria da população. Não há nenhuma representação indígena, apesar dessas populações somarem quase 1 milhão em território brasileiro.**

Em conjunto, estes fatores têm impacto direto na produção de políticas públicas e na capacidade do Estado distribuir renda, riqueza e serviços. O acesso desigual ao sistema democrático retroalimenta as desigualdades e a pobreza, trazendo consigo outro dano: a perda de crença no Estado e na própria democracia.

**Nos últimos 10 anos, entre altos e baixos, a percepção dos brasileiros sobre a distribuição da renda se manteve a mesma (em torno de 80% creem que a distribuição de renda é injusta). Isto ocorreu apesar de avanços tanto nos níveis educacionais, quanto na distribuição de renda e na oferta de serviços essenciais, ao menos até 2014. No mesmo período, houve crescimento (até 2010) seguido de forte queda (até 2016) do número de pessoas que acreditam que o país é governado para o bem de todo o povo. Em 2016, 87% dos brasileiros acreditavam que o País era governado por poderosos em seu próprio benefício.**

Como resultado dessas tendências, as pessoas passam a questionar o próprio sistema democrático, o que é muito perigoso. Hoje, cerca de 80% da população não se sentem representados pelo Parlamento ou pelo Governo, e existe ao menos um terço da população que concebe a possibilidade de um governo não democrático.



## **3. AGENDA POR UM BRASIL SEM DESIGUALDADES**

O Brasil é um país de desigualdades extremas. Como mostrado ao longo do relatório, renda, riqueza e serviços essenciais são desigualmente distribuídos na sociedade. Via de regra, as pessoas com as menores rendas são também aquelas com os menores patrimônios, e vivem em situação mais precária no que concerne ao acesso a serviços públicos. São também aquelas que pagam proporcionalmente mais impostos, que mais precisam de gastos sociais, que enfrentam mais desafios de discriminação e estão mais expostas ao vai e vem do mercado de trabalho. Por fim, a grande maioria dos brasileiros e brasileiras estão distantes dos processos decisórios de políticas que podem reduzir drasticamente as desigualdades e lhes garantir direitos.

Após um ciclo longo de inclusão da base da pirâmide social, que teve início em meados dos anos 1990 e arrefeceu em 2015, voltamos a testemunhar o retorno da pobreza e o aumento das desigualdades no País. Diante deste cenário, além de continuar a defender as políticas de inclusão social – necessárias e, como visto, bem-sucedidas – é necessário promover mudanças estruturais que têm papel decisivo na garantia de direitos.

**A Oxfam Brasil acredita que reduzir a distância entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, mulheres e homens não deve ser uma pauta reservada a grupos políticos específicos, mas um projeto de nação. Neste contexto, acreditamos que uma agenda por um Brasil sem desigualdades passa por pelo menos seis questões fundamentais.**

### **3.1. TRIBUTAÇÃO**

Nosso sistema tributário é injusto com os mais pobres e a classe média, e benevolente com os super-ricos. Torná-lo mais justo é um desafio histórico, que se tem revelado tão difícil quanto necessário para a redução de desigualdades.

**A Oxfam Brasil defende a redistribuição da carga tributária brasileira, diminuindo a incidência de tributos indiretos e aumentando os tributos diretos. Nesta direção, contribuem o aumento do peso da tributação sobre patrimônio na arrecadação total, bem como o aumento da progressividade do IRPF**

## **DESIGUALDADE**

---

**para as camadas de rendas mais altas – criando faixas e respectivas alíquotas, eliminando os juros sobre capital próprio e acabando com isenção sobre lucros e dividendos distribuídos.**

É igualmente fundamental que avancemos no combate a mecanismos de evasão e elisão fiscal, que atingem dimensões expressivas no Brasil. Da mesma forma, o País deve ter compromisso sério com o fim de paraísos fiscais.

### **3.2. GASTOS SOCIAIS**

Gastos sociais se mostraram, em todo o mundo, eficientes meios de redução de desigualdades. No Brasil, eles têm sido decisivos para o combate à pobreza e para a proteção social.

**Nesse sentido, a Oxfam Brasil defende que os orçamentos públicos das três esferas – federal, estadual e municipal – assegurem recursos adequados para políticas sociais, e que governos os executem. É fundamental a expansão de gastos públicos em educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação e transporte público, sendo imperativa a revisão do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95.**

Considerando a corrupção sistêmica que atinge a gestão pública no País, defendemos medidas que melhorem a qualidade do gasto público, tornando-o mais transparente, mais eficiente, mais progressivo e com efetiva participação social, mantendo o compromisso de universalidade que assumimos na Constituição Federal de 1988.

### **3.3. EDUCAÇÃO**

Educação é um dos pilares da mobilidade social e do desenvolvimento de um País. No Brasil, apesar de avanços importantes na inclusão educacional, restam enormes desafios que, se não superados, irão dificultar a realização de mudanças estruturais necessárias para a garantia de direitos.

**A oferta de vagas em creches e escolas infantis deve ser drasticamente aumentada, tanto pelo efeito educacional na criança quanto pelo papel de inclusão da mulher no mercado de trabalho. Além disso, deve-se priorizar a enorme evasão escolar – sobretudo de jovens negros – e a baixa qualidade do ensino público no País. Por fim, a Oxfam Brasil defende o aumento do alcance do ensino superior, sobretudo para jovens negros e de baixa renda.**

**Estas são medidas previstas no PNE, que se plenamente implementado, reduzirá desigualdades estruturais no País.**

### **3.4. DISCRIMINAÇÃO**

As desigualdades mensuráveis – renda e escolaridade, por exemplo – revelam as diversas discriminações sofridas por negros, negras e mulheres em geral no Brasil. Há também outros tipos de desigualdades, mais difíceis de serem medidas, mas igualmente graves, como o tratamento de instituições públicas e da própria sociedade.

**A Oxfam Brasil defende políticas afirmativas para reverter o quadro de discriminação e violência que sofrem esses setores da sociedade, seja pela inserção em ambientes excludentes (universidades, serviço público, mercado de trabalho, especialmente cargos de direção em empresas, entre outros), seja pelo combate à violência institucional (sobretudo a violência de policiais contra jovens negros, e a violência no atendimento à saúde da mulher negra). Também reconhecemos como fundamental a inclusão da igualdade de gênero e valorização das diversidades nas políticas públicas, como base fundamental para a superação da discriminação racial, de gênero e outras.**

### **3.5. MERCADO DE TRABALHO**

A redução do desemprego e o aumento da formalização do mercado de trabalho tiveram impactos relevantes no combate às desigualdades no Brasil, nos últimos 15 anos.

**É fundamental garantir direitos básicos, que possibilitem o exercício do trabalho decente no Brasil. Neste contexto, a Oxfam Brasil defende a revisão da recentemente aprovada reforma trabalhista, onde ela significou a perda de direitos. Defende ainda, que o salário mínimo continue aumentando em termos reais, devido ao seu conhecido impacto na redução de nossa desigualdade de renda.**

### **3.6. DEMOCRACIA**

Mudanças estruturais nas desigualdades brasileiras requerem aumentar o acesso da população ao sistema político e limitar a excessiva influência de elites sobre a

produção e implementação de políticas públicas.

**A Oxfam Brasil defende um Estado que funcione para todos, não em função do interesse de poucos. Neste sentido, é necessário que avancemos em mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de lobby e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil.**

A atuação de governantes deve visar o resgate da confiança nas instituições públicas. Nesta linha, o combate à corrupção é central para o fortalecimento do poder público como agente de redistribuição de renda, riqueza e serviços.

Mais além, a Oxfam Brasil defende que mudanças no sistema político sejam realizadas, em debate amplo com a sociedade, no sentido de aprofundar nossa democracia, possibilitando a concretização das suas três dimensões, representativa, participativa e direta.

### O papel de cada um, e o papel de todos e todas

O poder público deve propor mudanças no sistema tributário, ampliar recursos orçamentários para a realização progressiva de direitos, assegurar políticas educacionais inclusivas, lutar contra a violência institucional no seu próprio âmbito e oferecer espaços de participação amplos para a definição de suas prioridades, agindo com transparência e eficiência.

Empresas devem cumprir suas obrigações legais de pagar impostos, promover a inclusão social em seu próprio ambiente de trabalho, formalizando a mão de obra contratada e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, devemos acompanhar e cobrar mudanças de políticas e práticas de governos e empresas. Temos responsabilidade por quem elegemos.

## **Pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha revela a percepção sobre desigualdades no Brasil. Para 71% dos brasileiros, os muitos ricos devem pagar mais impostos para financiar educação, saúde e moradia**

Oxfam Brasil – 09/12/2017

A maior parte dos brasileiros se declara favorável ao aumento de impostos no país desde que seja aplicado apenas aos “muito ricos” para financiar melhorias nas áreas de educação, saúde e moradia, segundo dados da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha, lançada nesta quarta-feira (6/12). Para 71% dos entrevistados, é preciso desonerar a classe média e os mais pobres em prol de uma maior tributação da renda dos “muito ricos”. Além disso, 72% apoiam a redução da carga indireta de impostos (aqueles cobrados sobre o consumo) e aumento da carga direta (sobre renda) para as pessoas de altíssima renda.

A forma de desigualdade mais percebida pela população é a de renda: 91% dos entrevistados concordam que, no Brasil, “poucas pessoas ganham muito dinheiro enquanto muitos ganham pouco”.

A Oxfam Brasil considera os “muito ricos” como aqueles pertencentes ao 0,1% da população, com ganhos a partir de 80 salários mínimos mensais.

A pesquisa do Oxfam Brasil/Datafolha ouviu 2.025 pessoas em todo o país, em agosto de 2017.

O resultado do levantamento Oxfam Brasil/Datafolha ganha ainda mais força à luz de dados como os da Receita Federal, que apontam que os muito ricos brasileiros têm grande isenção de impostos. O grupo que compõe o 0,1% da população brasileira tem 66% de isenção de impostos. Já a classe média (que recebe entre 3 e 20 salários mínimos), tem apenas 17% de isenção, em média.

Dados do relatório A Distância Que Nos Une, lançado pela Oxfam Brasil em setembro passado, dão ainda maior peso aos resultados da pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha. De acordo com o relatório, um trabalhador que vive com um salário mínimo mensal no Brasil levaria 19 anos para ganhar o que um muito rico ganha

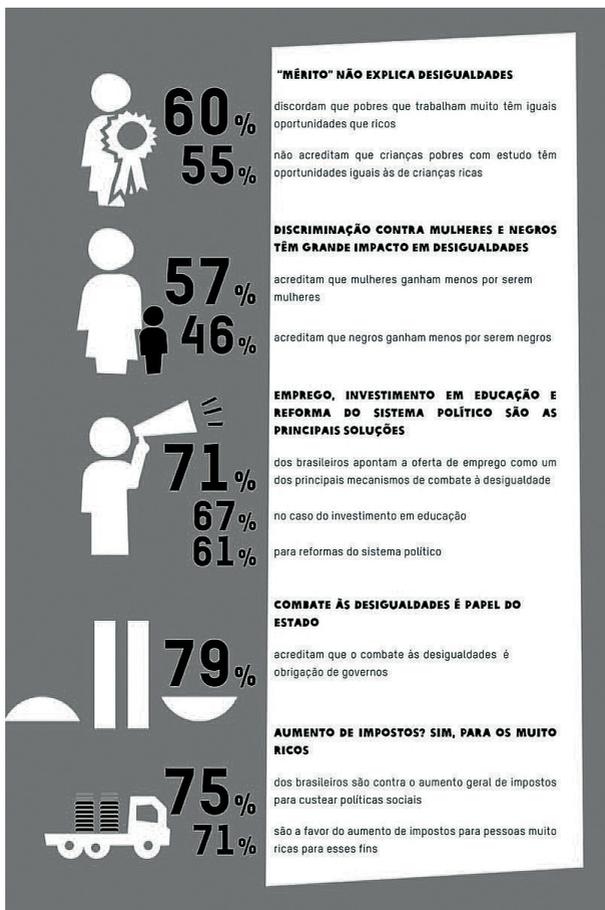
em um mês. E mais: 5% da população tem a mesma fatia da renda nacional que os demais 95%.

“Esse imenso contingente de brasileiros com baixa renda esconde a dimensão da desigualdade existente no País”, afirma Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil. “As pessoas têm a impressão de que estão numa situação difícil, quando na verdade há camadas muito mais pobres do que ela”, explica. Para Katia, quando a sociedade não consegue se localizar na pirâmide social, a luta contra a desigualdade perde a força.

Soluções – Com base nesta pesquisa, a Oxfam Brasil reitera sua agenda de combate às desigualdades, com foco em seis os eixos:

- 1) **TRIBUTAÇÃO** - diminuição da incidência de tributos indiretos; aumento dos tributos diretos; aumento do peso da tributação sobre patrimônio na arrecadação total; aumento da progressividade do IRPF para as camadas de rendas mais altas, criando faixas e respectivas alíquotas; eliminação dos juros sobre capital próprio; fim da isenção sobre lucros e dividendos distribuídos; avanço no combate a mecanismos de evasão e elisão fiscal; e fim de paraísos fiscais;
- 2) **GASTOS SOCIAIS** - orçamentos públicos das esferas federal, estadual e municipal com recursos adequados para políticas sociais, e que governos os executem; expansão de gastos públicos em educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação e transporte público; revisão do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95; e medidas que melhorem a qualidade do gasto público, tornando-o mais transparente, mais eficiente, mais progressivo e com efetiva participação social;
- 3) **EDUCAÇÃO** - drástico aumento na oferta de vagas em creches e escolas infantis, tanto pelo efeito educacional na criança quanto pelo papel de inclusão da mulher no mercado de trabalho; priorização de políticas sobre a preocupante evasão escolar – sobretudo de jovens negros – e a baixa qualidade do ensino público no País; aumento do alcance do ensino superior, sobretudo para jovens negros e de baixa renda; e implementação do Plano Nacional de Educação, o PNE;
- 4) **COMBATE À DISCRIMINAÇÃO** - políticas afirmativas para reverter o quadro de discriminação e violência; maior inserção em ambientes excludentes, como universidades, serviço público, mercado de trabalho, entre outros; combate à violência institucional, sobretudo à violência de policiais contra jovens negros e no atendimento à saúde da mulher negra; e inclusão da igualdade de gênero e valorização das diversidades nas políticas públicas como base fundamental para a superação da discriminação racial, de gênero e outras;

- 5) MERCADO DE TRABALHO - direito ao exercício do trabalho decente no Brasil; revisão da reforma trabalhista aprovada recentemente, nos pontos em que ocorreu perda de direitos; salário mínimo em aumento contínuo em termos reais;
- 6) DEMOCRACIA - mecanismos de prestação de contas e transparência, incluindo uma efetiva regulação da atividade de lobby e o fortalecimento das instâncias de participação da sociedade civil; combate à corrupção, algo central para o fortalecimento do poder público como agente de redistribuição de renda, riqueza e serviços; mudanças no sistema político, em debate amplo com a sociedade, no sentido de aprofundar nossa democracia, possibilitando a concretização das suas três dimensões, representativa, participativa e direta.



### **IBGE: PNAD Contínua 2016: 10% da população com maiores rendimentos concentra quase metade da renda**

No documento da Oxfam Brasil, que publicamos anteriormente, os dados sobre a concentração da renda são da PNAD 2015. Se o leitor se interessar pelos dados atualizados pode consultar a PNAD 2016, em matéria a seguir divulgada pelo IBGE, 29/11/2017.

A massa do rendimento mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 255,1 bilhões. Os 10% com menores rendimentos da população detinham 0,8% dessa massa, enquanto os 10% com maiores rendimentos possuíam 43,4%.

Entre os 205,5 milhões de pessoas residentes no país, 60,5% (124,4 milhões) possuíam algum tipo de rendimento. Desses, 42,4% (87,1 milhões) tinham rendimentos do trabalho e 24,0% (49,3 milhões) recebiam rendimentos de outras fontes.

Já o rendimento médio mensal de todas as fontes, que agrega a renda oriunda de todos os trabalhos e de outras fontes da população, foi de R\$ 2.053. O Sudeste apresentou os maiores valores (R\$ 2.461), enquanto os menores foram no Norte (R\$ 1.468) e no Nordeste (R\$ 1.352).

O 1% dos trabalhadores com os maiores rendimentos recebia R\$ 27.085, em média, ou 36,3 vezes mais do que a metade com os menores rendimentos de trabalho (R\$ 747).

Do rendimento médio mensal domiciliar per capita, 74,8% provêm do trabalho e 25,2% vêm de outras fontes: aposentadoria e pensão (18,7%); outros rendimentos (3,2%); aluguel e arrendamento (2,2%); e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (1,1%).

O índice de Gini, que varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima), do rendimento mensal real domiciliar per capita foi de 0,549. Entre as grandes regiões, o menor índice foi no Sul (0,473) e o maior, no Nordeste (0,555). As informações são do módulo sobre Rendimento de todas as fontes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.

## **Sudeste concentra mais da metade da massa salarial do país**

A massa de rendimento efetivo mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas era R\$ 191,0 bilhões, com um rendimento médio de R\$ 2.149. O Sudeste concentrou 53,0% da massa total, seguido pelo Sul (17,0%), Nordeste (15,6%), Centro-Oeste (8,9%) e Norte (5,5%).

O rendimento médio mensal real foi de R\$ 2.149, com os maiores valores no Sudeste (R\$ 2.536), Centro-Oeste (R\$ 2.432) e Sul (R\$ 2.300), e os menores no Norte (R\$ 1.567) e Nordeste (R\$ 1.427).

## **Sul tem o maior rendimento médio entre os 50% com menor renda**

Entre a população ocupada, considerando-se o rendimento efetivo do trabalho, o 1% dos trabalhadores com os maiores rendimentos recebe, em média, R\$ 27.085, o que é 36,3 vezes mais do que recebe a metade com os menores rendimentos: R\$ 747.

Na comparação regional entre os rendimentos médios dessa metade menos remunerada dos trabalhadores, o Sul mostrou a maior média (R\$ 949), que equivalia a quase o dobro das médias do Nordeste (R\$ 485) e do Norte (R\$ 560).

## **Nordeste é a região com maior desigualdade nos rendimentos**

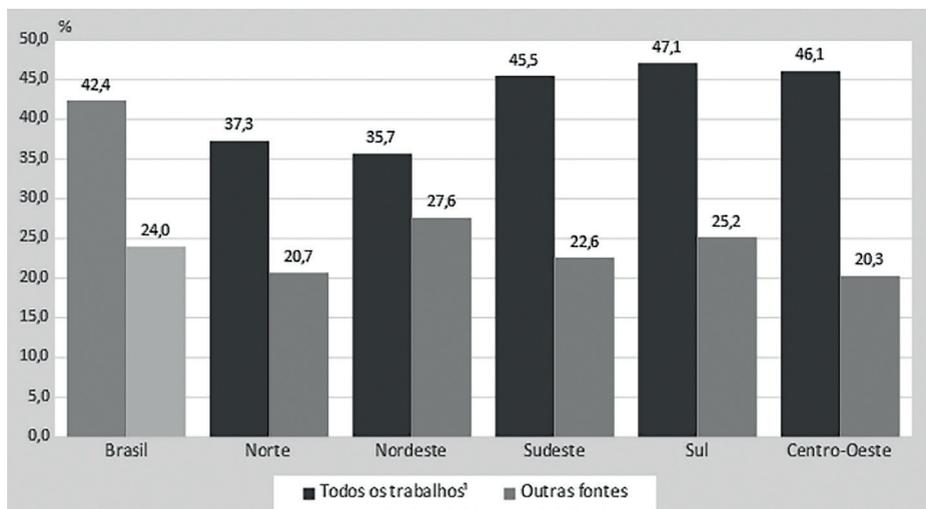
O índice de Gini, que varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima), do rendimento mensal real domiciliar per capita foi de 0,549. Entre as grandes regiões, o índice foi de 0,473 no Sul; 0,523 no Centro-Oeste; 0,535 no Sudeste; 0,539 no Norte; e 0,555 no Nordeste.

Ao considerar o rendimento mensal real de todos os trabalhos, entre a população ocupada de 14 anos ou mais, o índice de Gini foi de 0,525. A região mais desigual é o Nordeste (0,545), em contraste com o Sul (0,465), o Centro-Oeste (0,493), o Norte (0,517) e o Sudeste (0,520).

O rendimento médio real domiciliar per capita foi de R\$ 1.242. O Norte e o Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 772) e o Sudeste o maior (R\$ 1.537).

### Cerca de 50 milhões de pessoas têm rendimentos de fontes diferentes do trabalho

Do total da população (205,5 milhões de pessoas), 60,5% (124,4 milhões de pessoas) possuíam algum tipo de rendimento. Desses, 42,4% (87,1 milhões de pessoas) tinham rendimentos do trabalho e 24,0% (49,3 milhões) recebiam rendimentos de outras fontes, que contemplam aposentadoria e pensão (13,9%); outros rendimentos (7,7%); pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (2,4%); e aluguel e arrendamento (1,8%).



O Nordeste possui o maior desequilíbrio/hiato entre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e os de outras fontes (aposentadoria e pensão; outros rendimentos; aluguel e arrendamento; e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador). Nessa região, 27,6% da população residente depende de outras fontes, o maior índice entre as regiões, enquanto apenas 35,7% possuem rendimento de todos os trabalhos, o menor percentual entre as regiões.

Aposentadoria e pensão tiveram os maiores percentuais entre as grandes regiões. O destaque foi o Sul (17,3%), que também possui a população mais idosa do país, seguido pelo Sudeste (15,0%), Nordeste (13,1%), Centro-Oeste (10,8%) e Norte (8,0%).

## Nordeste tem o menor rendimento médio mensal de todas as fontes

O rendimento médio mensal de todas as fontes, que agrega a renda oriunda de todos os trabalhos e de outras fontes da população, foi de R\$ 2.053. Os maiores valores foram no Sudeste (R\$ 2.461), seguido pelo Centro-Oeste (R\$ 2.292), Sul (R\$ 2.249), Norte (R\$ 1.468) e Nordeste (R\$ 1.352).

O rendimento médio real de todos os trabalhos atingiu R\$ 2.193. Nordeste (R\$ 1.473) e Norte (R\$ 1.615) tiveram os menores valores, enquanto o maior foi no Sudeste (R\$ 2.573).

O rendimento médio mensal de outras fontes foi de R\$ 1.305, sendo que o menor valor ocorreu no Norte (R\$ 821), e o maior no Sudeste (R\$ 1.622). Os outros rendimentos (seguro desemprego, programas de transferência de renda, rendimentos de poupança etc.) foram, em média, R\$ 516, sendo o maior valor no Sudeste (R\$ 784) e o menor no Nordeste (R\$ 347).

Rendimento médio mensal real da população residente, com rendimento, efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios do último ano, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento - 2016.						
Tipo de Rendimento	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todas as fontes <sup>1</sup>	2 053	1 468	1 352	2 461	2 249	2 292
Todos os trabalhos <sup>1</sup>	2 193	1 615	1 473	2 573	2 345	2 368
Outras fontes	1 305	821	892	1 622	1 481	1 528
Aposentadoria e pensão	1 670	1 334	1 371	1 834	1 653	2 064
Aluguel e arrendamento	1 521	1 012	1 140	1 694	1 618	1 507
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	576	491	375	717	624	623
Outros rendimentos	516	380	347	784	640	573



## DESIGUALDADE

Considerando-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita, 74,8% vêm do trabalho e 25,2% de outras fontes. Essas outras fontes abrangem: aposentadoria e pensão (18,7%); outros rendimentos (3,2%); aluguel e arrendamento (2,2%); e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (1,1%).

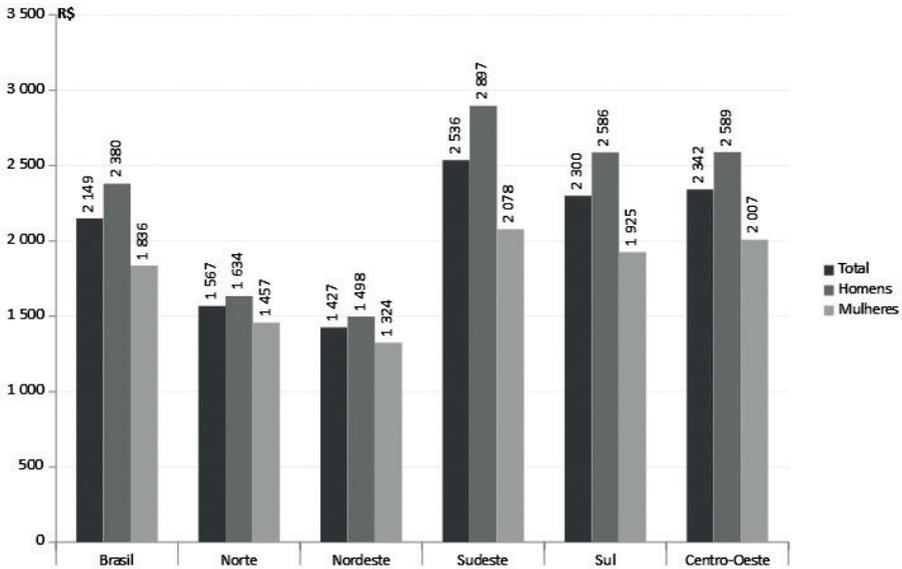
A massa do rendimento mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 255,1 bilhões. Os 10% da população com menores rendimentos detinham 0,8% dessa massa, enquanto os 10% com maiores rendimentos concentravam 43,4% do total. O Sudeste, com R\$ 132,7 bilhões, apresentou a maior massa de rendimento, superior inclusive à soma das demais regiões: Nordeste (R\$ 43,8 bilhões), Sul (R\$ 43,5 bilhões), Centro-Oeste (R\$ 21,8 bilhões) e Norte (R\$ 13,4 bilhões).

### **Rendimento das mulheres é 22,9% menor que o dos homens**

Em 2016, o mercado de trabalho brasileiro era composto por 88,9 milhões de pessoas ocupadas com rendimento com 14 anos ou mais de idade. Apesar de as mulheres representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, os homens preencheram 57,5% dos postos de trabalho.

Entre a população ocupada, o rendimento médio mensal real foi de R\$ 2.149. As mulheres receberam, em média, R\$ 1.836, o equivalente a 22,9% menos do que os homens (R\$ 2.380). O Sudeste teve a maior média de rendimento para homens (R\$ 2.897) e mulheres (R\$ 2.078), porém teve a maior desigualdade, com as mulheres ganhando 28,3% menos do que os homens. O Norte (R\$ 1.567) e o Nordeste (R\$ 1.427), que têm os menores rendimentos médios, tiveram a menor desigualdade salarial, com as mulheres ganhando, respectivamente, 10,8% e 11,6%, menos do que os homens.





### Pretos e pardos recebem, em média, rendimentos abaixo da média nacional

Entre a população ocupada, os brancos representavam 46,6%, enquanto os pretos, 9,0%, e os pardos, 43,4%. O rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.810) foi aproximadamente 45% maior do que o das pessoas pretas (R\$ 1.547) e pardas (R\$ 1.524).

Os brancos apresentaram rendimentos 30,8% superiores à média nacional (R\$ 2.149), enquanto pretos e pardos receberam rendimentos, respectivamente, 28,0% e 29,1%, inferiores.

### Trabalhadores com ensino superior ganham três vezes mais do que aqueles com apenas o ensino médio

Considerando-se a escolaridade da população ocupada, os trabalhadores com ensino superior completo tinham rendimento médio mensal de R\$ 5.189, cerca de três vezes mais do que aqueles com somente o ensino médio completo (R\$ 1.716), e cerca de seis vezes acima daqueles sem instrução (R\$ 884).

O rendimento médio dos trabalhadores sem instrução (R\$ 884) era 36,67% menor que o daqueles com ensino fundamental completo (R\$ 1.395).

# **Luiz Gonzaga Belluzzo: “A desigualdade secular brasileira está na raiz da reemergência dos antigos ideais do liberalismo econômico, apresentados como o ‘último grito’ da moda econômica”**

Carta Capital – 13/12/2017

Titulo original: Peregrinações da desigualdade

A nova pesquisa do IBGE revela o que todos sabem e alguns simulam ignorar. O Brasil disputa o pódio da desigualdade com o Lesoto e a Zâmbia. As manchetes da quinta-feira proclamam: o rendimento médio mensal do 1% mais rico é 36 vezes maior do que os recebimentos dos 50% mais pobres.

A pesquisa recém-divulgada tem maior abrangência e acuidade no cálculo dos rendimentos, o que não permite comparações com as informações capturadas em pesquisas anteriores. Mas o Índice de Gini já colocava o Brasil entre os campeões da desigualdade, a despeito dos esforços do governo Lula de minorar as dores e sofrimentos da pobreza absoluta e elevar o padrão de vida da classe trabalhadora. Especialistas argumentam que os mais ricos resistiram melhor à depressão de 2015 e 2016 do que os mais pobres.

Fiquei surpreso, não com o fenômeno, mas com a constatação. A experiência histórica e universal registra a maior resiliência das classes proprietárias e dos assalariados de escol no episódio de encolhimento do nível de atividade. Esta é a marca registrada das sociedades em que o poder econômico e político está distribuído desigualmente.

Os “pecados” de concepção e de administração das políticas econômicas regressivas, como a brasileira, não são daqueles que podem ser cometidos solitariamente por economistas, ministros da Fazenda ou presidentes da República. Acidentes de tal monta causados por erros individuais ou por pequenos grupos dirigentes podem acontecer na história dos povos, mas estou convencido de que eles são menos frequentes do que imagina o senso comum.

A desigualdade secular brasileira está na raiz da reemergência dos antigos ideais do liberalismo econômico, apresentados como o “último grito” da moda econômi-

ca. Nas confrontações que hoje assolam e já assolaram a política brasileira, nada mais velho do que o novo. A proliferação de caras novas destina-se a esconder o rosto do velho e persistente poder da casa-grande esculpido em pétrea solidez. Nos empenhos da troca de máscaras, os disfarces de maior sucesso no momento foram confeccionados por mãos hábeis. Os artesãos do conservadorismo sabem esculpir com novos cinzéis as formas petrificadas do velho arranjo oligárquico. São escultores altamente qualificados nos ofícios do continuísmo com continuidade que encaixam, com ajustes mas sem atritos, as máscaras do novo nos rostos encarquilhados dos velhos senhores de sempre.

O consenso dominante dos dominantes trata de explicar que, se os cânones de sua dominação não forem respeitados, a vida dos dominados vai piorar ainda mais. Patrocinada pelo monopólio da mídia, a formação desse consenso é um método eficaz de bloquear o imaginário social, uma ação destinada a comprovar que a história humana não deve ser entregue às decisões insensatas da democracia dos “pobres e ignorantes”, mas mantida permanentemente sob o controle dos “sábios”.

Em seu rastro de contundências, o golpe de 2016 sacrificou a República e espalhou os despojos às costas de 13 milhões de desempregados. O apetite voraz de muitos brasileiros ricos e bonitos por preconceitos de todos os matizes chegou ao ponto do regurgitamento.

Na onda recente de mastigação de impropérios racistas, homofóbicos e regionalistas, tal voracidade encontrou auxílio nos maxilares que proclamam as virtudes da “meritocracia”. Meritocracia no Brasil é palavra de ordem para justificar a rapina praticada pelos bonitinhos da finança inútil e predatória. Rapina da riqueza produzida pelo esforço coletivo dos empresários, os que sobraram e ainda insistem em produzir “coisas” e ideias inovadoras, juntamente com seus trabalhadores.

A diferenciação de renda e riqueza engendrada pelo poder do capital estéril veio acompanhada pela rejeição do “outro”. A rejeição é mais profunda porque atingiu, de forma devastadora, os sentimentos de pertinência à mesma comunidade de destino, suscitando processos subjetivos de diferenciação e desidentificação em relação aos “outros”, ou seja, à massa de pobres e miseráveis que “infesta” o País. E essa desidentificação vem assumindo cada vez mais as feições de um individualismo agressivo e antirrepublicano. Uma espécie de caricatura do americanismo. É ocioso dizer que tais expectativas e anseios não são um desvio psicológico, mas enterram suas raízes nas profundezas da desigualdade que há séculos assola o País. Produtos da desigualdade secular e daquela acrescentada no período do de-

## **DESIGUALDADE**

---

envolvimentismo, as classes cosmopolitas têm sido, ao mesmo tempo, decisivas para a reprodução do apartheid social e impiedosas na crítica do desenvolvimento nacional, a partir de um primeiro-mundismo abstrato e não raro, vulgar.

## **Emenda Constitucional 95/2016 é o mais profundo e prolongado plano de arrocho do mundo, vai destruir o nosso Estado Social e aprofundar as insuportáveis desigualdades no Brasil**

Trechos da Cartilha do Mandato da deputada Marília Campos, publicada fevereiro de 2017

Pela Emenda Constitucional 95, fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias: I - do Poder Executivo; II - do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; do Conselho Nacional de Justiça; da Justiça do Trabalho; da Justiça Federal; da Justiça Militar da União; da Justiça Eleitoral; e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário; III - do Senado Federal; da Câmara dos Deputados; e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo; IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e V - da Defensoria Pública da União.

### **Gastos públicos serão congelados em termos reais e serão reajustados pela inflação**

De acordo com a Emenda Constitucional 95/2016, cada um dos limites individualizados por Poder equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento); e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Para 2018, os gastos públicos poderão crescer apenas 3%, o que é absolutamente insuficiente para bancar as políticas sociais

e manter a máquina pública funcionando. Quando a economia voltar a crescer, os gastos públicos terão uma radical redução enquanto proporção do Produto Interno Bruto – PIB. Vale lembrar que a limitação do crescimento das despesas é com as políticas públicas; já os gastos com juros não estarão limitados pela inflação e continuarão com uma gorda remuneração real acima da inflação.

Trata-se do mais profundo e duradouro plano de austeridade do mundo. Na maior parte dos países, a regulação dos gastos é feita por meio de leis ordinárias ou de acordos políticos, como é o caso holandês. Os únicos a terem os modelos incluídos na Constituição, como defende o governo Temer, são Dinamarca, Georgia e Singapura". (...) Ou seja, a Emenda Constitucional 95/2016 não repete o regime adotado por nenhuma outra nação, tendo como principais diferenças o longo prazo (20 anos), a correção do teto de gastos apenas pela inflação (congelamento em termos reais) e a inclusão da norma na Constituição (constitucionalização).

### O desmonte do Estado Social no Brasil

Veja como foi e como seria a evolução dos gastos públicos no Brasil. A Emenda Constitucional 95/2016 é, de fato, um desmonte do nosso ainda embrionário Estado do Bem Estar Social. O Blog Dinheiro Público fez um estudo afirmando que os gastos públicos primários subiram de 2005 a 2015, 93% acima da inflação atingindo R\$ 1,16 trilhão. Se aplicado o critério da PEC 241, o montante seria de apenas R\$ 600,7 bilhões. O Blog afirma: "Se levada ao pé da letra, a proposta do governo Michel Temer para a limitação dos gastos federais forçará mudanças radicais na gestão da máquina pública, em especial dos programas sociais". (...) "Pelo que foi anunciado, pretende-se que o crescimento anual da despesa do governo seja limitado à inflação do ano anterior. Em outras palavras, a despesa total ficará congelada em termos reais. Para se ter uma ideia do impacto da medida, o Orçamento da União seria pouco mais de metade do que é hoje se ela estivesse em vigor nos últimos dez anos". (...) "De 2006 a 2015, o gasto não financeiro do governo (com pessoal, custeio, programas sociais e investimentos) cresceu 93% acima da inflação e atingiu R\$ 1,16 trilhão - com a regra defendida por Temer, o montante não passaria de R\$ 600,7 bilhões" (Folha/UOL, 24/05/2016). A redução do Estado do Bem Estar Social prevista na Emenda Constitucional, caso se viabilize nos próximos anos, se dará, especialmente, na saúde, na educação, na previdência social, na assistência social e nas políticas voltadas para o mundo do trabalho. Vinicius Torres Freire, da Folha: se a Emenda Constitucional 95/2016 for implemen-

tada os gastos sociais em 2026 terão o mesmo nível real de 2004. Já vimos estudos que mostram os gastos sociais se a Emenda 95/2016 estivesse em vigor desde 2006. Vinicius Torres Freire, da Folha, fez uma projeção para o futuro, mostrando que os gastos sociais em 2026, de 15,46% do PIB, serão os mesmos de 2004. Em 2036, os gastos seriam de 12,08% do PIB, menos dois pontos percentuais do PIB em relação aos gastos sociais de 40 anos atrás, em 1997. Por isso, fica claro que a Emenda 95/2016 não é um ajuste para estabilizar em termos reais os gastos sociais no Brasil, caso implementada será uma redução brutal de nosso Estado do Bem Estar Social.

Vinicius Torres Freire analisa a evolução das contas públicas nos próximos anos: “O governo Michel Temer afirma que as despesas federais não vão diminuir caso seja aprovado o “teto” de gastos. Os críticos dizem que o arrocho será histórico”. (...) “De fato, não haverá redução do valor despendido. De fato, vai ocorrer freada histórica no aumento de despesas e, a seguir, marcha a ré acelerada, em termos relativos”. (...) “A despesa do governo federal ainda vai aumentar em 2017, pouco mais de 2%. Daí em diante, será congelada, em termos reais, em termos de poder de compra do dinheiro (será reajustada apenas pela taxa de inflação). De 2000 a 2015, a despesa cresceu a mais de 6% ao ano além da inflação”. (...) “Em termos relativos, o gasto vai diminuir, com o “teto”. Estimamos que o PIB cresça até 2020 segundo as medianas das projeções de economistas do setor privado. A seguir, cresceria segundo a média dos anos 1994-2016 (quase 2,5%). Assim, a despesa cairia de 19,5% do PIB em 2017 para 15,5% em 2026, mesmo nível de 2004” (Folha de S.Paulo, 11/10/2016).

## **Especificidades de nosso Estado do Bem Estar Social**

Não existe termo de comparação do Estado do Bem Estar Social brasileiro com o que existe na Europa. É muito comum que segmentos de classe média afirmem que temos carga tributária de primeiro mundo - de fato os 33% do Brasil é a média da carga tributária na OCDE -, e serviços públicos de quinto mundo. Não é bem assim. Nossa carga tributária incide sobre um patamar de riqueza muito inferior ao dos países europeus e dos Estados Unidos. Se analisarmos o PIB per capita dá para ver que a carga tributária per capita no Brasil é muito pequena e isso implica em enormes diferenças na capacidade de oferta de serviços públicos. A carga tributária per capita, em dólares, nos países escandinavos, onde o Estado do Bem Estar Social é mais desenvolvido, é cinco a dez vezes maior que no Brasil; na Alemanha

e França, ela é quatro a cinco vezes maior que a nossa; e mesmo em países mais liberais, como Estados Unidos e Reino Unido, a carga tributária per capita é quatro vezes maior que aquela do Brasil.

Quando comparamos o Brasil com outros países emergentes dos BRICS e da América Latina, fica claro que nosso país é, disparado, o que tem mais direitos sociais. Segmentos da esquerda fazem muitas vezes comparações que subestimam enormemente o nosso Estado do Bem Estar Social. Temos no Brasil uma tradição de considerar política social somente aquela da assistência social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, mas as políticas sociais estão em diversos ministérios – o próprio Desenvolvimento Social, Previdência, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Agrário – e nos Estados e municípios estão espalhadas em diversas secretarias. É muito comum a comparação entre os gastos com o Bolsa Família, da ordem de R\$ 25 bilhões, e os gastos com juros, da ordem de R\$ 400 bilhões atualmente. Não é bem assim. No Brasil, os gastos públicos não financeiros (que exclui os juros da dívida) são da ordem de 32% do PIB, em grande parte direcionados para as políticas sociais. Este percentual é quase o dobro da carga tributária dos demais países dos BRICS (China, Rússia, Índia, e África do Sul) e da maioria dos países da América Latina. Pela dimensão dos cortes propostos pelo Plano Temer fica claro o alcance de nosso Estado do Bem Estar Social, que se está, de fato, muito distante dos países europeus, não tem nada parecido em outros países emergentes.

## **Thomas Piketty: “Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade. Em nossa base de dados, só encontramos grau de desigualdade semelhante na África do Sul e em países do Oriente Médio”**

Entrevista à Folha de S.Paulo – 28/09/2017

O Brasil não voltará a crescer de forma sustentável enquanto não reduzir sua desigualdade e a extrema concentração da renda no topo da pirâmide social, diz o economista francês Thomas Piketty.

Autor de “O Capital no Século 21”, em que apontou um aumento da concentração no topo da pirâmide social nos Estados Unidos e na Europa, Piketty agora se dedica a um grupo de pesquisas que investiga o que ocorreu em países em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia.

Os primeiros resultados obtidos para o Brasil foram publicados no início do mês pelo irlandês Marc Morgan, estudante de doutorado da Escola de Economia de Paris que tem Piketty como orientador.

O trabalho de Morgan, que incorpora informações de declarações do Imposto de Renda e outras estatísticas, sugere que a desigualdade brasileira é maior do que pesquisas anteriores indicavam e calcula que os 10% mais ricos da população ficam com mais da metade da renda no Brasil.

Defensor de reformas que tornem o sistema tributário mais progressivo, aumentando os impostos cobrados sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos, Piketty chegou ao país nesta quarta (27 de setembro) para conferências do projeto Fronteiras do Pensamento em São Paulo e Porto Alegre.

Leia a entrevista de Piketty à Folha.

\*

**Folha - O estudo de Morgan mostra que a renda da metade mais pobre aumentou junto com a dos mais ricos. Por que a concentração no topo da pirâmide é tão preocupante?**

Thomas Piketty - Porque, apesar dos avanços dos últimos anos, o Brasil continua

sendo um dos países mais desiguais do mundo. Em nossa base de dados, só encontramos grau de desigualdade semelhante na África do Sul e em países do Oriente Médio.

Houve um pequeno progresso nos segmentos inferiores da distribuição da renda, beneficiados por programas sociais e pela valorização do salário mínimo. É alguma coisa, mas os pobres ganharam às custas da classe média, não dos mais ricos, e a desigualdade continua muito grande.

### **Reduzir a desigualdade é só questão de justiça social ou de eficiência econômica também?**

Ambos. O grau de desigualdade extrema que encontramos no Brasil não é bom para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

A história dos EUA e da Europa mostra que só depois de grandes choques políticos como as duas grandes guerras do século 20 a desigualdade diminuiu e a economia cresceu com vigor, permitindo que fatias maiores da população colhessem os benefícios.

No Brasil, podemos concluir que as elites políticas e os diferentes partidos que governaram o país nos últimos anos foram incapazes de executar políticas que levassem a uma distribuição mais igualitária da renda e da riqueza. Acho que isso é pré-condição para o crescimento econômico.

### **Seus dados indicam que a fatia da renda nas mãos dos mais ricos vem se mantendo intacta no Brasil. Por quê?**

Parte da explicação pode estar na história do país, o último a abolir a escravidão no século 19, como você sabe. Mas isso não é tudo. Diferentes políticas governamentais poderiam ter feito diferença.

O sistema tributário é pouco progressivo no Brasil. Há isenções para rendas de capital, como os dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas. Impostos sobre rendas mais altas e heranças têm alíquotas muito baixas no Brasil, se comparadas com o que se vê em países mais avançados.

Alguns desses países fazem isso há um século, o que contribuiu para reduzir a concentração da riqueza. Se você olhar os Estados Unidos, a Alemanha, a França, o Japão, em todos esses países a alíquota mais alta do Imposto de Renda está entre 35 e 50%. [No Brasil, a alíquota máxima do Imposto de Renda é de 27,5%.]

### **Qual o risco de uma taxaço maior das rendas mais elevadas provocar fuga de investidores para outras jurisdi es?**

A elite sempre tem um monte de desculpas para não pagar impostos, e isso também ocorre em outras partes do mundo. A questão   saber por que a elite no Brasil tem sido bem-sucedida ao evitar mudanças no sistema tributário. Em outros países, as elites não aceitaram pacificamente pagar mais impostos. Foi um processo caótico e violento muitas vezes. Espero que o Brasil tenha mais sorte e possa fazer isso sem passar por choques traumáticos como as guerras.   deprimente ver que décadas de democracia no Brasil foram incapazes de promover mudanças nessa  rea.

Não sei o futuro. Mas posso dizer que   possível ter um sistema tributário mais justo, uma distribui o da renda e da riqueza mais equilibrada, e mais crescimento econômico, ao mesmo tempo. Essa foi a experiência de outros países.

### **Gastar energia para resolver esse problema não tiraria o foco de políticas sociais que poderiam contribuir mais para a redu o da desigualdade?**

Você precisa fazer as duas coisas. Morgan mostra que as políticas sociais adotadas nos últimos anos foram boas para os pobres, mas insuficientes. Você precisa melhorar as condi es de vida deles e investir em educa o e infraestrutura, mas precisa de um sistema tributário mais justo para financiar isso e reduzir a concentra o da renda no topo.

Não estou aqui para dar li es a ninguém. Há muita hipocrisia no meu país quando se trata desse assunto. Mas acredito que no fim todos se beneficiam com um sistema tributário mais justo e uma sociedade menos desigual, mais inclusiva e mais estável.

### **Qual o foco do seu trabalho acad mico no momento?**

Estou procurando ampliar nossa base de dados com ajuda de outros pesquisadores, incluindo informa es sobre o Brasil, a China, a  ndia e outros países em desenvolvimento. Também quero examinar mais detidamente a evolu o das atitudes políticas com rela o   desigualdade.

Em países como os EUA e a França, temos visto a ascensão do nacionalismo e da xenofobia, e quero entender melhor o que significa. O maior risco criado pelo aumento da desigualdade   a ascensão do racismo e da xenofobia.

Se não resolvermos o problema da desigualdade de forma pacífica e democrática,

## **DESIGUALDADE**

---

vamos sempre ter políticos tentando explorar a frustração causada pela desigualdade, incentivando a xenofobia e pondo a culpa dos nossos problemas sociais em imigrantes e trabalhadores estrangeiros.

É um risco para a globalização e os fluxos de comércio. A eleição de Donald Trump nos EUA e a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia não foram uma coincidência. São os dois países ocidentais em que a desigualdade mais cresceu nos últimos anos.

## **Marc Morgan Milá: “Análise mais minuciosa mostra que, na verdade, não é que a desigualdade não caiu entre 2001 e 2015, ela não caiu tanto quanto se imaginava”**

Entrevista à Folha de S.Paulo – 24/09/2017

As medidas de ajuste fiscal do governo do presidente Michel Temer tendem a elevar ainda mais a desigualdade no Brasil, diz o economista irlandês Marc Morgan Milá, 26.

Em entrevista à Folha na última segunda-feira (18), ele afirma que a contenção dos gastos públicos afetará especialmente os mais pobres.

As novas conclusões do economista estão provocando um debate sobre a realidade dos últimos 15 anos: a desigualdade no Brasil não caiu como se pensava até então.

Para ele, os sucessivos governantes brasileiros optaram por não enfrentar o problema, evitando políticas que poderiam limitar a renda do topo da pirâmide, como um sistema tributário mais justo. “A história recente do Brasil nos leva a dizer que houve uma escolha política pela desigualdade.”

Morgan está no Brasil, onde participa de estudos com economistas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O grupo pretende lançar, ainda neste ano, uma série da desigualdade brasileira com início em 1926.

\*

**Folha - Os críticos dos governos do PT partem da sua pesquisa para questionar a leitura de que a desigualdade caiu. O que aconteceu de fato?**

Marc Morgan Milá - Análise mais minuciosa mostra que, na verdade, não é que a desigualdade não caiu entre 2001 e 2015, ela não caiu tanto quanto se imaginava. Meu estudo mostra que a queda da desigualdade é bem menor.

**A interpretação anterior estava errada?**

É apenas equivocada, não representa a sociedade corretamente. Houve declínio da desigualdade de renda no mercado de trabalho, como mostra a Pnad [pesquisa por domicílio realizada pelo IBGE]. Mas os mais ricos não respondem a pesquisa

ou escondem fontes de riqueza. Então, não há representação acurada do topo.

### **Quem são os ricos no Brasil?**

O grupo dos 1% mais ricos tem cerca de 1,4 milhão de pessoas, com renda anual a partir de R\$ 287 mil. O 0,1% mais rico reúne 140 mil pessoas com renda mínima de R\$ 1,4 milhão. Enquanto isso, a renda média anual de toda a população é de R\$ 35 mil. É uma discrepância muito grande. Esse é o ponto importante no caso brasileiro: a concentração do capital é muito alta.

### **O Brasil é um caso extremo?**

O Brasil é um animal diferente. É o país mais desigual do mundo, com exceção do Oriente Médio e, talvez, da África do Sul. Um ponto importante é que todos os governos brasileiros das últimas décadas têm responsabilidade por isso.

### **Em que sentido?**

A história recente indica que houve uma escolha política pela desigualdade e dois fatores ilustram isso: a ausência de uma reforma agrária e um sistema que tributa mais os pobres. Para nós, estrangeiros, impressiona que alíquotas de impostos sobre herança sejam de 2% a 4%. Em outros países chega a 30%. A tributação de fortunas fica em torno de 5%. Enquanto isso, os mais pobres pagam ao menos 30% de sua renda via impostos indiretos sobre luz e alimentação.

### **Que papel têm os programas de transferência de renda na redução da desigualdade?**

As transferências chegam aos mais pobres, mas o sistema tributário injusto faz com que o ganho líquido se torne menor. Como esses programas representam cerca de 1,5% da renda nacional, o nível de redistribuição que se pode obter com eles é limitado. Fora que as transferências são financiadas por impostos que incidem sobre o consumo. E como o consumo pesa mais no orçamento dos mais pobres, é possível dizer que os mais pobres estão pagando por parte das transferências que recebem.

### **O Brasil falhou ao não resolver o problema durante o boom de commodities?**

A alta das commodities poderia ter sido usada para melhorar o quadro, mas não é preciso um boom de commodities para reorganizar o sistema tributário. Tributação mais justa é muito mais importante do que as transferências de renda e algo que

todos os governos brasileiros nas últimas décadas falharam em fazer.

### **O ajuste fiscal pode impactar a desigualdade?**

O congelamento das despesas públicas por 20 anos pode ter impacto negativo sobre a desigualdade porque são os mais pobres que dependem mais dessas despesas. Também pesam na conta a legislação sobre terras e a política fiscal, seja na criação de uma tributação mais justa, seja na retirada de renúncias que beneficiam os mais ricos.

### **Quais renúncias?**

A principal é a taxação de lucros e dividendos. O Brasil é um dos únicos que não taxam dividendos distribuídos à pessoa física. Obviamente, isso favorece as pessoas de renda mais elevada.

### **Por que é tão difícil reduzir a desigualdade no Brasil?**

É uma escolha política. O conflito distributivo vem de longa data, o país foi o último do Ocidente a abolir a escravidão. Outra explicação para o nível alto de desigualdade está na natureza do Estado: grande historicamente. Isso não é necessariamente ruim, mas sim a forma como ele se organiza e transfere recursos. Acredito que tenha relação com a estrutura herdada de regimes passados.

### **Que tipo de estrutura?**

Por exemplo, as evidências do período da ditadura são de que a desigualdade era maior, em especial no fim do regime militar. O crescimento econômico podia ser maior, mas a desigualdade era também elevada. Não há evidências de que o país esteja voltando àqueles níveis, mas é uma possibilidade.

### **Melhor combater a pobreza em vez da desigualdade?**

Pobreza e desigualdade estão relacionadas. Há políticas que podem atacar ambas, não devemos restringir o foco em apenas uma delas.

Nos últimos 15 anos, a pobreza foi reduzida, é inquestionável. Ao mesmo tempo, a desigualdade melhorou um pouco porque muitas pessoas pobres ascenderam. Mas os pobres ainda são muito pobres e a diferença de renda entre os dois extremos é muito elevada. Ao se excluir os 20% mais ricos, a renda dos 80% restantes no Brasil é equivalente à dos 20% mais pobres na França. A desigualdade é semelhante à da França do final do século 19.

Daí, é possível ver a jornada que se tem pela frente. Talvez não sejam necessários cem anos, afinal Brasília foi construída em cinco.

### **Não fizemos novamente o bolo crescer sem distribuí-lo?**

Não devemos enxergar crescimento e desigualdade como opostos, como se para ser mais igualitário fosse necessário reduzir o crescimento. A economia acelera quando as pessoas que estão na base passam a consumir ou poupar mais. Será que os que estão no topo da pirâmide vão parar de consumir ou investir menos se pagarem um pouco mais de impostos? Não é o que parece.

### **Qual o impacto da recessão sobre a desigualdade?**

Políticas de austeridade costumam afetar mais os pobres. É plausível pensar que os níveis de desigualdade vão parar de melhorar nos próximos anos se essas políticas forem implementadas. As expectativas não são favoráveis para a continuidade da queda da desigualdade de renda.

## **Luciano Coutinho: “O diagnóstico da desigualdade”**

Valor Econômico – 05/10/2017

A abertura dos dados do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF), preservado o sigilo individual, representou um salto qualitativo no diagnóstico da aguda e renitente concentração da renda e da riqueza no Brasil. Merecem louvor por esta decisão o ex-ministro Nelson Barbosa e o Secretário de Política Econômica Manoel Pires e respectiva equipe técnica. Em maio de 2016, lançaram o Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira.

As informações do IRPF, combinadas com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) e outras fontes, viabilizaram estudos mais elucidativos sobre a alta desigualdade no país. Até então, as análises se baseavam principalmente na Pnad, de natureza declaratória. Ela registra satisfatoriamente as rendas baixas e médias, mas não capta fidedignamente as rendas altas, subestimadas pelos informantes. Por isso, a Pnad permite avaliar a evolução da renda na base da pirâmide social, mas é insuficiente para entender o que acontece em seu topo.

Realizada anualmente, a Pnad retrata bem como os percentuais da população abaixo das linhas de pobreza e de pobreza extrema caíram continuamente desde a estabilização da inflação. Sublinhe-se que a queda foi acelerada entre 2005 e 2014 pelo crescimento mais rápido da economia e do emprego, pela expansão do Bolsa Família e pelo aumento dos benefícios previdenciários vinculados ao salário mínimo, que teve forte alta real no período. A superconcentração da renda é empecilho ao avanço social e à igualdade de oportunidades.

A linha de pobreza extrema define a renda para comprar uma cesta básica com o mínimo de calorias necessárias à subsistência de uma pessoa, segundo os critérios da FAO e da OMS. A linha de pobreza foi arbitrada como o dobro da linha de pobreza extrema. O total de brasileiros na condição de pobreza diminuiu de 51,8 milhões, em 1995, para 25,8 milhões em 2014, ou de 35% da população para 13,3%. Considerando a pobreza extrema, a queda foi mais acentuada, vindo de 15,2% da população total em 1995 para 4,2% em 2014.

Não resta dúvida de que houve melhora relativa e absoluta da renda dos 50% mais pobres de 1995 a 2014. Segundo a Pnad, a fatia dos 50% mais pobres na

renda nacional teria subido de 12,3% em 1995 para 17% em 2014 sugerindo uma substancial melhoria de distribuição. Estes percentuais, porém, referem-se a uma renda subestimada e demandam ajuste.

É aqui que os dados do IRPF fazem a diferença. Como a declaração de renda é obrigatória e as omissões são objeto de multas, a tendência à subdeclaração é bem menor. Além das rendas do trabalho, as declarações do IRPF incluem os ganhos de capital e de aluguéis e os rendimentos de aplicações financeiras.

Estudos recentes do Ipea e do World Wealth and Income Database (codirigido pelo economista francês Thomas Piketty) corroboram o Relatório da SPE-MF de 2016. Tais estudos mostram que a concentração da renda no Brasil continua extraordinariamente alta. Feitos os ajustes, a participação dos 50% mais pobres na renda nacional subiu de 11,3% em 2001 para 12,3% em 2015. Incluindo-se os programas de transferência de renda, ela sobe para 14% (ficando abaixo dos 17% indicados pela Pnad).

Mais gritante é a fatia desproporcional apropriada pelo topo de pirâmide social. Com base nos dados do IRPF, o pesquisador Pedro Ferreira de Souza apurou que, em 2012, os 10% mais ricos da população detinham 53,8% da renda total; os 5% mais ricos, 43,7%; e o 1%, 24,4%. Ou seja, a concentração no topo é muito aguda, e ainda maior no topo do topo. A fração superior de 0,1% (um décimo do 1% mais rico) absorveu nada menos que 11% da renda total.

Dada a alta fatia da renda dos 10% mais ricos, basta que ela cresça acima da média para agravar a concentração. Em outras palavras, a concentração elevada tende a se realimentar. Estudo recente de Marc Milá, da equipe de Piketty, indica que a fatia dos 10% mais ricos teria alcançado 55,3% em 2015. Comparações internacionais mostram que a distribuição da renda e riqueza no Brasil é das mais concentradas do mundo.

As causas dessa concentração exagerada são complexas. À herança histórica de um país que aboliu a escravidão há apenas 129 anos somam-se outros fatores estruturais. A desindustrialização prematura reduziu empregos qualificados na manufatura, substituídos por oportunidades ocupacionais de baixa renda no setor de serviços. A estrutura tributária brasileira é altamente regressiva, baseada em impostos indiretos, cuja incidência é maior sobre os mais pobres. Os impostos diretos estão sujeitos a válvulas de escape. Dividendos distribuídos às pessoas físicas são isentos, estimulando a chamada “pejotização”.

As doações e heranças têm baixa taxaço e as alíquotas de certas aplicações em renda fixa são inferiores ao desconto máximo do IRPF. Lembremos de que os juros

muito altos nos últimos 23 anos transferiram sistematicamente ganhos reais para os estamentos superiores do topo da pirâmide. Agreguem-se, ainda, os ciclos de ganhos de capital e de valorização imobiliária, que favoreceram os mais bem informados e capacitados.

Em suma, a superconcentração da renda é empecilho à formação de uma grande classe média, à ampliação do mercado interno, ao avanço social e à igualdade de oportunidades. Para o bem do Brasil são imprescindíveis: 1- o aumento da eficiência do gasto público em favor dos mais pobres e, 2- uma reforma tributária que modernize e torne a incidência efetiva de impostos equânime e progressiva.

Luciano Coutinho, economista, é professor convidado do Instituto de Economia da Unicamp.

# Marta Arretche: “Desigualdade: o bom debate pede mais luz e menos calor”

Valor Econômico – 06/10/2017

Duas interpretações alimentam o debate sobre a trajetória da desigualdade de renda no Brasil. Uma – informada pelos trabalhos pioneiros de Marcelo Medeiros, Pedro Herculano e Fábio Ávila - sustenta que permaneceu elevada e estável, mesmo sob os governos petistas. A outra - ancorada nos trabalhos de Sergei Soares, Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros - argumenta que, a partir de 2001 e em particular sob os governos petistas, a desigualdade de renda não apenas caiu a taxas elevadas, mas superiores às de países que hoje estão entre os menos desiguais do mundo. Se aquele ritmo não fosse interrompido, poderíamos no longo prazo nos converter em um país civilizado.

Por paradoxal que possa parecer, ambas estão corretas. Divergem porque adotam conceitos e métodos distintos. A primeira - informada pela métrica de Thomas Piketty - observa a concentração da riqueza e enfatiza o peso dos rendimentos do 1% mais rico na distribuição total da renda. A segunda segue modelos econométricos desenvolvidos no século XX; ao se concentrar nos demais 99%, enfatiza os ganhos da metade inferior da distribuição da renda.

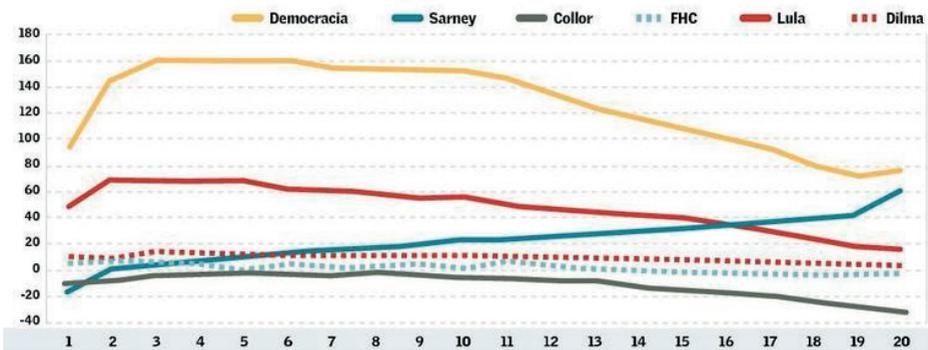
Do acerto das duas interpretações resulta que nossa escandalosa concentração de renda foi apenas marginalmente afetada pelos excepcionais ganhos de renda dos mais pobres. O gráfico mostra os ganhos relativos por vintis para o período 1984-2015, por governos, com base nos dados da Pnad (que sabidamente subestima a renda dos muito ricos). Sob a democracia (1985-2015), os estratos inferiores de renda obtiveram proporcionalmente mais do que os estratos superiores. A taxa de crescimento da renda dos extremamente pobres foi 94%, mas (excluído este estrato) a metade inferior da distribuição teve ganhos superiores a 140%.

Este é o resultado agregado da contribuição de diferentes governos. No governo de José Sarney, os extremamente pobres perderam renda real, ao passo que os ganhos relativos foram proporcionalmente maiores para os domicílios de maior renda. Foi o governo mais regressivo da Terceira República. Não por acaso 1989 é o ano do pico da desigualdade de renda desse período. No governo de Fernando Collor, os extremamente pobres também tiveram renda negativa, mas a metade

superior da distribuição teve perdas relativas ainda maiores. Nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, os extremamente pobres tiveram um pequeno ganho, mas a maioria dos domicílios apenas teve sua renda real protegida da inflação. Os maiores ganhos de renda relativa ocorreram sob os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, o que ajuda a explicar suas taxas de aprovação nas pesquisas de opinião. No governo Dilma Rousseff, a despeito da crise econômica, a taxa de crescimento da renda da metade inferior da distribuição foi superior a 10%.

## Taxa de crescimento

Renda domiciliar per capita, por vintis selecionados (Brasil, 1985-2015)



Fontes: IBGE, Pnad, 1984-2015 (valores deflacionados para setembro de 2016)

Notas: para o cálculo foram considerados o ano anterior e o último ano do período de interesse. Para o período democrático corrente (1984-2015): governos Sarney (1984-89); Collor (1989-1992); FHC (1995-2002); Lula (2002-2011); Dilma (2011-2015). Em 1994, 2000 e 2010 não houve coleta de dados da Pnad, o que inviabilizou examinar o governo Itamar, bem como implicou comparar o último ano do governo FHC com seu primeiro ano, o último ano do governo Lula com o primeiro ano do governo Dilma e, finalmente, 2015 com o primeiro ano do governo Dilma.

Estes foram ganhos relativos, contudo. Em termos absolutos, os mais ricos ganharam muito mais porque essas taxas de crescimento operaram sobre patamares de renda muito desiguais. No fim do governo Sarney, a renda domiciliar per capita dos domicílios do 1º vintil era de R\$ 39, ao passo que a média do 20º vintil era reportada em R\$ 6.035. Mesmo um ganho relativo de 200% na renda dos primeiros seria muito inferior a um ganho de menos de 50% do estrato mais rico da renda. Ainda que limitados, os ganhos de renda dos mais pobres tiraram milhões de pessoas da pobreza e da extrema pobreza. Entretanto, o fato é que a desigualdade de renda é afetada por uma multiplicidade de fatores. Sua trajetória é resultado da combinação em um dado momento no tempo de um conjunto de políticas públicas com outros fatores exógenos, como, por exemplo, mudanças demográficas e com-

portamentos sociais. A queda nas taxas de fertilidade, cuja origem data dos anos 80, deixou de alimentar a fonte demográfica da abundante oferta de jovens pobres no mercado de trabalho. A entrada das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 70 implicou que uma massa de indivíduos destituídos de renda passassem a ter um ganho monetário, reduzindo assim a desigualdade global da renda, mesmo que os ganhos das mulheres sejam mais baixos do que os dos homens. Causas remotas, cuja origem antecede o momento em que a desigualdade de renda cai, não podem ser ignoradas se pretendemos genuinamente entender quais mecanismos promovem este resultado.

Nosso interesse, contudo, se concentra sobre os fatores políticos que explicam as escolhas por políticas, porque apenas estas podem ser objeto de nossa ação deliberada. O fato é que a inclusão dos mais pobres esteve - e continuará a estar - no centro da agenda política da Terceira República. Na Assembleia Constituinte, a politização do problema da pobreza pelos setores progressistas durante a transição democrática produziu um temor mesmo entre os setores conservadores de que a democracia não seria sustentável se não comportasse políticas de combate à pobreza. Para além das oportunidades oferecidas pelo Regimento da Constituinte, esse temor explica a aprovação de uma "Constituição Cidadã" por uma assembleia em que os partidos de esquerda contavam com 48 cadeiras para um total de 559 constituintes.

A Constituição Federal de 1988, por sua vez, converteu os beneficiários das políticas sociais, situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição da renda, em categorias concentradas de eleitores interessados na expansão das políticas que os favorecem. Dado seu tamanho numérico, estes são decisivos para uma eleição majoritária. Dada a concentração da renda, a base eleitoral dos partidos conservadores não pode se restringir aos empregadores e à classe média. Por outro lado, dado o tamanho limitado do setor industrial urbano, os partidos de esquerda não podem mobilizar apenas os trabalhadores organizados e sindicalizados. Sob tais condições, no Brasil, partidos conservadores e de esquerda convergiram para atender as demandas dos eleitores dependentes dos programas de transferência de renda vinculados ao salário-mínimo, bem como das políticas universais de saúde e de educação. A competição política por esses eleitores favoreceu sua contínua expansão.

Moral da história: não é necessário que um partido de esquerda esteja no poder para que políticas redistributivas sejam adotadas. É suficiente que estes sejam eleitoralmente competitivos. Em contextos que combinam elevada participação eleito-

ral com elevada desigualdade econômica, partidos que vocalizem a desigualdade impelem partidos conservadores para a convergência em torno das demandas dos segmentos mais desfavorecidos. Podem não ser suficientes para subtrair a renda do 1% mais rico, mas não convém negligenciar seu potencial redistributivo. No Brasil, foram os partidos de esquerda que politizaram a desigualdade e foram mais bem-sucedidos em mobilizar o eleitorado do piso da distribuição. Sua estratégia de competição política inscreveu o tema da inclusão na agenda política brasileira. A ver o que o futuro nos reserva...

Marta Arretche é professora titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e diretora do Centro de Estudos da Metrópole.

### **Sérgio Lório, da Carta Capital: “Os governos do PT reduziram ou não a desigualdade?”**

Carta Capital – 27/11/2017

Pesquisas recentes coordenadas pelo economista francês Thomas Piketty, referência atual nos estudos sobre desigualdade, ressuscitaram um velho debate no Brasil: os avanços sociais e econômicos nos governos de Lula e Dilma Rousseff foram ou não suficientes para reduzir o fosso entre pobres e ricos?

Segundo os dados compilados pela equipe de Piketty, a resposta seria não. Entre 2001 e 2015, período analisado pelo World Wealth and Income Database, instituto codirigido pelo economista, os 10% mais ricos absorveram 60,7% dos ganhos de renda no Brasil, enquanto os 10% mais pobres abocanharam meros 17,6%. Para os liberais, as constatações de Piketty desmentem o discurso triunfalista do PT a respeito do sucesso das medidas de combate às disparidades nos últimos anos. Intrigada com os resultados e incomodada com as críticas “oportunistas” às políticas sociais adotadas nos governos petistas, Tereza Campello, ex-ministra de Desenvolvimento Social, e um grupo de especialistas empenharam-se em aprofundar as análises. Em vez de se ater à ligeira comparação entre as faixas mais altas e mais baixas de renda, analisaram os efeitos das medidas compensatórias sobre diferentes faixas da população.

O estudo “Faces da Desigualdade no Brasil” desmonta a simplificação de que a falta de mobilidade social quando se compara o topo com a base da pirâmide prova o fracasso total dos programas de distribuição de renda e de estímulo ao acesso a bens públicos. O Bolsa Família, os aumentos reais do salário mínimo, as cotas, o ProUni, além dos investimentos federais em serviços básicos, provocaram uma mudança estrutural muito mais significativa do que se imagina.

Em alguns casos, principalmente no quesito educação, surpreende a velocidade da transformação. “Existe uma tendência a se comparar o topo da pirâmide com os demais, como se essa massa de 90% fosse homogênea. Não é. Há diferenças profundas neste contingente”, afirma Campello.

“Faces da Desigualdade” baseia-se nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra

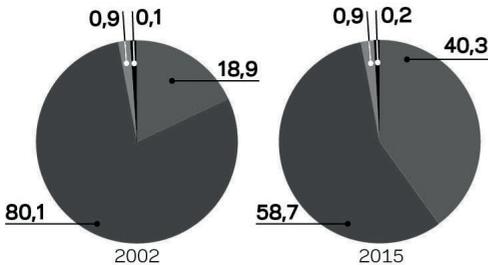
de Domicílios do IBGE. São, portanto, números oficiais, à disposição de qualquer interessado. O estudo será apresentado nesta segunda-feira 27 em um seminário do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. A íntegra do trabalho está disponível no site do Clacso.

A abordagem do estudo, diz a ex-ministra, afina-se à concepção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, uma agenda lançada em 2015 com 17 grandes temas e 169 metas, entre eles a erradicação da pobreza e da fome. Nesse caso, a recomendação é prestar menos atenção às médias, que não raro produzem ilusões estatísticas, e se concentrar no propósito de “não deixar ninguém para trás”.

### MAIS ACESSO À UNIVERSIDADE

População de 18 a 24 anos no ensino superior, em %

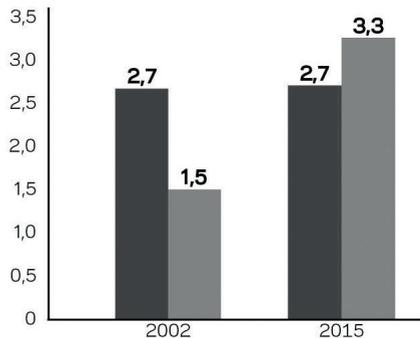
■ Brancos ■ Amarelos  
■ Indígenas ■ Negros



### CURVA INVERSA

População de 15 a 17 anos no ensino médio, em milhões

■ Brancos ■ Negros



Foi o que aconteceu no Brasil entre 2002 e 2015, demonstra o levantamento. Quem tinha “ficado para trás” conseguiu progredir rapidamente para os padrões históricos do País. Os negros, em especial, foram os maiores beneficiados. E não se trata aqui de ganhos de renda com o Bolsa Família, mas de avanços na educação. Em 2002, último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o número de jovens brancos entre 15 e 17 anos que frequentavam a série escolar compatível com a idade era quase o dobro daquele de negros na mesma faixa etária: 2,7 milhões contra 1,5 milhão.

Treze anos mais tarde, a relação inverteu-se: havia 3,3 milhões de jovens negros na escola contra o mesmo contingente de 2,7 milhões de brancos. “É um dado

contraintuitivo. Quem diria que hoje há mais negros do que brancos frequentando uma sala de aula na idade certa nesta faixa etária?”, pergunta a ex-ministra.

A consequência direta da mudança reflete-se em outro indicador. O ingresso de negros nas universidades também avançou em maior velocidade do que a média. O crescimento nesse intervalo de tempo chegou a 268%. O total de universitários negros passou de 441 mil para 1,6 milhão, enquanto a quantidade de alunos brancos subiu de 1,8 milhão para 2,3 milhões.

Não só os jovens ganharam. No período, os chefes de famílias negras que concluíram o ensino fundamental saltaram de 5,7 milhões para 17,5 milhões. Normalmente, núcleos familiares mais pobres são comandados por mulheres sozinhas, desprovidas do apoio de um parceiro para dividir as despesas.

O aumento da escolaridade teve impacto sobre um outro índice, essencial à sobrevivência. Entre 2002 e 2015, a taxa de morte de crianças por mil nascidos vivos despencou 45% na média nacional. No Norte e no Nordeste, a queda foi mais acentuada: 47% e 53%, respectivamente. “Uma mãe com ensino fundamental completo é mais importante do que o acesso a médicos na redução da mortalidade infantil”, explica Campello.

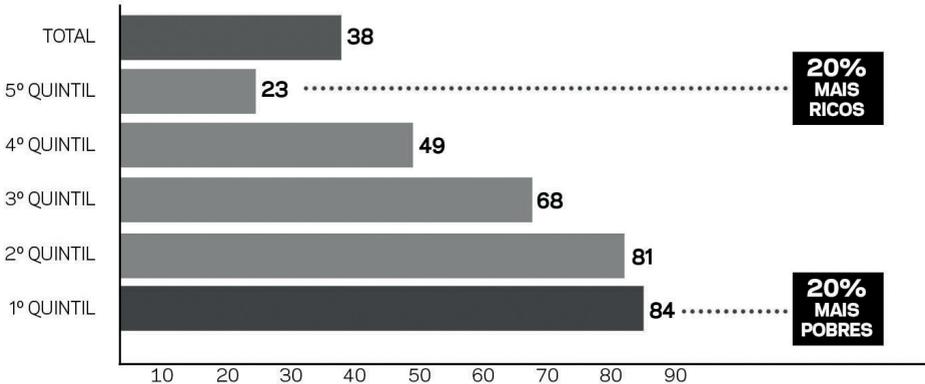
Apesar de os indicadores de fornecimento de água potável e saneamento continuarem medievais, os investimentos na ampliação da cobertura tornaram um pouco menos cruel a realidade de quem vive na pobreza. Entre os 5% mais pobres, ela subiu de 23,9% para 51,1% da população. A variação de 114% ficou bem acima dos 18% de avanço na média do País. No total, 22 milhões de famílias brasileiras conquistaram no século XXI o direito a um serviço básico disseminado pelo resto do planeta no século XIX.

De maneira geral, durante as administrações petistas, a renda dos 5% mais pobres cresceu em uma velocidade quatro vezes maior do que os ganhos dos mais ricos. Ela cresceu 63,3% na faixa dos 20% mais pobres e se expandiu 37,7% para o total da população.

“Essa inflexão nos padrões de crescimento de renda”, anotam os pesquisadores, “foi resultado de uma opção estratégica de associar o desenvolvimento econômico à inclusão social. Um conjunto de políticas públicas concorreu para romper com o histórico processo em que o crescimento era seguido do aumento da desigualdade.”

## GANHOS DIFERENTES

Varição de renda per capita, entre 2002 e 2015, em %



O conjunto de políticas sociais e a expansão de investimentos públicos e privados possibilitaram ao Brasil atingir em 2015 uma marca histórica: a extrema pobreza reduziu-se a 3% da população. No mesmo ano, a pobreza crônica multidimensional, que leva em conta não só a renda per capita diária, mas o acesso a serviços básicos, caiu de 9,8% para 1%.

O refluxo das conquistas sociais iniciado em 2015, ainda sob a administração de Dilma Rousseff, e aprofundado após o impeachment, somado às reformas de Michel Temer que retiram direitos dos trabalhadores e limitam a capacidade de investimento do Estado, vai erodir em pouco tempo os avanços recentes, avalia a ex-ministra. “Basta metade das medidas do governo Temer”, diz, “para destruir tudo o que foi feito.”

Segundo Campello, não fosse a crise econômica que convulsionou os países desenvolvidos em 2008 e atingiu o Brasil no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o País teria um horizonte de ao menos mais uma década para aprofundar os avanços sociais. “Quando Lula assumiu, havia uma enorme exclusão. O processo de incorporação dos excluídos, por si, foi capaz de gerar uma dinâmica econômica favorável.”

As condições, internas e externas, mudaram radicalmente desde então. O caráter regressivo do sistema tributário, no qual os mais ricos pagam proporcionalmente menos do que os mais pobres, inibe os governos de perseguir a justiça social preconizada pela Constituição de 1988.

## **DESIGUALDADE**

---

Nenhum candidato comprometido com o crescimento econômico associado à redução da desigualdade terá sucesso, caso o Brasil realize eleições presidenciais em 2018, se oferecer mais do mesmo.

## **Nelson Barbosa: “Cada país tem a desigualdade que escolhe?”**

CFolha de S.Paulo – 29/09/2017

A desigualdade voltou a ganhar destaque recentemente no Brasil, a partir de novos dados que indicam uma estabilidade da concentração de renda dos mais ricos, desde 2006.

Vários especialistas já se manifestaram sobre o assunto, apontando que esse resultado decorre da ampliação dos estudos para incluir dados tributários, que melhor capturam a renda do capital no topo da pirâmide.

De fato, a queda da desigualdade registrada pelo IBGE é mais focada na renda do trabalho, em que se verifica uma melhora da distribuição, até 2011, por qualquer medida utilizada.

Quando se incluem dados tributários na análise, o resultado ainda é um aumento da parcela de renda dos mais pobres, mas com estabilidade da parcela dos mais ricos.

Em outras palavras, a classe média perdeu participação no total de renda e isso ajuda a entender parte do conflito político recente.

Em um texto de 2016, Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, apontou que a desigualdade é uma escolha política, não um resultado de forças externas à sociedade.

Palma analisou a distribuição pessoal de renda em 129 países, dividindo cada sociedade em três grupos: mais pobres (40% na base da pirâmide), classe média (os 50% seguintes) e os ricos (os 10% no topo).

Segundo Palma, há uma regularidade na maioria dos casos: a classe média detém aproximadamente 52% da renda pessoal, independentemente do grau de desigualdade do país em questão.

Onde a desigualdade é alta, os ricos têm uma parcela elevada do total da renda, enquanto os pobres têm uma parcela reduzida. Onde a desigualdade é baixa, os ricos têm uma parcela menor, e os pobres, uma parcela maior do bolo. Nos dois casos, a classe média tem cerca de 52% da renda pessoal.

Minha interpretação dos resultados de Palma é que, onde a desigualdade é alta, a classe média aceita que os ricos sejam muito ricos desde que os pobres sejam

muito pobres. Já onde a desigualdade é baixa, a classe média aceita que os pobres sejam menos pobres, desde que os ricos não sejam tão ricos.

A “tolerância à desigualdade” de cada país reflete, portanto, sua preferência de renda relativa. Onde a desigualdade é alta, caso do Brasil, a classe média tolera a riqueza excessiva desde que sua renda também seja excessiva em relação aos mais pobres.

Como apontou o sociólogo Jessé de Souza, essa escolha (um resquício do período de escravidão) pode explicar mais de nossa história do que a hipótese do patrimonialismo, tão em voga ultimamente.

Esse é um tema a ser aprofundado, sobretudo porque a recente perda relativa da classe média contribuiu para o crescimento de uma oposição virulenta a governos de esquerda e políticas de inclusão social.

Essa oposição geralmente se agrupa sob a bandeira politicamente correta de combate à corrupção, mas seu crescimento também tende a fazer os pobres voltarem a ser mais pobres via apoio a uma agenda regressiva de política econômica.

A alternativa progressiva seria fazer com que os ricos contribuam mais para a redução da desigualdade. Essa foi uma falha dos governos do PT. Demoramos muito para enfrentar o problema. Corrigir esse erro é o caminho a seguir, além de ser perfeitamente compatível com o combate à corrupção.

Mas temo que isso só acontecerá quando a desigualdade subir para um nível que ameace a sobrevivência da classe média.

## **João José Reis: Discurso em agradecimento ao Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, 20 julho de 2017**

Sou grato aos membros desta Academia por considerar minha obra merecedora do Prêmio Machado de Assis. Sendo um historiador da escravidão (embora não apenas) permitam-me imaginar a concessão do prêmio, quando a Academia cumpre 120 anos, como uma homenagem àqueles dentre os seus fundadores que, entre outros, militaram contra a escravidão — penso em Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e, muito especialmente, Machado de Assis, que dá seu nome a este laurel. Neto de escravos, Machado, além de abolicionista arguto, radical, embora discreto, foi a seu modo historiador da escravidão, no que acompanho um de seus mais destacados intérpretes, Sidney Chalhoub, também historiador da escravidão.

Outro historiador, o acadêmico Alberto da Costa e Silva, aqui presente, avaliou perfeita e concisamente o peso desse sistema de trabalho e modo de vida para o Brasil: “A escravidão foi o processo mais importante e profundo de nossa história.” Não podia ser diferente: durou perto de 400 anos, contra apenas 129 anos de liberdade; o tráfico transatlântico luso-brasileiro importou quase metade dos 11 milhões de suas vítimas; e o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Ela deixou marcas indelévels na sociedade que nasceu de seus fundamentos e ainda nos assombra com fantasmas de várias espécies – as desigualdades sociais e raciais, o racismo sistêmico, o racismo episódico, agora mais assanhado pelo anonimato da internet (já chamado “racismo virtual”), hoje o principal veículo de pregação de todos os ódios, inclusive do ódio racial.

O Brasil precisará de esforço hercúleo para livrar-se desse passado que se recusa a passar. O principal caminho talvez seja mais informação, mais educação e ações afirmativas, umas entrelaçadas com as demais. Neste sentido, algumas medidas reivindicadas pelos movimentos negros foram adotadas nas últimas décadas. Entre elas, destacaria três: as cotas educacionais, o ensino da história afro-brasileira e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. As cotas sociorraciais para ingresso nas universidades públicas já resultaram em

mudança na cor dessas instituições, corrigindo em muitos casos a quase exclusividade branca nos cursos de maior prestígio – Medicina, Direito, Engenharia. Apesar de problemas aqui e ali, as cotas estão dando certo.

A introdução, no ensino fundamental e médio, de disciplina voltada para a história e a cultura afro-brasileiras, com ênfase na história da África, prometia uma equiparação a conteúdos sobre a história da Europa. Lamentavelmente, a disciplina desapareceu da nova Base Nacional Comum Curricular. E a África voltou a ser emparedada naquela acepção, denunciada por Cruz e Souza, de “África grotesca e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos, África dos suplícios e das maldições eternas”, enfim, a África que predomina na grande mídia, refém de uma “história única”, na expressão certa da escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Torço pelo retorno da África às escolas.

Uma história de outras vozes está representada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – a UNILAB, implantada a partir de 2011 como um gesto, ainda que acanhado, de solidariedade com um continente pilhado pelo tráfico luso-brasileiro de cativos. Essa instituição acolhe em suas salas de aula quase mil alunos africanos, mediadores qualificados de suas Áfricas com o Brasil, jovens que recebem pequena bolsa mensal de 530 reais. Pois a comunidade da UNILAB esteve ameaçada recentemente com o corte desse minúsculo item do orçamento nacional. Urge defender a UNILAB!

Políticas de inclusão racial, além do esforço para educar e informar todos os brasileiros sobre a imensa contribuição dos africanos e seus descendentes para a formação histórica e cultural do país, são, entre outras, medidas necessárias – não sei se suficientes – no combate ao legado nefasto da escravidão. Prefiro acreditar que seja produto da ignorância, e não desfaçatez, gestos de delinquência simbólica como batizar um restaurante chique de Senzala. Desejo, desejamos um país onde não seja preciso uma jovem negra empunhar, numa recente manifestação de rua, cartaz que dizia: “A casa-grande surta quando a senzala aprende a ler.” Invocar a escravidão passou à ordem do dia. Com uma maioria de detentos negros (cerca de 60%) amontoados em espaço exíguo, nossas prisões são comparadas a senzalas onde não é servida a boa comida do restaurante Senzala. Comparação talvez injusta, porque a vida de seus escravos valia mais para o senhor do que parece valer a vida dos presos para os governos e a sociedade que, conivente, se cala. Preso não conta como cidadão, ele é preto, ou, se branco, é também preto de tão pobre – já acusou Caetano Veloso. A precariedade da cidadania, filha da desigualdade social e racial, tem sido vinculada ao passado escravista com insis-

tência. Ainda na semana passada, Milton Hatoum escreveu em sua coluna de O Globo: “Quase quatro séculos de escravidão, e mais de um século de uma democracia manca, interrompida por várias ditaduras, só poderiam gerar uma sociedade extremamente desigual.”

Há, no entanto, outra dimensão inquietante nessa ordem de questões, que é quando, em vez de alegoria, a escravidão se insinua como dado de realidade efetiva ou em construção.

Como no passado, o ciclo começa com o tráfico – de trabalhadoras e trabalhadores sexuais, domésticos, industriais ou rurais. Imigrantes legais e ilegais são com frequência resgatados de porões insalubres nas grandes cidades, onde trabalham, moram e morrem. Na zona rural chovem denúncias de pessoas submetidas a trabalho (forçado, exaustivo, degradante) análogo à escravidão, matéria que hoje mobiliza pesquisadores e membros da Justiça do Trabalho numa discussão que já ganhou foro internacional.

A recentíssima reforma trabalhista causa temor a quem entende do assunto. Segundo o auditor fiscal do trabalho Luís Alexandre farias, “as mudanças criam condições legais e permitem que a legislação banalize aquelas condições que identificamos como trabalho análogo ao escravo”. E a respeito do princípio do negociado sobre o legislado, o procurador do MPT Maurício Ferreira Brito, que encabeça a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, advertiu sobre o perigo da escravidão voluntária: “A depender do que se negocie”, ele alertou, “você pode legalizar práticas do trabalho escravo.” Seria uma graça que este procurador fosse tão ouvido quanto os de Curitiba. Faltou falar da licença agora dada ao capital para empregar a mulher gestante em ambientes insalubres. Não me convencem as ressalvas da lei: se isso não é trabalho degradante, o que mais será?

Sobre a reforma trabalhista, aceitem um exercício de imaginação pessimista. Não resisto a comparar o “trabalho intermitente” ali contemplado com o sistema de ganho ou de aluguel nas cidades escravistas: no primeiro caso, o senhor mandava o escravo à rua para alugar ele próprio sua força de trabalho; no segundo, o senhor escolhia um locatário. Circulava o escravo ao ganho ou de aluguel entre um e outro e mais outro empregador, como cumprirá fazê-lo o trabalhador intermitente do novo Brasil. Um professor, por exemplo, poderá, como autônomo intermitente servir em vários estabelecimentos de ensino, um dia num, no dia seguinte mais um, depois ainda outro. Nascerá, assim, o professor ao ganho.

Some-se a recente Lei da Terceirização e alcançamos o quadro quase completo de precarização radical do trabalho. A terceirização agora vale para atividades fins.

Ainda no setor do ensino, empresas que antes limitavam-se a fornecer empregados para atuar na segurança ou na limpeza, poderão doravante oferecer professores a escolas, faculdades e universidades, e fazê-los circular de acordo com a demanda do mercado. Nascerá, então, o professor de aluguel.

Por felicidade, já passou meu tempo de ser professor ao ganho ou de aluguel.

O emprego em regime de dedicação exclusiva na Universidade Federal da Bahia deu-me a oportunidade de ser um professor pesquisador. À minha universidade e aos órgãos de fomento de pesquisa, em especial ao CNPQ, eu agradeço ter podido escrever a obra historiográfica agora premiada. Dela já falou, com generosidade, o professor José Murilo de Carvalho.

Queria apenas acrescentar que meus livros, artigos, capítulos em coletâneas etc, foram e continuam a ser escritos com paixão pelos temas de que tratam, sem o selo de garantia da objetividade perfeita exigida pelo positivista. Busquei, sim, a compreensão weberiana. No entanto, não permito que minhas inclinações ideológicas e minha utopias pautem as interpretações que faço dos processos, episódios e personagens sobre os quais escrevo. História panfletária, nem pensar! Me curvo às evidências que brotam dos arquivos, e elas não cessam de surpreender com um universo muito mais complexo do que caberia numa explanação fácil e porventura maniqueísta, que divida o mundo entre o herói e o bandido.

Meus livros são povoados de escravos que fogem de toda parte para toda parte, criam quilombos nas periferias da Cidade da Bahia ou nos mangues de Barra do Rio de Contas, se levantam em nome de Alá e de Ogum, mas nesses escritos também se encontram escravos que negociam com seus senhores um cativo menos opressivo. Escravos que querem e senhores que permitem a acumulação de bens e a compra da alforria. A maioria de meus personagens têm nomes, subjetividade, não são peças passivas da máquina escravista. Bilal Licutan, Luiz Sanin, Manoel Calafate, João Malomi, Francisco e Francisca Cidade, Zeferina, homens e mulheres à frente das revoltas escravas baianas. O alufá Rufino José Maria, liberto malê que virou cozinheiro de navio negreiro e pequeno traficante transatlântico de gente. Domingos Sodré, adivinho e curandeiro nagô que fornecia beberagens a escravos para amansar seus senhores, mas era ele próprio senhor de escravos. Manoel Joaquim Ricardo, dono de dezenas de escravos, liberto haussá que prosperou a ponto de ser contado entre os homens que formavam os 10% mais ricos de Salvador. E alguns outros mais...

Contudo, termino com um aviso aos navegantes: a ascensão social aconteceu para poucos escravos desembarcados ou nascidos no Brasil. A maioria morreu escravi-

zada. No balanço final, fico com Joaquim Nabuco, que escreveu:  
Não importa que tantos dos seus filhos espúrios tenham exercido sobre irmãos o mesmo jugo, e se tenham associado como cúmplices aos destinos da instituição homicida, a escravidão na América é sempre o crime da raça branca, elemento predominante da civilização nacional...

# Valor Econômico: “Pesquisa sugere baixa adesão de brasileiros a teses conservadoras”

Valor Econômico – 17/11/2017

Uma pesquisa recém-concluída pelo instituto Ideia Big Data sobre temas comportamentais e econômicos sugere, conforme os formuladores do levantamento, que as posições dos brasileiros são bem menos conservadoras do que tem aparecido nas análises políticas, nos discursos de parlamentares e em manifestações em redes sociais.

O estudo mostrou, entre outras coisas, que há forte apoio dos brasileiros à atuação do Estado para garantir igualdade de oportunidades, proteção aos mais pobres, aposentadoria aos mais velhos e crescimento econômico do país.

São majoritários também o apoio a cotas raciais em universidades públicas e a defesa de direitos de homossexuais. A formulação segundo a qual os direitos humanos “devem valer para todos, incluindo bandidos”, supera com folga o entendimento de que deveria ser algo seletivo. E uma ampla maioria manifesta rejeição à ideia de punição criminal às mulheres que fazem aborto.

Já a bandeira da redução dos impostos, muito cara ao pensamento conservador e muito defendida por políticos de direita e entidades empresariais, não é vista como prioridade.

O único tema testado em que teses normalmente associadas ao conservadorismo ganham mais destaque é o da segurança pública. Por pequena margem, a ideia segundo a qual o país precisa de mais presídios tem mais concordância do que oposição. A defesa da pena de morte empata com a rejeição à adoção dessa medida radical.

Embora a maioria dos entrevistados manifeste preferência por um modelo de penas alternativas em detrimento do aprisionamento como única maneira de punição, 44,8% dos brasileiros concordam com a frase “bandido bom é bandido morto”. O grupo que compartilha esse entendimento vence com folga o dos que discordam da frase (31,4%). Outros 22,2% nem concordam nem discordam.

Para chegar a essas conclusões o Ideia Big data ouviu 3 mil pessoas em todo o

país entre os dias 1º e 10 de novembro. A pesquisa foi feita face a face e tem margem de erro de 2,5 pontos para mais ou para menos.

O levantamento foi encomendado pelo chamado Movimento Agora!, um grupo criado há um ano para, segundo a própria definição, “impactar a agenda pública e a ação política” no país. Segundo o CEO do instituto, Maurício Moura, o estudo foi financiada pela própria empresa de pesquisa em colaboração com o Movimento Agora!.

Composto por aproximadamente 90 pessoas, o Agora! reúne pesquisadores, empresários, ativistas, economistas, ONGueiros, profissionais liberais e até um indígena entre os seus cofundadores e membros.

No grupo dos 48 cofundadores listados em seu site estão, entre outros, os empresários Carlos Jereissati Filho e Eduardo Mufarej, o ex-secretário Nacional de Justiça e ex-chefe de gabinete da ex-presidente Dilma Rousseff, Beto Vasconcelos, a economista Mônica de Bolle, o ativista Anápuáka Muniz Tupinambá Hã-Hã-Hãe e as pesquisadoras Iлона Szabó e Melina Risso.

Cotado como possível candidato à Presidência da República em 2018, o apresentador de TV Luciano Huck (sem partido) é apresentado na mesma lista como “membro” do Agora!.

Para Melina Risso, o resultado que melhor expressa o sentimento captado pela pesquisa é o da primeira pergunta formulada pelo Ideia. Os entrevistados foram provocados a dizer se preferiam impostos mais baixos ou melhores serviços públicos, como saúde e educação. De cada 10 brasileiros, 8 optam por melhores serviços públicos.

“Vivemos um momento complicado no país porque o único fenômeno com forte visibilidade é o de um amplo conservadorismo que teria dominado o país”, disse Risso ao Valor. “Então foi com satisfação que eu vi os resultados dessa pesquisa. Uma boa surpresa perceber que há espaço para discussão de outros temas. Acho esse resultado da preferência por serviços públicos revelador da desconexão entre o que ganha visibilidade na imprensa e no debate público e o que é dito pelos brasileiros.”

O tema imposto também foi testado numa peste do questionário que perguntava sobre concordância ou discordância dos entrevistados em relação a determinadas frases.

Três entre quatro pesquisados concordaram com a frase “Reduzir imposto é importante, mas não urgente”. Apenas 15,5% discordaram. Outros 8,3% nem concordaram nem discordaram.

## DESIGUALDADE

As respostas à pergunta sobre direitos humanos também surpreenderam a pesquisadora. Para 62,4%, os direitos humanos devem valer para todos, incluindo bandidos. A ideia segundo a qual “não devem valer para bandidos” teve adesão de 33,8%.

Acostumado a lidar com levantamentos desse tipo, Mauricio Moura chama a atenção para dois pontos em que ele detecta “evolução” no pensamento médio dos brasileiros.

O primeiro é um aumento notável no apoio às políticas de cotas raciais em universidades públicas. Conforme a pesquisa recém-concluída, 57,2% são favoráveis a esse tipo de medida, 39,2% são contra. “Dez anos atrás, só um terço da população defendia cotas desse tipo. Houve uma rápida inversão nesse tema”, diz.

O segundo é o apoio majoritário às políticas que representam direitos para homossexuais. É um padrão que ficou claro em mais de uma questão. O entendimento segundo o qual pessoas do mesmo sexo têm direito de se casar recebeu adesão de 65,5% dos brasileiros. A opção oposta, de negação dessa possibilidade, foi apontada por 29,7%.

Tendência parecida foi observada numa pergunta sobre adoção de crianças por parte de casais formados por pessoas do mesmo sexo. Conforme a pesquisa, 62,4% reconheceram esse direito. Os contrários somaram 34,6%.

Um resultado visto como positivo por Moura foi o que mostrou rejeição à ideia de “salvador da pátria” para o Brasil. Para 72,8%, isso não existe. A posição oposta foi defendida por apenas 16%.

“O populismo sempre foi um tema de muita ressonância e o Brasil já viveu experiência de político que se apresentou como salvador da pátria”, disse, sem citar nomes. “Mas na pesquisa, ainda é possível ver resquício disso na forte adesão à frase ‘bandido bom é bandido morto’. Indica que o tema segurança será muito forte em 2018”, conclui.



## Opiniômetro

Pesquisa quantitativa apurou opções dos brasileiros em temas selecionados (em %)

### Você concorda ou discorda das seguintes frases?

	Concorda	Nem concorda nem discorda	Discorda
Fundamental ter um(a) presidente que saiba escutar os mais pobres	84,5	6,4	8,3
O pobre paga mais imposto no Brasil do que o rico	76,9	10,8	10,9
Reduzir impostos é importante, mas não é urgente	74,7	8,3	15,5
Não existe salvador da pátria em política	72,8	10,3	16,0
As cidades brasileiras não oferecem transporte público de qualidade	70,3	12,4	16,8
A melhora da infraestrutura de estradas é importante, mas não urgente	69,8	13,3	15,6
O Brasil precisa de mais presídios	48,2	8,6	42,4
Principal objetivo do governo deve ser na economia; se cresce, o resto é resolvido	39,6	14,0	45,3
A saúde melhorou nos últimos anos	26,3	13,5	58,2
Bandido bom é bandido morto	44,8	22,2	31,4

### Se tivesse que escolher, qual seria sua preferência para o Brasil?

**79,4%**

Melhores serviços públicos, como educação e saúde

**20,2%**

Impostos mais baixos

### Tira-teima ideológico

Com qual das duas frases você mais concorda? (em %)

#### Tendência normalmente vista como menos conservadora

O governo deve garantir igualdade de oportunidades para os cidadãos	93
O governo deve sempre proteger os mais pobres	86,4
O governo deve garantir a aposentadoria de todos os cidadãos	85,6
Trabalho comunitário, reparação ou devolução podem ser alternativas	73,8
Governo deve atuar ativamente na economia para promover o crescimento	69,7
Pessoas do mesmo sexo devem ter o direito de se casar	65,5
Casais de pessoas do mesmo sexo devem ter direito de adotar crianças	62,6
Direitos Humanos devem valer para todos, incluindo bandidos	62,4
É importante que existam partidos políticos	61
Mulheres que fazem aborto não deveriam ser punidas criminalmente	60
Sou a favor de cotas para negros nas universidades públicas	57,2
Sou contra a pena de morte mesmo para crimes hediondos	47,3
A maconha deveria ser legalizada	41,2

#### Tendência normalmente vista como mais conservadora

Não cabe ao governo garantir igualdade de oportunidades para os cidadãos	6,4
Não é responsabilidade do governo sempre proteger os mais pobres	9,8
Cada um deve se preocupar em garantir sua própria aposentadoria	12,9
Ir para a prisão é a melhor forma de pagar por um crime, não importa a gravidade	22,7
Governo deve deixar empresas atuarem livremente para promover o crescimento	23,8
Pessoas do mesmo sexo não devem ter o direito de se casar	29,7
Casais de pessoas do mesmo sexo não devem ter direito de adotar crianças	34,6
Direitos Humanos não devem valer para bandidos	33,8
O Brasil seria melhor se não tivesse nenhum partido político	34,6
Mulheres que fazem aborto deveriam ser punidas criminalmente	31
Sou contra cotas para negros nas universidades públicas	39,2
Defendo a pena de morte para crimes hediondos	47,9
A maconha deve continuar sendo proibida	55,4

Fonte: Ideia Big Data - pesquisa feita de 1º a 10/11 com 3 mil entrevistas: face a face e margem de erro de 2,5 pontos



**Parte 3- Impostos e juros no Brasil.  
Dentre os países da OCDE, Brasil  
é o segundo que mais tributa os pobres  
(consumo) e é o último que menos  
tributa os ricos (renda e propriedade);  
mesmo com forte recessão, Brasil é um  
campeão mundial de juros reais**



### **Impostos. A carga tributária no Brasil e no mundo e sua composição: consumo, renda, propriedade e folha salarial. Dentre os países da OCDE, Brasil é o segundo que mais tributa os pobres (consumo) e é o último que menos tributa os ricos (renda e propriedade)**

Artigo divulgado no site da deputada Marília Campos – 29/09/2017

A divulgação pela Receita Federal da arrecadação tributária de 2015 quebrou diversos mitos. O primeiro deles é que, ao contrário daquilo que divulga os partidos conservadores e a grande mídia, nossa carga tributária não é de 37%, 40% por ano, como afirmam. No ano de 2015, o Brasil arrecadou, em seus três níveis de governo – União, Estados e municípios-, R\$ 1,928 trilhão de impostos, que equivale a 32,66% do PIB do ano de R\$ 5,904 trilhões.

#### **FERNANDO HENRIQUE FOI O CAMPEÃO DO “IMPOSTÔMETRO”**

Segundo mito desfeito é que foram os governos do PT os que mais aumentaram os impostos no Brasil. A verdade: com FHC, a carga tributária passou de 25,72%, em 1993, quando ele assumiu o Ministério da Fazenda, aumentou para 26,30%, em 1996, e aumentou de forma substancial em 2002, último ano do mandato do tucano na presidência, para 32,18% do PIB, o que significa um crescimento, em termos reais, de 6,46% do PIB no período. Nossa referência na análise dos governos do PSDB é 1993, quando Fernando Henrique tomou posse como ministro da Fazenda de Itamar Franco. Se os tucanos, com razão, reivindicam um grande protagonismo na formulação do Plano Real, devem assumir integralmente também o restante da política econômica de Itamar Franco, quando deram início a um aumento violento da carga tributária no Brasil.

Estes números desmentem teorias simplistas na esquerda, que caracterizam o neoliberalismo de Estado mínimo. Não é bem assim. O que os liberais querem é

Estado mínimo nos gastos sociais, mas não têm maiores contradições com aumentos da carga tributária quando se trata de o Estado honrar seus compromissos financeiros crescentes com o mercado financeiro e com a ampla coligação dos juros altos.

Nos governos do PT, a carga tributária passou de 32,18%, em 2002, para 32,66% do PIB, em 2015, um avanço, em termos reais, de apenas 0,48% do PIB. Claro que os opositores dos governos do PT fingem desconhecer noções básicas de economia e se fixam no avanço nominal da arrecadação, mas o que conta mesmo, e até os economistas tucanos concordam, é a evolução em relação ao PIB. Verdade que as enormes desonerações fiscais, sobretudo no governo Dilma, se mantiveram a carga tributária estável em termos reais nos governos do PT, não tiveram os resultados esperados: o crescimento da economia não voltou, e, com menos recursos em caixa, o governo federal teve uma piora expressiva em termos fiscais.

## **ECONOMISTAS TUCANOS CONCORDAM COM NOSSOS ARGUMENTOS**

São os próprios economistas tucanos que reconhecem que no governo FHC foram criados novos impostos e contribuições e nos governos do PT a arrecadação se expandiu, de forma modesta em termos reais, devido ao crescimento da economia e a enorme formalização da mão de obra, com enormes impactos nas receitas da Previdência, FGTS, PIS PASEP e outros tributos, que compensaram, com uma pequena sobra, o fim da CPMF. Dois dos principais economistas tucanos, Mansueto Almeida e Samuel Pessoa, é que dizem isto, conforme pode ser confirmado no artigo "Desequilíbrio econômico é estrutural e exige correções duras", na Folha de S.Paulo, 19/07/2015. Eles dizem sobre o governo FHC: "Desde 1994, o crescimento da despesa pública foi compensado pela expansão da carga tributária. Nos anos 1990, esse aumento decorreu da introdução de novos tributos, como a Cofins, além dos benefícios da Lei de Responsabilidade Fiscal". Eles concluem sobre os governos do PT: "Na década de 2000, diversos fatores permitiram o maior crescimento econômico e uma elevação ainda maior da arrecadação tributária. Entre eles, a estabilidade macroeconômica, os ganhos de produtividade em diversos setores, como agronegócio e serviços, as reformas no mercado de crédito e a expansão da economia mundial".

### BRASIL TEM CARGA TRIBUTÁRIA SIMILAR A OCDE

A carga tributária no Brasil foi de 32,42% do Produto Interno Bruto – PIB em 2014, percentual próximo à média de 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 35,3%. A OCDE é uma organização internacional de 34 países, sendo que a maioria dos membros é composta por economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano e são considerados países desenvolvidos.

Estudo da Receita federal alerta que: “As comparações dos valores de carga tributária nacional com as de outros países devem ser feitas com cuidado, pois algumas espécies tributárias existentes em um país podem não existir em outros. Um exemplo é a previdência, que em alguns países é privada, não fazendo parte da carga tributária. As diferenças metodológicas também são importantes fatores a serem considerados, por exemplo, em algumas compilações os tributos específicos incidentes sobre o setor de combustíveis não são computados como receitas tributárias”.

Um exemplo importante dado pela Receita, que explica diferenças significativas na carga tributária, é a previdência, que em alguns países é privada, não fazendo parte da carga tributária. Esta ressalva é importante. Muitos países onde a previdência e também a saúde são privadas (todo o sistema ou grande parte dele), as contribuições são obrigatórias. São políticas financiadas, portanto, por “impostos privados”, que os analistas e órgãos de pesquisa não contabilizam como carga tributária. Isto acaba subestimando a tributação em muitos países, como nos casos dos Estados Unidos, Chile e Reino Unido.

### BRASIL: CARGA TRIBUTÁRIA REGRESSIVA CONCENTRADA NO CONSUMO

O estudo da Receita Federal analisa a composição da carga tributária nos países da OCDE referente a 2014: “Quando se compara a tributação por base de incidência, observa-se que para a base Renda o Brasil tributa menos do que a maioria dos países da OCDE, enquanto que para a base Bens e Serviços, tributa mais”. Os números apresentados pela Receita Federal são os seguintes:

a) A carga tributária sobre a renda, lucro e ganhos de capital, imposto típico dos mais ricos, é de 5,9% do PIB no Brasil e, em média, de 12,0% na OCDE. Neste item da tributação, o Brasil ocupa a 30ª colocação, último lugar, dentre 30 nações da OCDE.

- b) Na folha de salários a tributação é de 8,4% do PIB no Brasil e de 9,7% na OCDE. O Brasil neste item ocupa a 18ª posição no ranking da OCDE, o que desmente informações de que nosso país seria um campeão neste tipo de tributação.
- c) A carga tributária sobre bens e serviços, que onera os mais pobres, é de 16,3% do PIB no Brasil e de 11,4% na OCDE. Nosso país é o 2º colocado na OCDE que mais tributa os mais pobres, ficando atrás apenas da Hungria.
- d) E, finalmente, a carga tributária sobre a propriedade é de 1,4% no Brasil e de 1,9% na OCDE. O Brasil ocupa 18ª posição neste tipo de tributo, sendo que em alguns países importantes, alguns deles de tradição liberal, ela é muito maior: Reino Unido (4,1%), França (3,9%), Estados Unidos (2,8%).

### **DENTRE OS RICOS, OS MAIS RICOS – OS MILIONÁRIOS – SÃO OS MENOS TRIBUTADOS**

Os dados da Receita Federal e do IPEA, indicam que no Brasil os pobres pagam mais impostos (enquanto percentual da renda); a classe média paga mais imposto de renda e milionários são os menos tributados. Os pobres pagam mais impostos porque a tributação é majoritariamente sobre o consumo e repassada aos preços e também sobre a folha de salários, sendo 2/3 do custeio da previdência é de responsabilidade das empresas, que também repassam aos preços.

Sobre o imposto de renda, estudos do IPEA, divulgados pelo jornal Valor Econômico, indicam que a classe média paga o dobro de imposto de renda dos milionários, donos de grandes empresas no Brasil. Segundo estes estudos, quem recebe de 10 a 20 salários mínimos contribui com imposto de renda com 8,94% de sua renda; quem recebe de 20 a 40 salários mínimos, a tributação da renda chega a 11,96%; de 40 a 80 salários mínimos, a tributação sobre a renda atinge 11,13%; e os mais ricos, com renda acima de 160 salários mínimos, são tributados em apenas 6,51%. Esta situação acontece devido a total isenção tributária para os lucros e dividendos dos milionários. Cerca de 71.000 milionários tem isenções tributárias de aproximadamente R\$ 300 bilhões por ano.

## **Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair: “Jabuticabas tributárias e a desigualdade no Brasil (I)”**

Valor Econômico – 31/07/2015

A surpreendente repercussão dos estudos do economista francês Thomas Piketty e do seu best-seller *O Capital do Século XXI* contribuiu para renovar o debate sobre os papéis do imposto de renda não só como ferramenta redistributiva, essencial na construção do Estado de bem-estar social das economias desenvolvidas, mas também como instrumento de cidadania quando seus registros de informação são apresentadas de modo transparente à sociedade e permitem diagnosticar melhor suas desigualdades e mazelas sociais. O Brasil ainda engatinha na tarefa de tornar o imposto de renda um tributo progressivo e abrangente, mas felizmente tem avançado no quesito transparência.

Os dados das declarações de imposto de renda das pessoas físicas entre 2008 e 2014, recentemente divulgados pela Receita Federal do Brasil, são um presente à democracia porque nos ajudam a conhecer melhor nossa distribuição de renda e riqueza e, ao mesmo tempo, o efeito concentrador de algumas peculiaridades (ou jabuticabas) do nosso sistema tributário. Vamos a uma síntese desses dados:

1- Somos uma das sociedades mais desiguais do planeta. O topo da pirâmide social, formado por 71.440 pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos (ou R\$ 1,3 milhão anuais), totalizou rendimentos de R\$ 298 bilhões e patrimônio de R\$ 1,2 trilhão em 2013. Isto equivale a uma renda média individual de R\$ 4,17 milhões e uma riqueza média de R\$ 17 milhões. Essa minúscula elite (0,3% dos declarantes ou 0,05% da população economicamente ativa) concentra 14% da renda total e 22,7% de toda riqueza declarada em bens e ativos financeiros. Se adicionarmos a renda e o patrimônio dos que ganham acima de 40 salários mínimos mensais ou R\$ 325 mil anuais (0,5% da população ativa), já chegaremos a 30% e 43% dos totais.

2- Nossos extremamente ricos apresentam elevadíssima proporção de rendimentos isentos de imposto de renda. Da renda desse estrato, apenas 34,2% são tributados (incluindo aqueles rendimentos tributados exclusivamente na fonte) e os outros

dois terços – R\$ 196 bilhões com média individual de R\$ 2,7 milhões – são isentos de imposto pela nossa legislação. Este percentual de isenção, em relação à renda, é de 23,8% para os demais declarantes e de apenas 8,3% para a imensa maioria, aqueles que receberam abaixo de cinco salários mínimos mensais (ou R\$ 40,7 mil anuais) em 2013.

3- O topo da pirâmide social paga menos imposto, proporcionalmente à sua renda, do que os estratos intermediários. Em média, o declarante do estrato extremamente rico paga 2,6% de imposto sobre sua renda total (ou 6,4% com estimativa de retenção exclusiva na fonte), enquanto o estrato intermediário com rendimentos anuais entre R\$ 162.720 e R\$ 325.440 (20 a 40 salários mínimos) paga 10,2% (11,7% com retenção exclusiva na fonte). Ou seja, nossa classe média alta – principalmente a assalariada – paga mais imposto do que os muito ricos.

4- Essa distorção se deve principalmente a uma jabuticaba da legislação tributária brasileira: a isenção de lucros e dividendos pagos a sócios e acionistas de empresas. Dos 71.440 super ricos que mencionamos, 51.419 receberam dividendos em 2013 e declararam uma renda média de R\$ 4,5 milhões, pagando um imposto de apenas 1,8% sobre toda sua renda. Isso porque a renda tributável desse grupo foi de R\$ 387 mil em média em 2013, a renda tributável exclusivamente na fonte R\$ 942 mil e a renda totalmente isenta R\$ 3,1 milhões.

A justificativa para esta isenção é evitar que o lucro, já tributado ao nível da empresa, seja novamente taxado quando se converte em renda pessoal, com a distribuição de dividendos. Antes que o leitor formule sua opinião derradeira sobre essa questão, uma informação adicional: entre os 34 países da OCDE, que reúne economias desenvolvidas e algumas em desenvolvimento que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado, apenas três isentavam os dividendos até 2010. México retomou a taxação em 2014 e República Eslováquia em 2011, por meio de uma contribuição social. Restou somente a Estônia, que, assim como o Brasil, isenta totalmente os dividendos.

Em média, a tributação total do lucro (integrando pessoa jurídica e pessoa física) chega a 43% nos países da OCDE (sendo 64% na França, 48% na Alemanha e 57% nos Estados Unidos). No Brasil, com as isenções de dividendos e outras jabuticabas tributárias (como os juros sobre capital próprio, que reduzem a base tributável das empresas), essa taxa cai abaixo de 30%, embora formalmente a soma das alíquotas de IRPJ e CSLL seja de 34%. Basta analisar alguns balanços de grandes empresas brasileiras para verificar essa realidade.

Em resumo, o Brasil possui uma carga tributária equivalente à média dos países da

OCDE, por volta de 35% do PIB, mas tributa muito pouco a renda, principalmente dos mais ricos, e sobretaxa a produção e o consumo. E refletir sobre essa distorção é fundamental num momento em que o ajuste fiscal exige escolhas e em que as políticas distributivas por meio do gasto público mostram sinais de esgotamento. A reintrodução da tributação sobre dividendos, aos moldes do que ocorria até 1995 no Brasil, ajudaria a reduzir as desigualdades de renda no país e contribuiria muito com o ajuste fiscal (cerca de R\$ 50 bilhões de receita adicional), com a vantagem de não afetar tanto a já combatida economia brasileira como outras alternativas de aumento de carga tributária. Isso porque a renda de dividendos está concentrada no topo da pirâmide e sua tributação não atingiria os investimentos das empresas, mas apenas uma pequena fração da poupança das famílias mais ricas.

Enfim, o debate está aberto: vamos continuar mantendo jabuticabas tributárias?

\*\*\*

Sérgio Wulff Gobetti é doutor em economia e pesquisador do Ipea.

Rodrigo Octávio Orair é mestre em economia e pesquisador do Ipea.

## **Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair: “Jabuticabas tributárias e desigualdade no Brasil (II)”**

Valor Econômico – 01/12/2017

O economista francês Thomas Piketty tem uma frase em seu livro “O Capital no Século XXI” que diz muito sobre o debate da relação entre tributação e desigualdade de renda: “Quando se discute distribuição de riqueza, a política está sempre por perto e é difícil escapar aos preconceitos e interesses de classe de cada época”. No Brasil, alguns tributaristas parecem esquecer disso quando tentam desqualificar seus oponentes e avocar superioridade das teorias que advogam. É o caso da resistência contra a proposta de retomar a tributação de lucros e dividendos distribuídos a acionistas, revogada em 1995. Nosso país é um dos poucos no mundo que, conforme mostramos em recente estudo (“Progressividade tributária: a agenda esquecida”), isenta de imposto esse tipo de rendimento - situação que justifica o rótulo de “jabuticaba tributária”.

Antes que o leitor se posicione sobre a questão, cabe esclarecer a maneira como se tributa o lucro. No Brasil vigoram regimes especiais para empresas de menor porte em que os tributos sobre lucro são calculados, como os demais, com base em percentuais do faturamento e, às vezes, pagos em uma só guia. No caso de microempresas prestadoras de serviços no Simples, por exemplo, a tributação total é de 6% para faturamento de até R\$ 180 mil anuais e os dividendos distribuídos estão isentos. Dois terços da renda dos brasileiros que ganham acima de R\$ 1,3 milhão por ano proveem de dividendos isentos.

Existem situações similares no mundo, sobretudo nas empresas individuais e familiares, nas quais a tributação das pessoas físicas e jurídicas são integradas, cobrando-se o imposto apenas uma vez. Mas, diferentemente do Brasil, essa tributação normalmente ocorre na pessoa física e varia progressivamente com a renda, de modo a distinguir quem ganha muito de quem ganha pouco.

Por outro lado, a regra geral vigente no mundo, aplicável às grandes corporações, distingue as pessoas jurídicas das físicas e tributa o lucro em duas etapas. Nos Estados Unidos, por exemplo, as empresas chegam a pagar 39,1% de imposto sobre

o lucro e seus acionistas, quando recebem os dividendos, são tributados em até mais 30,3%. E essa não é uma exceção: em média, entre os 34 países da OCDE, o lucro é tributado em 25% na pessoa jurídica e o dividendo em 24% na pessoa física.

Já no Brasil a regra geral, que se aplica às grandes empresas, é tributar o lucro em 34% (somando IRPJ e CSLL). Mas muitas corporações se utilizam de benefícios fiscais, como a dedução dos "juros sobre capital próprio" da base de cálculo (outra jabuticaba tributária), que reduzem a alíquota efetiva para patamares entre 20% e 30%. E os dividendos ficam isentos, não importa a renda do beneficiário.

O grande problema das jabuticabas tributárias é que geram distorções graves para a economia e a sociedade. Talvez a principal seja a violação dos princípios da equidade horizontal e vertical do imposto de renda. Um indivíduo pode se transfigurar numa pessoa jurídica prestadora de serviços, individual ou com poucos sócios, aproveitando-se dos regimes simplificados e da isenção dos dividendos, e, assim, pagar menos imposto do que um assalariado com a mesma renda.

Além disso, os dividendos estão muito concentrados no topo da pirâmide social: dois terços da renda dos brasileiros que ganham acima de R\$ 1,3 milhão anuais proveem de dividendos isentos e, por isso, eles pagam em média apenas 7% de imposto de renda.

Não haveria problema se os microempresários de baixos rendimentos fossem isentos do imposto como os assalariados de baixa renda. Mas é no mínimo injusto que milionários arquem com alíquotas inferiores a um assalariado de classe média. Algo que contribui para a cristalização de uma das maiores - senão a maior - concentrações de renda do mundo.

Nossas estimativas indicam que o meio milésimo (0,05%) mais rico da população concentra 8,5% da renda das famílias - cifra superior a qualquer outro país com informações na "The World Top Incomes Database" organizada por economistas influentes como Anthony Atkinson, Thomas Piketty e Emmanuel Saez.

Como chegamos a essa situação? O Brasil seguiu a risca as recomendações da corrente econômica dominante nos anos 80 e 90, de reduzir a progressividade tributária e desonerar as rendas do capital a pretexto de estimular o crescimento econômico. O próprio Atkinson, assim como Joseph Stiglitz e James Mirrlees, fazem parte de uma geração de economistas que, na década 70, conceberam modelos de "tributação ótima" que deram "legitimidade científica" a parte destas recomendações.

Porém, o choque de realidade provocado pela acentuada elevação da desigual-

dade nos países desenvolvidos e pelo resultado decepcionante em termos de crescimento fez com que mudassem de opinião, passando a adotar uma postura mais pragmática e progressista em relação à tributação.

À velha geração se agregou uma nova representada por Piketty e Saez, que, a partir de modelos neoclássicos mais realistas, está defendendo maior progressividade e taxaço da riqueza, como já faziam os economistas heterodoxos. No Brasil, infelizmente, seguimos prisioneiros de paradigmas ultrapassados que muitos dos nossos experts tributários seguem propagando.

A crise atual, entretanto, nos oferece a oportunidade de repensar a forma de fazer as coisas. Está cada vez mais claro que o papel distributivo da política fiscal não deve ser exercido apenas pelo gasto público. Os gastos sociais permitem aumentar a renda dos mais pobres, mas o sistema tributário regressivo corrói a renda desses mesmos pobres e da classe média e preserva quase intacta a dos muito ricos, que vivem de dividendos isentos e poupam a maior parte do que ganham.

Precisamos evoluir para um sistema tributário mais balanceado, que onere menos o consumo e mais e “melhor” a renda. Poderíamos colocar em prática uma reforma que, simultaneamente, reduza a tributação do lucro das empresas, volte a taxar os dividendos de forma progressiva e enxugue gradualmente os impostos indiretos, mantendo a carga tributária estável. Isso seria não apenas mais justo socialmente, como também mais eficiente do ponto de vista econômico.

Sérgio Gobetti é doutor em Economia, pesquisador do Ipea e ex-secretário adjunto de Política Fiscal do Ministério da Fazenda. Rodrigo Orair é mestre em Economia, pesquisador do Ipea e do IPC

### **Belo Horizonte paga de imposto sobre a propriedade (IPTU) o mesmo que o Brasil paga sobre a propriedade rural (ITR)**

Publicado pelo site deputada Marília Campos – dezembro de 2016

No imposto sobre o patrimônio, temos um vexame nacional: os moradores de Belo Horizonte pagam de imposto sobre a propriedade urbana – o IPTU – em torno de R\$ 1 bilhão por ano, praticamente o mesmo valor que pagam todos os proprietários rurais do Imposto Territorial Rural – ITR, neste país de dimensão continental que é o Brasil. A baixa arrecadação do ITR está ligada também à enorme inadimplência deste tributo. Segundo dados da Receita Federal, 100 maiores latifundiários devedores do ITR acumulam um débito de R\$ 15,6 bilhões, ou 55% do débito total. Somente os cinco maiores devedores concentram débitos da ordem de R\$ 4,9 bilhões. Assim, um cidadão pobre de BH paga imposto sobre a propriedade de sua pequena casa ou barraco, mas os grandes proprietários rurais pouco pagam de imposto territorial rural – ITR. Obviamente, quando o governo vai desapropriar uma área para fins de reforma agrária será chamado de “comunista” se pagar o preço declarado para fins tributários.

Veja a seguir a íntegra da reportagem do jornal Valor Econômico, de 17/10/2016, sobre a arrecadação simbólica do ITR.

#### **FISCO E INCRA APERTAM O CERCO A IMPOSTO DE PROPRIEDADE RURAL**

Em tempos de ajuste fiscal e arrecadação tributária em franco declínio, o governo decidiu avançar com um projeto que pretende encorpar a arrecadação com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), que incide sobre o valor do imóvel declarado e o grau de utilização da terra. Estimativas preliminares da Receita Federal são de que a receita com o imposto pode saltar de R\$ 1 bilhão para até R\$ 8 bilhões já em 2017, só com aumento de fiscalização e criação de uma malha fina com faixas de arrecadação que estão sendo definidas para combater a sonegação, considerada alta nesse imposto.

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Leonardo Góes, antecipou, em entrevista ao Valor, que o órgão e a Receita devem

assinar um termo de cooperação técnica até o fim deste ano para melhorar a eficiência na cobrança do ITR. O acordo, que já foi acertado com o secretário-geral da Receita, Jorge Rachid, prevê um reforço na fiscalização que seria viabilizado pelos peritos federais agrários do Incra, com expertise em definir valores de terra nua (valor original da terra, sem contar área plantada ou valores de produção) e em fiscalizar propriedades rurais.

Isso será feito, no entanto, sem aumentar a base de arrecadação nem as alíquotas do imposto – que variam de 0,3% a 1,6% do valor declarado da terra pelo proprietário rural. O imposto não ficará mais alto para produtores rurais ou proprietários rurais, mas deverá ser cobrado de quem não paga, informou o presidente do Incra. A medida também não depende de lei.

“Já fizemos as discussões com a Receita e vamos encaminhar a proposta à Casa Civil nos próximos dias”, disse Góes. “Queremos que haja presunção de fiscalização, ou seja, o dono do imóvel rural precisa saber que ele será fiscalizado com certeza, o que não acontece hoje e gera uma situação de subarrecadação”, destacou. Ele salientou, contudo, que em tese, quem não paga hoje o imposto está sujeito a multas e a ficar sem acesso ao crédito rural dos bancos.

Góes explicou que a baixa fiscalização leva a uma assimetria entre os dados declarados e os dados reais (grau de utilização), quadro que causa distorções para a apuração do imposto. Por isso, a intenção é replicar o modelo adotado pelo Fisco na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, em que se observa a média das despesas e se traça parâmetros de dedução do imposto ou se detecta eventuais abusos cometidos.

“Se a pessoa sabe que não haverá malha fina sobre uma despesa médica, por exemplo, ela tenderia a colocar o que acha melhor, mas atualmente ela sabe que, se exagerar, vai pagar multas, e isso faz com que as declarações sejam as mais reais possíveis e é o que queremos com o ITR”, esclareceu o titular do Incra.

Mas além do aspecto arrecadatório, o imposto sobre a propriedade rural também exerce um papel de desestimular a concentração de terras no país e a baixa produtividade agropecuária, tendo em vista o princípio de que quanto mais produtiva for a terra, menos ITR ela pagará. Contudo, o foco da nova proposta também é incrementar a arrecadação do imposto, que gerou apenas R\$ 1.2 bilhão em 2015, e girou em torno de uma média anual de R\$ 850 milhões nos últimos anos.

“Ainda que a gente tenha R\$ 8 bilhões, o ITR é um imposto de menor monta hoje na composição da arrecadação federal total. Ele só representa 0,08% da arrecadação total da União, enquanto chega a 6% na Europa e nos Estados Unidos e entre

3% e 4% na América do Sul”, disse o presidente do Inkra.

Góes, que é perito federal agrário de carreira e assumiu o cargo no governo de Michel Temer, contou que a iniciativa de uma cooperação com a Receita nasceu de um projeto piloto executado no ano passado no Mato Grosso do Sul, que usou a experiência de peritos do Inkra em parceria com fiscais da Receita, com base nos princípios que agora serão replicados em âmbito nacional. Como resultado, a arrecadação de ITR no estado cresceu cinco vezes em um mesmo ano.

A iniciativa também foi cobrada por prefeitos da região, que sugeriram ao governo federal entrar em campo para estabelecer parâmetros mais claros de fiscalização. Houve também um empurrão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade máxima de representação do agronegócio brasileiro, que exigiu uma padronização nos procedimentos de aferição das propriedades e de fiscalização do imposto.

De acordo com Góes, muitos municípios, principalmente os de menor porte, não têm estrutura para fiscalizar fazendas ou mesmo experiência na definição de valores comerciais de terra, o que leva à estipulação de preços de terra subestimados. Na prática, as prefeituras são responsáveis por metade de tudo que é arrecadado com o ITR, sendo que a outra metade compete à União, e uma nova sistemática de cobrança do imposto traria mais recursos tributários para os municípios com vocação agropecuária.

## **Heloisa Mendonça: “E se os mais ricos ajudassem a pagar o rombo nas contas públicas?”**

El País Brasil – 25/05/2016

O Governo interino de Michel Temer anunciou nesta terça-feira linhas gerais de sua estratégia para reequilibrar as contas públicas. O eixo principal é criar uma regra para congelar o gasto público, incluindo limitar gastos com saúde e educação modificando a Constituição. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou, em coincidência com empresários, que a carga tributária é alta e que, neste momento, não se contempla aumento de impostos. Especialistas ouvidos pelo EL PAÍS, no entanto, afirmam que há espaço para aumentar a tributação das camadas mais ricas da sociedade, distribuindo a fatura do ajuste imediato e de longo prazo de forma mais justa entre ricos e pobres. Defendem, como prioridade, a volta do imposto de 15% sobre lucro e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas.

Caso a cobrança desse tributo, que foi extinto em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso, voltasse a ser cobrado, o Governo poderia arrecadar mais de 43 bilhões de reais por ano, segundo estudo feito pelos pesquisadores Rodrigo Orair e Sérgio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). O montante representa, por exemplo, 1/4 do rombo esperado nas contas públicas de 2016, estimado na semana passada em 170,5 milhões de reais. A regra não foi alterada nos anos Lula e Dilma. Em 2015, o senador Lindebergh Farias apresentou projeto de lei para modificá-la, mas ele está parado no Senado.

“Hoje, grande parte do que os empresários ricos ganham não é tributada. Um trabalhador com salário de 8.000 reais paga um imposto de renda de 27,5%. Já um dono de uma grande empresa que fatura mais de 500.000 reais a título de lucros e dividendos pode não pagar nada como pessoa física”, explica Orair, que ressalta que o Brasil é um dos poucos países que ainda isentam esse imposto. O sistema clássico de tributação prevê imposto na pessoa jurídica e, posteriormente, havendo distribuição de dividendos aos acionistas, também na pessoa física. Dos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

que reúne economias desenvolvidas e algumas em desenvolvimento, apenas um, a Estônia, não cobra esse tributo. Alguns tributam mais na pessoa física, outros na pessoa jurídica, mas em média, de acordo com Orair, a parcela de lucros tributada pelo Estado é mais alta do que a do Brasil.

Ainda segundo o pesquisador, só após essa mudança, a progressividade das alíquotas do Imposto de Renda, outra mudança defendida por especialistas, seria efetiva, já que ela só incide sobre os salários. A volta da cobrança desse imposto seria inclusive mais interessante que a polêmica recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), na opinião do especialista. “É mais fácil argumentar sobre uma medida que vai afetar o topo da cadeia de um país tão desigual que falar na CPMF, que é um imposto regressivo (afeta de maneira proporcionalmente igual ricos e pobres)”, explica.

Segundo dados do Ministério da Fazenda, 2,1 milhões de pessoas no Brasil eram acionistas ou donos de empresas em 2013. O grupo, no entanto, é diverso, já que vai desde um microempresário a um acionista de uma grande companhia. “Por isso, defendo que poderíamos pensar também em uma volta do imposto progressiva, mais justa, com valores diferentes para diferentes faturamentos”, explica Orair. O projeto de lei atualmente no Senado (PLS) 588/2015 prevê o imposto sobre a distribuição de lucros e dividendos, mas sugere que a isenção seja mantida apenas para empresários inscritos no Simples Nacional, com receita bruta anual de até 3,6 milhões de reais.

Nara Cristina Taga, coordenadora de Direito Tributário Aplicado da FGV, explica que, quando o tributo sobre lucros e dividendos deixou de ser cobrado em 1995, o país vivia um momento de desenvolvimento em que houve um esforço de criar mecanismos de incentivo para o setor empresarial. “O país queria aquecer a economia criando incentivos, mas essa isenção não contribui tanto para o crescimento. Então, porque manteríamos isso?”, questiona.

De lá pra cá, também houve uma revisão dos estudos de distribuição de renda e de tributação. Um dos trabalhos que ganhou maior projeção foi o do economista Thomas Piketty, autor do best-seller *Capital no século XXI*. “Economistas como ele revisaram essa ideia de que não era papel da tributação distribuir renda, que ela deveria ser neutra. Essa visão não era realista, não nos levou ao crescimento e sim a concentração de renda”, explica Orair.

“Não é questão de aumentar ou diminuir a carga, mas redistribuir a carga tributária brasileira. Isso implica aumentar a tributação na renda”, já defendeu Marcelo Medeiros, pesquisador da UnB e do IPEA que ao lado de outros pesquisadores

aplica metodologia de Piketty no Brasil.

## **Imposto mais alto sobre heranças**

Em sua passagem pelo Brasil em 2014, Piketty inclusive defendeu um imposto mais alto sobre heranças como instrumento para diminuir o abismo entre os mais ricos e mais pobres Brasil. Taga concorda com a medida pois considera a tributação atual de até 4% baixa em comparação com as alíquotas dos EUA, Reino Unido, Alemanha, França. “Alguns países tributam até 50% da herança. O fundamento é interessante. O herdeiro recebe aquela renda não pelo fruto do seu trabalho, mas pelo patrimônio da família. Dessa forma, o estado taxa aquela herança para fazer uma redistribuição mais igualitária”, afirma a economista.

No início de maio, o ministério da Fazenda, no apagar das luzes da gestão da presidenta Dilma Rousseff, enviou uma proposta para tributar heranças acima de 5 milhões e doações de mais de um milhão. A iniciativa visa compensar a correção de 5% na tabela do IR que elevará o limite de isenção de 1.903,98 reais para 1999,8. A ideia é aplicar alíquotas de 15%, 20% e 25% sobre heranças. O pesquisador do Ipea Rodrigo Orair afirma que a medida é válida, mas que pode gerar um imbróglio uma vez que a iniciativa pode ser considerada uma bitributação. “Já existe o tributo estadual de herança [Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação] e o Governo Federal está tentando federalizar esse imposto”, explica. O Governo também propôs no projeto uma aumento de impostos para as empresas, mas deixou de fora as grandes companhias.

Para o tributarista Miguel Silva, a solução mais simples para “praticar a justiça social” por meio de tributação é aplicar mais imposto sobre renda e propriedade e menos sobre o consumo. “Tributos como ICMS [Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços] é o que mais recai sobre a população mais baixa, você tributa igual desiguais”, explica. “O Brasil reduz pouco da desigualdade por tributação e tem uma ação distributiva forte por meio de gasto: Bolsa Família, salário mínimo de Previdência, Assistência. Em um momento de crise de ajuste, em que você quer repensar, talvez seja o momento de tirar tanto peso do gasto e olhar mais pra tributação”, resume Orair.

### Impostos sobre fortuna

Outro tema polêmico para tributar os mais ricos é o imposto sobre grandes fortunas. A Constituição brasileira prevê a criação do imposto, mas ele nunca foi instituído. “Dependeria de uma lei complementar, mas há muitos interesses em jogo. Além disso há um problema, como vamos medir isso? O que é uma grande fortuna”, questiona Taga. Ela ressalta ainda que os donos de grandes poderiam optar mandar o dinheiro para paraísos fiscais caso o imposto fosse instituído ou se tornarem exilados fiscais. O ator francês Gerard Depardieu é um ótimo exemplo, segundo Taga, de quem foi embora do país após a alta taxação de grandes fortunas. Ele abandonou a França para não ser obrigado a pagar a alíquota de 75% instituído na França. Mas, na opinião da especialista, há melhores formas e mais igualitárias que o imposto sobre as grandes fortunas. “Muitos países que aliaram o tributo sobre lucros e dividendos com faixas mais progressivas de imposto de renda e uma alíquota grande na herança conseguiram uma redistribuição de renda mais eficaz”, conclui.

## **Pablo Ortellado: “Não basta barrar a corrupção, é preciso taxar os ricos”**

Folha de S.Paulo – 10/10/2017

Parece que o Brasil formou a convicção de que nosso problema fundamental é a corrupção: que se prendermos os corruptos e fizermos valer o império da lei, o dinheiro público vai retornar para sua destinação original e teremos serviços públicos à altura do sacrifício que fazemos para pagar os impostos.

Infelizmente, essa tese não é verdadeira.

Somos um país de renda média, com uma civilizada missão social: a ambição constitucional de dar escolas, hospitais e aposentadoria para todos os brasileiros. É esse compromisso, estabelecido em 1988, que está sendo colocado agora em xeque em nossa crise que combina desconfiança da política, escândalos de corrupção e crise fiscal.

Com uma esquerda acuada pelas denúncias de corrupção e que apenas repete assustada o discurso vitimista de que os outros partidos também fizeram malfeitos mas não foram punidos, a direita pode liderar sozinha a indignação do país com a corrupção e dar-lhe orientação política.

Os grupos liberais e conservadores conseguiram assim persuadir a opinião pública que se fizermos uma gestão eficiente e contivermos a sangria da corrupção, o dinheiro aparecerá e será possível inclusive reduzir o tamanho do Estado. Corrupção e gestão estão sendo utilizadas, portanto, como um pretexto malicioso para enterrar o pacto de 1988 e reduzir os gastos sociais.

Todos os atores políticos informados sabem, porém, que embora conter a corrupção e melhorar a gestão sejam tarefas importantes e necessárias, os recursos gerados por elas jamais serão suficientes para dar escolas, hospitais e aposentadoria para todos.

Os países que oferecem saúde, educação e previdência de boa qualidade para seus cidadãos ou tem muito mais riqueza que o Brasil ou neles o Estado se apropria de uma parcela maior da riqueza social –geralmente, as duas coisas.

Por isso, se quisermos dar serviços públicos de qualidade para os brasileiros, precisaremos também fazer crescer a economia, resolver o problema dos juros da dívida pública e por fim aos privilégios previdenciários e tributários.

Há certo consenso sobre essas tarefas e, com todas as dificuldades, ações pontuais tem sido tomadas para enfrentá-las, com exceção da questão tributária, talvez a mais importante.

Hoje, os mais ricos pagam bem menos impostos que os mais pobres, o que os economistas chamam de tributação regressiva. Com isso, ao invés do sistema tributário diminuir, ele aumenta a nossa desigualdade que é uma das mais elevadas do mundo.

Nossos limitados e inacabados sistemas de saúde, educação e previdência ficam assim apoiados nas costas dos pobres, enquanto os ricos contribuem com muito pouco. Mudar isso é seguramente uma das tarefas mais urgentes do Brasil, mas nenhum dos governos que tivemos, de esquerda ou de direita, parece ter dado prioridade para ela.

Resolver o problema da regressividade dos impostos, no entanto, não é trivial. Num instigante estudo comparativo sobre o surgimento e o desenvolvimento dos impostos progressivos, Kenneth Scheve e David Stasavage (*Taxing the rich: a history of fiscal fairness in the United States and Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2016) demonstraram, apoiados na história de vinte países, que a introdução de impostos progressivos e a consequente diminuição da desigualdade na Europa e nos Estados Unidos não se deveu ao chamado “efeito democrático” (pelo qual maiorias pobres com direito a voto imporiam um sacrifício aos mais ricos), nem a uma reação política à desigualdade crescente, mas a circunstâncias muito específicas do esforço de guerra, sobretudo durante as duas guerras mundiais.

Num contexto que era de turbulência e ameaças, as esquerdas conseguiram fazer prevalecer o argumento de que assim como os trabalhadores estavam se sacrificando, colocando a vida em risco nos campos de batalha, os empresários também deveriam se sacrificar, contribuindo para o esforço de guerra com impostos muito mais elevados sobre a sua renda e o seu patrimônio.

É o que os autores chamam de “argumento compensatório”, no qual o fardo de um imposto elevado é visto como compensação por um privilégio.

A guerra criou as condições para que impostos sobre a renda e sobre a propriedade fossem elevados para níveis muito altos — e ainda que os impostos tenham diminuído quando a guerra acabou, eles permaneceram num patamar muito superior ao que havia antes, mudando de maneira estrutural o padrão distributivo desses países.

Nosso desafio, no Brasil e em outros países desiguais como o nosso, é encontrar,

em tempos de paz, meios políticos para distribuir o fardo de um Estado social de maneira que os privilegiados paguem mais. Mas, antes, teremos que convencer a opinião pública que combater a corrupção é necessário, mas não é suficiente para criar o país justo que queremos.

### **Laura Carvalho: “Política fiscal é essencial para combater desigualdades”**

Folha de São Paulo – 28/09/2017

Em nota escrita para a reunião de líderes do G20 em Hamburgo em julho, quatro economistas do FMI apresentaram evidências de que os países com maiores índices de desigualdade tendem a ter taxas de crescimento mais baixas e que duram menos tempo. A nota destaca o papel crucial da política fiscal para o crescimento inclusivo, seja por meio da tributação progressiva, seja por meio da provisão de serviços públicos e benefícios diretos para os mais vulneráveis.

No relatório “A distância que nos Une”, publicado na segunda-feira (25), a Oxfam Brasil apresentou um retrato da desigualdade brasileira em suas diversas dimensões e disse que “limitar gastos sociais significa limitar a redução de desigualdades”.

Em entrevista à Folha no domingo (24), o economista irlandês Marc Morgan Milá também foi taxativo: “o congelamento das despesas públicas por 20 anos pode ter impacto negativo sobre a desigualdade porque são os mais pobres que dependem mais dessas despesas”.

Ainda que os dados apresentados no trabalho de Morgan, no relatório da Oxfam e nos vários estudos dos pesquisadores Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro da UnB e do IPEA mostrem que a alta concentração de renda no topo da pirâmide não foi combatida nas últimas décadas, parece haver consenso de que boa parte da modesta redução da desigualdade observada no país deve-se ao aumento de gastos sociais e transferências de renda desde a promulgação da Constituição de 1988.

No comunicado nº 92 do Ipea intitulado “Equidade Fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social”, Fernando Gaiger Silveira e coautores já haviam mostrado, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003 e 2008-2009, que o caráter regressivo (gerador de desigualdades) do sistema tributário brasileiro é compensado pela progressividade do gasto social, sobretudo das despesas com educação, saúde, previdência e assistência social.

O estudo mostra ainda que, embora o caráter regressivo da tributação tenha se

mantido ao longo dos anos, o gasto social aumentou seu impacto sobre a desigualdade entre 2003 e 2009.

O conjunto dos benefícios previdenciários e transferências (auxílios, bolsas, seguro-desemprego etc.) foram responsáveis por reduzir o índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) em 7,7% em 2009, ante um efeito de redução de 4,3% em 2003. Os gastos com saúde e educação públicas, que já haviam sido responsáveis por reduzir em 13,4% a desigualdade em 2003, ampliaram seu efeito para 17,1% em 2009.

A tributação indireta sobre consumo e produção (ICMS, IPI, PIS, Cofins e Cide), por sua vez, foi responsável por aumentar a desigualdade de renda (Gini) em 4,7% em 2009, ante efeito quase igual em 2003, de 4,6%. O caráter regressivo deste tipo de tributação –que responde pela maior parte da arrecadação de impostos no Brasil– mais do que compensa o efeito progressivo dos impostos diretos –Imposto de Renda, contribuições previdenciárias, IPTU, IPVA e outros–, que, pelas alíquotas demasiadamente baixas e as isenções concedidas, reduziram a desigualdade em apenas 2,6% em 2009 e 1,9% em 2003.

O entrave ao crescimento econômico sustentável pode não ser, portanto, o excesso de demandas democráticas por bem-estar social, como querem nos fazer crer economistas e governantes, e sim o caráter antidemocrático de um sistema político que continua atuando para preservar desigualdades históricas.

LAURA CARVALHO, 33, é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC). Escreve às quintas-feiras nesta coluna.

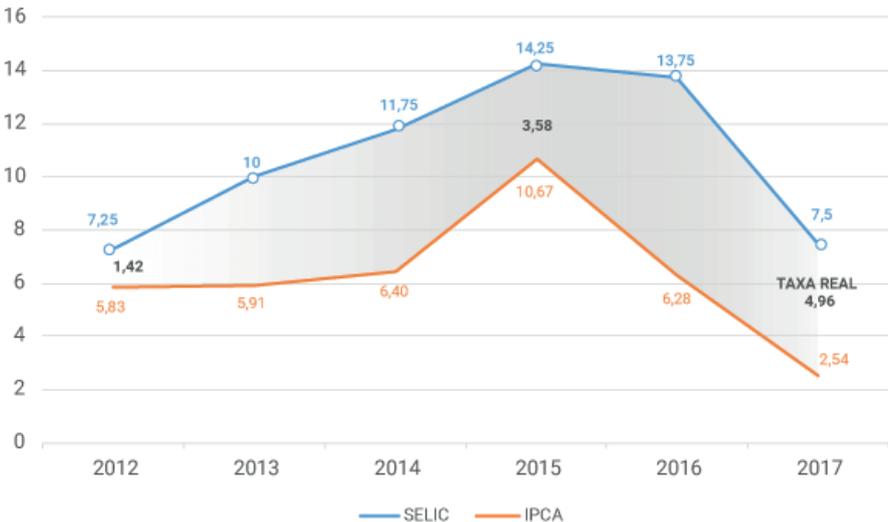
# **A taxa de juros no Brasil é uma aberração. Mesmo sob uma recessão histórica sem precedentes, Brasil continua como um dos campeões dos juros reais no mundo**

Publicado no site deputada Marília Campos – 22/10/2016 e atualizado em dezembro/2017

### **Taxa de juros real, nominal e a SELIC**

O site Par Mais explica taxa de juros real, nominal e a SELIC, em artigo publicado em 01/11/2017: “No último artigo aqui da Par Mais falamos sobre a queda da Selic e o seu impacto na economia, mas dando o alerta sobre a importância de ficar atento à taxa de juros real e não apenas a rentabilidade nominal.(...) Mas qual a diferença entre a taxa de juros real e taxa de juros nominal? E qual a importância de se observar a Taxa Selic? Entenda neste artigo!(...) A taxa nominal é a taxa declarada de uma operação financeira. No caso da Selic, na reunião de outubro de 2017 foi determinada que ela fosse 7,50% ao ano, portanto essa é a taxa nominal. (...) Já a taxa de juros real, por sua vez, é a taxa nominal descontada da inflação. Ou seja, é quanto um investimento rende acima da inflação.(...) Qual a importância da Taxa de juros real? Quando você poupa e investe seu dinheiro, o seu objetivo é que, no futuro, ele seja rentabilizado e você possa comprar mais coisas ao final do investimento do que comprava no início. Digamos, por exemplo, que você tem hoje R\$1.000,00 e está escolhendo entre comprar uma TV nova hoje ou poupar esse dinheiro para gastá-lo no futuro. Vamos supor que a sua escolha tenha sido poupar o dinheiro para comprar essa TV no futuro e ficar ainda com algum dinheiro sobrando. Se depois de um ano o seu dinheiro tiver um rendimento nominal de 10% você terá R\$1.100,00 ao final do período, mas se a inflação tiver sido 15% nesse mesmo período a TV estará agora custando R\$1.150,00. Resumindo, a inflação foi maior do que a rentabilidade do seu investimento, portanto a inflação “corroeu” o seu poder de compra. Caso a inflação tivesse sido 4%, você poderia comprar a TV e ficar com um dinheiro sobrando, mas o que sobraria não seriam os

10% que o dinheiro rendeu, mas sim 6%, que foi o que ele rendeu acima da inflação.(...) A Taxa Selic é usada como instrumento de política monetária, aumentando ou diminuindo para conter a inflação ou estimular a atividade econômica. Assim sendo, o comportamento dela – de queda ou aumento – às vezes não reflete o comportamento da taxa real. Observe o gráfico abaixo, que tem a trajetória nos últimos 5 anos da Taxa Selic, da inflação dada pelo IPCA e da Taxa de juros real, ou seja, descontada a inflação.(...) Em 2012 a Selic fechou o ano a 7,25%, no entanto a inflação estava em 5,83% ao ano, o que resultou na menor taxa de juros real dos últimos 10 anos, de apenas 1,42%.(...) Hoje a Selic está em 7,50%, quase igual a de 2012. Mas, como a inflação está bem mais baixa, a taxa real está em 4,96%. Ou seja, a taxa real atual está mais de 3 vezes maior que a taxa real de 2012, mesmo com a taxa Selic bem parecida.(...) O recado é que apesar da Taxa Selic estar em queda e nos menores patamares históricos, a inflação também caiu bastante, consequentemente deixa uma taxa de juros real atraente. Com isso, o Tesouro Selic como um investimento atraente, sendo uma boa opção para quem não quer tomar muito risco e rendendo bem acima da inflação”.



### As taxas de juros reais no Brasil e no mundo

No gráfico anterior, fica claro que desde 2015 os juros reais aumentaram porque a inflação caiu mais rápido do que a taxa Selic. A seguir agregamos os países em torno de diversos critérios – países muito endividados, países com inflação alta, países neoliberais, países por blocos econômicos. Alguns dos países são agregados em mais de um critério. O Brasil não encaixa em nenhuma situação, porque no que se refere aos juros somos uma excecência mundial. Os dados originais, sem os comentários que são de nossa autoria, são do site MoneYou e Infinity Asset Management. Veja os dados abaixo, que mostra a taxa de juros reais (acima da inflação) em diversos países do mundo para os próximos 12 meses, que deverá ser mais baixo que atualmente porque a Selic continua em queda e a inflação deverá se um pouco maior. Mas ainda assim, o Brasil será a quarta maior taxa de juros do planeta (2,88%).

**Juros em países com dívidas elevadas.** Dizem que os juros são altos no Brasil porque nossa dívida pública bruta é muito elevada, de 70% do Produto Interno Bruto – PIB. A Grécia está quebrada, tem dívida de 178% do PIB e os juros reais são de -1,45% ao ano. O Japão tem dívida bruta de 248% do PIB e os juros são de -0,47%. Os Estados Unidos tem dívida bruta de 106% do PIB e os juros são negativos de -1,68%. O que está deixando, de fato, a dívida brasileira desgovernada é a taxa de juros, que multiplica a dívida e desaquece a economia com reduções fortes nas receitas.

**Juros em países com inflação elevada.** Outro argumento para os juros altos é a inflação elevada. Países com fortes pressões inflacionárias não tem optado pelo rigor na política monetária. Citamos a Argentina, governada por Maurício Macri, um dos queridinhos do mercado; lá a inflação está na casa de 40% e os juros são de apenas 3%. Se nossos “especialistas” estivessem a frente do governo da Argentina, a taxa de juros nominal seria de 60% a 80% e não de 28,25% como é atualmente. Juros é uma arma contra a inflação quando existe pressão de demanda, aqui o “consumo das famílias” está ladeira abaixo faz tempo.

Juros reais nos países dos BRICS. Nos chamados “BRICS”, o Brasil tem taxa de juros reais, para os próximos 12 meses, de 2,88%; Rússia, 4,18%; China, 2,00%; Índia, 1,54%; África do Sul, 1,46%.

**Juros nos países neoliberais.** O diagnóstico praticamente consensual na esquerda brasileira é que os juros reais de nosso país são elevados – 2,88% ao ano -por causa do neoliberalismo. Não é bem assim. Veja os juros nos países mais ricos

com tradição liberal: Estados Unidos, -0,88% ao ano; Japão, -0,47% ao ano; Reino Unido, -2,06% ao ano. Nos países da América Latina, os países com predomínio liberal praticam as seguintes taxas de juros: Argentina, 3%; Chile, 0,05%; Colômbia, 0,84%; México, 1,61%. O sociólogo José Luiz Fiori, há dois anos, fez uma crítica devastadora à esquerda brasileira afirmando que ela busca de diferenciar da direita e se divide internamente em torno da política macroeconômica, e não em torno da igualdade social, objetivo histórico de toda esquerda seja ela mais radical ou mais moderada.

**Taxas de juros entre nossos colonizadores.** Uma das teses absurdas para explicar os problemas do Brasil é que sofremos do “pecado original” da colonização portuguesa. Pois bem, em Portugal a taxa de juros é de -0,74% ao ano. Portanto, esta herança rentista é uma marca nacional e os juros altos são uma espécie de “direito adquirido” que a elite dominante não abre mão.

### **Valor Econômico: Dilma sofreu o golpe porque reduziu os juros para 7,25%**

O jornal Valor Econômico, de 15/04/2016, numa longa reportagem de seis páginas do caderno EU&FIM DE SEMANA, de Denise Neumann, contou os bastidores empresariais do golpe contra Dilma Rousseff, iniciado de forma mais articulada e decisiva a partir de 2012/2013. Diz a reportagem do jornal Valor Econômico: “A corrupção aparece entre as críticas dos empresários, mas não como uma marca da presidente. Ela é vista como honesta, mas eles acham que seu erro foi ser complacente com os desmandos feitos na Petrobras”. (...) “Embora a personalidade de Dilma tenha contribuído para o distanciamento, são nas ações do governo que os empresários identificam momentos decisivos para o ‘divórcio’. O primeiro foi a campanha pela redução do spread bancário e o corte acentuado da taxa Selic, que entre agosto de 2011 e outubro de 2012 recuou expressivos 5,25 pontos percentuais. Enquanto os juros caíam, a aprovação da presidente subia - foi de 48% de ótimo e bom para 64% ao longo desse período”. (...) “Os empresários se voltam contra o governo quando acaba o dinheiro. Isso não é ideológico. Eles mudam mesmo de lado quando acabam as benesses. Simples assim. A Dilma assinou o seu destino quando quis reduzir os juros e o spread bancário. Foi ali que começou. A indústria já estava sofrendo, mas é quando ela mexe com os bancos que a campanha contra ela começa’, avalia uma empresária”.

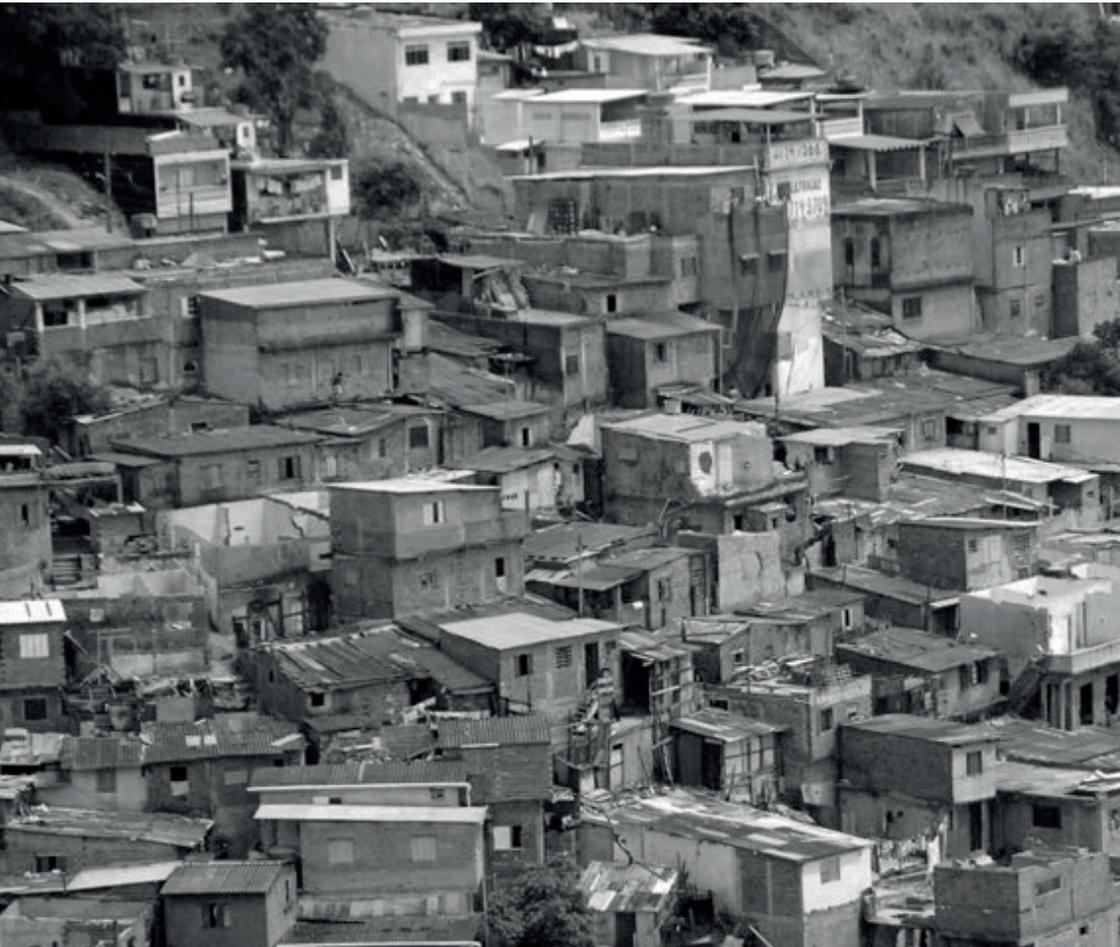
Como vimos nos exemplos anteriores, os juros são altos no Brasil não por razões econômicas nem mesmo ideológicas. Nos juros somos uma excrescência mundial,

## DESIGUALDADE

---

que serve de motivo até para golpes político-parlamentares. Os juros estratosféricos praticados no Brasil aumentam os gastos com a dívida e limitam os investimentos públicos e a aceleração da melhoria dos serviços públicos; valorizam o câmbio, enfraquecem a balança comercial e levam a desindustrialização, e, acima de tudo, desestimulam os investimentos porque se ganha muito mais com as aplicações seguras no mercado financeiro do que nos arriscados negócios produtivos.

**Parte 4 - A igualdade e sua dimensão ética. Renato Janine Ribeiro: “Algo nos corrompe: a injustiça social. A insensibilidade e o desdém com o sofrimento dos mais pobres é o caldo de cultura da corrupção”**



### **Renato Janine Ribeiro: “Algo nos corrompe: a injustiça social. A insensibilidade e o desdém com o sofrimento dos mais pobres é o caldo de cultura da corrupção”**

Site deputada Marília Campos – 02/07/2005

Publicação original: Folha de S.Paulo – 02/07/2005

Ninguém pode ter certeza se o governo conseguirá ou não recuperar-se do desgaste que vem sofrendo. Mas quero colocar alguns pontos de princípio, sem os quais o debate sobre a corrupção fica pobre -porque um autêntico debate sobre a corrupção nunca trata apenas da corrupção.

O movimento abolicionista galvanizou a sociedade brasileira quando convenceu a opinião pública de que a escravatura não fazia mal apenas aos negros. Ela corrompia a sociedade inteira. Uma peça como “O Demônio Familiar”, de José de Alencar, mostra-o bem. Os negros sofrem na pele, mas o desprestígio do trabalho faz com que toda a sociedade escravagista grave em torno não de uma ética do trabalho, mas do sonho com o parasitismo. Há um mal físico e há um mal moral.

Isso vale para a sociedade brasileira atual. Algo nos corrompe: a injustiça social. Ela é tão entranhada que ouvi, dias atrás, empregadas domésticas aliviadas por terem trabalhado, sem registro, seis meses: isso “não sujou” suas carteiras de trabalho, disseram elas. Perderam meio ano na contagem para a aposentadoria e, mesmo assim, não se sentem prejudicadas! A iniquidade continua presente em nossos costumes.

O que tem isso a ver com a corrupção? Esta não é apenas o furto de um bem. Não podemos reduzir a corrupção a uma visão superficial que a considera análoga ao furto ou ao roubo (veja-se o insulto tão comum, “político ladrão”). Ela é pior que isso. Vai na jugular do bem comum. Faz troça da coisa pública, da res pública.

Arruína os costumes. Prestigia condutas que fazem mal ao outro.

Se em nossa sociedade a miséria coexiste com o luxo, a Daslu com a favela, isso não cria em nós uma indiferença olímpica ao sofrimento alheio? Recuamos para antes de Rousseau, que, 250 anos atrás, “inventou” a compaixão, isto é, a capacidade de alguém sentir a dor que afeta seu semelhante.

Ora, boa parte da iniciação na vida de nossas classes médias e ricas consiste em aprender como não ser tocado pela miséria ambiente. Todos os mendigos são atores. Todos os miseráveis são preguiçosos. Todos bebem. E por isso nada temos a ver com sua condição inumana. Há quem se orgulhe de termos, em São Paulo, a segunda maior frota de helicópteros privados do mundo. Mas, quando o “New York Times” noticiou isso, seu repórter Simon Romero estava chocado. Como pode haver tanta insensibilidade, ele me perguntou. Pois é.

Minha tese é que a insensibilidade ao sofrimento dos mais pobres, laboriosamente construída ao longo de cinco séculos, é o caldo de cultura para a corrupção. O desdém pela pobreza nos torna uma sociedade viciada. Como valores éticos poderão vicejar nesse terreno?

Daí que só o combate frontal à injustiça social poderá enfrentar a corrupção. Tudo o mais serão meras palavras, muitas delas ingênuas, algumas hipócritas. E quem tem condições de travar esse combate?

Gostemos ou não, o partido que mais tem condições de enfrentar de frente a injustiça social é o PT (ao qual não sou filiado). Ele tem falhas. Quando era oposição e fiel a seus valores de sempre, não se preocupou com a governabilidade. E, depois que se mostrou responsável, governando cidades, Estados e, finalmente, o país, suspendeu alguns de seus valores -não se sabe se temporariamente ou se para sempre.

Ele vive, como todos os que querem melhorar o mundo, dividido entre o radicalismo nem sempre responsável e a responsabilidade pouco radical. Mas é o partido mais apto a apontar, hoje, para a redução da iniquidade no Brasil. Outros grandes partidos se acomodam com a injustiça ou, pela composição de suas bases, têm políticas menos empenhadas na luta contra a desigualdade. É claro que, se há corrupção no PT, ela deve ser apurada, mas também é verdade que ele é o partido mais afeito a discussões sérias, lavando sua roupa suja com frequência -e mesmo em público.

Lembrando o título de um clássico de Barrington Moore sobre as bases sociais da democracia e da ditadura, temos de discutir a corrupção à luz dos seus fundamentos na sociedade. Resumindo, a corrupção só poderá ser controlada se resolvermos a injustiça social, e o PT é quem melhor sinaliza nesta direção, hoje.

Para isso, e para recuperar-se politicamente, é preciso que o governo, na reforma ministerial, firme a agenda reformista de centro-esquerda que foi aprovada pelos eleitores, dialogando com todos os setores da sociedade que queiram e possam assumir o mix de decência e justiça social. Isso não é fácil. Exige renunciar ao que

## **DESIGUALDADE**

---

é inviável na esquerda e rejeitar o que é iníquo na direita. Mas, para lembrar a antiga Grécia, a arte de governar, como a do médico, consiste em efetuar as dosagens adequadas para a krisis.

## **Por que os países com menor nível de corrupção – Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda – são os mais igualitários?**

Site deputada Marília Campos – 25/02/2016

Desde 1995, a Transparência Internacional publica o relatório anual Índice de Percepção de Corrupção (IPC), que ordena os países do mundo de acordo com “o grau em que a corrupção é percebida a existir entre os funcionários públicos e políticos”. A organização define a corrupção como “o abuso do poder confiado para fins privados”. A maior pontuação significa menos (percepção de) corrupção. Os resultados mostram que sete de cada dez países (e nove de cada dez países em desenvolvimento) possuem um índice de menos de 5 pontos em 10.

No IPC de 2015, como em outros anos, chama a atenção o fato de a percepção da corrupção é menor exatamente nos países com maior igualdade social. Veja na tabela ao final deste post. Dinamarca, Finlândia, Suécia, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda) Noruega, Suíça, países com menor corrupção, são exatamente alguns dos países mais igualitários do planeta.

### **A CORRUPÇÃO DECORRE, EM GRANDE MEDIDA, DA DESIGUALDADE SOCIAL**

O brasileiro Anthony Pereira, diretor do Brazil Institute do King’s College, em Londres, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, acredita que a corrupção no Brasil pode ser explicada em parte por conta de ser um país historicamente muito desigual. Afirma ele: “Faz sentido dizer que a desigualdade enfraquece a capacidade de a sociedade civil ser atenta com relação à corrupção e, portanto, de pedir explicações sobre ela”. (...) “A cidadania democrática requer um standard mínimo de educação e de bem-estar econômico de seus cidadãos, além de um nível razoável de igualdade socioeconômica. Grandes desigualdades de riqueza e de entradas em qualquer sociedade tendem a viciar a igualdade formal da cidadania, e portanto levar à plutocracia”.

O brasileiro continua: “Se você olhar para o relatório do Transparency Interna-

tional sobre corrupção, de 2014, veremos que os 10 países onde a percepção da corrupção é menor, temos Dinamarca, Nova Zelândia, Finlândia, Suécia, Noruega, Suíça, Singapura, Holanda, Luxemburgo e Canadá". (...) "Todos esses países têm índices de Gini (que mede a desigualdade) que são muito mais baixos do que o do Brasil —exceto Singapura, que está próximo ao Brasil, mas ainda assim é mais baixo". (...) "Se você pega uma média do Gini desses 10 países, você tem 30.2, ou apenas um pouco mais da metade do Gini brasileiro, de 51.9. Em outras palavras, eles têm muito menos desigualdade do que o Brasil. Isso é sugestivo, pode ser que signifique que níveis relativamente baixos de desigualdade fazem com que combater a corrupção seja mais fácil. Por outro lado, esses países também são menores (em termos de população) e mais ricos que o Brasil, portanto outros fatores estão, sem dúvida, em jogo".

### PAÍSES COM MENOR CORRUPÇÃO NÃO TÊM ESTADOS PEQUENOS

O brasileiro Anthony Pereira afirma ainda que os países onde a corrupção é menor não têm uma tradição e liberalismo econômico: "Outra coisa interessante a se notar sobre esses países onde a percepção da corrupção é baixa é que, com exceção de Singapura, eles não são países com Estados pequenos". "A arrecadação de impostos como porcentagem do PIB na Dinamarca, por exemplo, que está no topo da lista, é de 50,9%. A média para os dez da lista é de cerca de 34,4%. Na lista, apenas Canadá, Singapura e Suíça têm Estados menores que o Brasil, segundo medidas de arrecadação de impostos como porcentagem do PIB". (...) "O que isso sugere é importante. Soluções radicalmente neoliberais para a corrupção, reduzindo o Estado a um mínimo na relação com as forças do mercado pode não ser eficiente ou necessário para combater a corrupção". (...) "Isso ocorre porque o limite entre o Estado e o mercado existe, não importa o quão pequeno é o Estado, e é nesse limite que a corrupção floresce". (...) "O fato de que Estados relativamente grandes como são Dinamarca, Finlândia, Suécia, Noruega e a Holanda estejam no topo da lista dos que se veem menos corruptos é um lembrete importante de que grandes Estados que abraçam a responsabilidade do bem-estar dos cidadãos podem ter níveis baixos de corrupção". (...) "Enquanto por outro lado, países que passaram por reformas neoliberais radicais, como a Rússia, podem ser altamente corruptos".

PAULO NOGUEIRA: "UM SISTEMA IGUALITÁRIO NÃO PODE SER ERGUIDO COM

## CORRUPÇÃO”

Em um excelente artigo divulgado no blog Diário de Centro do Mundo, Paulo Nogueira afirma que um sistema igualitário não pode ser erguido com corrupção. Disse ele: “No mundo, a maior tragédia é a desigualdade. Isto já se tornou um consenso. Do Papa a líderes políticos que se reúnem em lugares como Davos, é unânime a opinião de que não existe nada mais premente para o futuro da humanidade do que reduzir a iniquidade. E no Brasil, um país assolado por uma desigualdade abjeta há séculos, este não parece ser um problema grave. Ora, ora, ora. Quantas vezes você viu jornais e revistas fazerem uma campanha por uma sociedade mais igualitária? Nunca. Quantas vezes você vê denúncias de corrupção, todas, aliás, voltadas contra um lado só, e muitas delas sem nenhuma consistência? Inúmeras. Isso ocorre por uma conveniência mesquinha das famílias que controlam a imprensa. Elas são beneficiárias da desigualdade. Lucram com ela, e copiosamente. A família mais rica do Brasil é a Marinho. Atacar a desigualdade significa extirpar privilégios dos barões da mídia e da classe que representam e defendem. Portanto, nem uma palavra”.

Nogueira conclui: “Não que a corrupção seja desimportante. Mas é cínico não dizer que a corrupção, numa sociedade, é tanto maior quanto mais iníqua ela é. Não à toa, os países menos corruptos do mundo, os escandinavos, são também os mais igualitários. Não se tolera, ali, roubalheira. Apanhado, você vira um pária. Um sistema igualitário simplesmente não pode ser erguido com corrupção. O fundamento dele é a transparência, a integridade, a frugalidade – tudo, enfim, que se opõe à corrupção”.

### **Aldo Fornazieri: “Vargas e Lula são os dois líderes nacionais que mais imprimiram um sentido ético à nação, no sentido de tentar unificá-la em torno do propósito de uma sociedade justa e do bem estar coletivo”**

Jornal GGN – 16/01/2017

Título original: A perseguição a Lula e a destruição do sentido ético

Na peça Galileu Galilei, Bertolt Brecht estabelece uma polêmica acerca do sentido e do significado do herói. Em conversa com seu secretário Andreas o sábio italiano enfrenta a angústia de defender a verdade de que a Terra não é centro do sistema planetário sabendo que a Santa Inquisição lhe ceifaria a vida ou de negar a verdade e continuar mantendo a dádiva da vida. Andreas, jovem idealista, incita o mestre a defender a verdade da evidência científica argumentando que a possível morte o tornará herói. Entre as ponderações dos argumentos, Andreas declara: “Pobre do povo que não tem herói!”. Ao que Galileu responde: “ Não Andreas. Pobre do povo que precisa de herói!”.

Brecht adota o partido de Galileu, mas penso que se enganou. A tese interpretativa da negação do herói sustenta que um povo que precisa de herói não é um povo liberto. É um povo escravo de fato ou escravo da ignorância e do medo. Sustenta-se que a liberdade é uma atitude coletiva que se isenta da necessidade do herói. Muitos marxistas esposaram a tese de Brecht, mas não Gramsci, por exemplo, que compreendeu perfeitamente não só a importância do herói, mas também a força simbólica do mito que deveria ser encarnada na ideia de partido como moderno príncipe sem, contudo, suprimir o papel do líder, do herói no sentido da sua individualização.

Não há uma oposição entre o papel do herói e a construção de uma vontade coletiva. Aliás, não há registro na história dos povos que indique o surgimento de uma potente vontade coletiva transformadora sem a existência de um líder-guia, de um herói. A preponderância de um e de outro - herói ou vontade coletiva - depende muito das circunstâncias, da cultura de cada povo e das virtudes presentes em um

ou na outra. Os gregos antigos, por exemplo, enfatizaram sobremaneira a importância do herói. Já, na República romana, os líderes destacaram a vontade coletiva do povo e suas virtudes como a força de construção de um sentido grandioso de Roma, criando uma das primeiras teorias do destino manifesto.

De qualquer forma os heróis desempenharam um papel fundamental para referenciar as atitudes humanas, as atitudes de um povo. E, mesmo neste mundo liquefeito de hoje, neste mundo da impermanência, eles continuam a desempenhar um papel positivo. É verdade que existe mais de um modelo de herói e, na tipologia grega clássica, temos praticamente uma antípoda entre Aquiles que faz grandes feitos, pela sua ousadia, e morre jovem para projetar-se na memória eterna dos humanos e Ulisses que, com sua prudência, enfrenta todo tipo de adversidade, mas chega a uma velhice triunfante.

O herói é um portador de virtudes - coragem, ousadia, prudência, etc. - mas, acima de tudo, como referência moral da conduta do povo e dos cidadãos e como referência ética que orienta o sentido de futuro da cidade ou da nação, ele se define também pela exemplaridade de seus atos e de sua conduta. Atos e condutas exemplares são o amalgama que unificará e agregará o povo e será o fundamento da lei justa que, em grande medida, substituirá a própria função do herói, já que o povo encontrou o seu fundamento moral e ético.

O herói expressa também um recurso simbólico extraordinário, capaz de mobilizar energias e princípios nos momentos de crise ou nos momentos de realização de elevados empreendimentos coletivos. Quase todos os povos têm seus heróis e seus líderes significativos, mal ou os bem, lançam mãos a esses recursos simbólicos. Não por acaso, em seu discurso de despedida, Obama, em face a este momento angustiante em que vivem os Estados Unidos, recorreu duas ou três vezes aos Pais Fundadores.

### **As elites brasileiras e a destruição ética do país**

Costuma-se dizer que o povo brasileiro não tem heróis no sentido nacional, popular e político do termo. Há uma boa dose de verdade nisso. A singularidade da nossa desditosa história, a indigência da nossa formação política e cultural, a carência de movimentos nacionais e populares na nossa formação, fraqueza das nossas virtudes coletivas e as dos nossos líderes e, principalmente, a violência recorrente das elites e do Estado contra os movimentos e líderes que lutaram por direitos e bem estar coletivo constituem causas dessa carência de heróis. Em que pese tudo isto, existem, contudo, em nossa história, dois líderes que se

aproximam da ideia de herói no sentido nacional, popular e político do termo. Trata-se de Getúlio Vargas e de Lula. Claro que quando se fala de Lula há algo de problemático na medida em que nunca é possível dizer algo definitivo de quem está vivo. Mas, com essa ressalva, cabe reconhecer que Vargas e Lula são os dois líderes nacionais que mais imprimiram um sentido ético à nação, no sentido de tentar unificá-la em torno do propósito de uma sociedade justa e do bem estar coletivo. O termo “ética” aqui é empregado no seu senso aristotélico, vinculado aos fins públicos comuns do bem estar e da justiça.

Dito isto cabe observar que tanto Vargas, quando vivo e mesmo que morto, e Lula em vida, sofrem uma perseguição tenaz por parte de setores das elites. Ao querer se destruir sua representação simbólica quer-se destruir a sua expressão enquanto referencial do sentido ético do Brasil e de seu povo. Quer-se destruir aquela energia simbólica que pode ser fonte de emanação de lutas e mobilizações, no presente e no futuro, por mais direitos e justiça. Quer-se destruir o sentido orientador da ideia de igualdade na construção de uma sociedade mais justa e digna. A destruição de Vargas e de Lula é a destruição de uma reserva de combate, por mais contradições e paradoxos que ambos representem. O fato é que as elites brasileiras sequer suportam a presença e a simbologia de figuras como Vargas e Lula mesmo que em seus governos partes das elites tenham sido beneficiadas.

É também nesta chave compreensiva que se deve entender a perseguição impiedosa que o juiz Moro, o procurador geral da República Rodrigo Janot, os procuradores representados na figura de Deltan Dallagnol e setores da Polícia Federal e do Judiciário movem contra Lula. De todos os processos e indiciamentos contra o ex-presidente, até agora, não há razoabilidade em nenhum deles. A perseguição, as denúncias vazias, os vazamentos seletivos, contudo, estimularam o golpe-impeachment e promoverem danos irreparáveis a Lula.

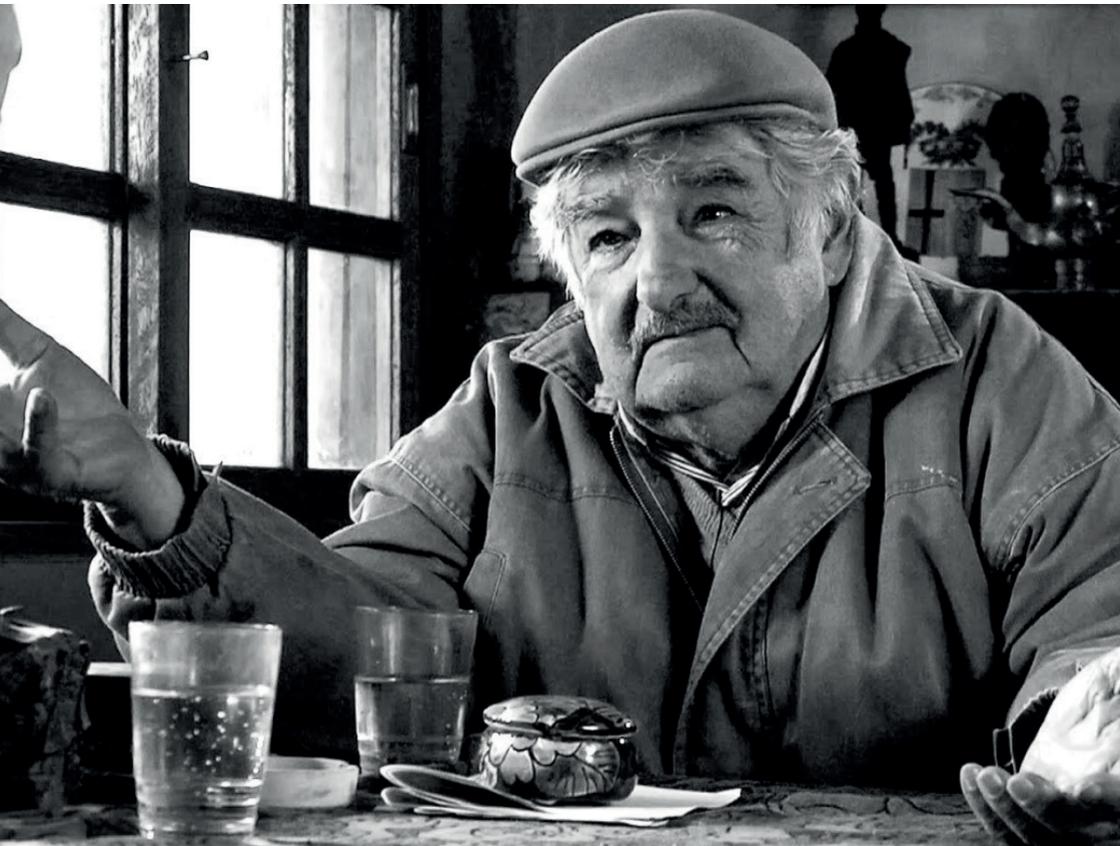
Como explicar a conduta desses agentes da persecução? Claro que existem interesses pessoais e políticos na perseguição, vaidades, ódios, rancores e frustrações. Mas esses agentes não deixam de ser a representação da violência atávica das elites brasileiras contra todo o sentido da construção ética de uma sociedade justa e igual e de tudo o que significa luta nacional e popular por direitos. Como serviçais das elites, esses agentes não deixam de se sentirem donos do Estado, donos dos instrumentos da violência concentrada, portadores de uma imemorial consciência dos privilégios patrimonialistas.

Direitos, justiça e igualdade e a constituição ética do Brasil e da sociedade, portanto, são ameaças aos interesses, ao poder e ao mando das elites e de seus agentes.

De tempos em tempos promovem uma degola das conquistas alcançadas através das lutas. É isto que se está vendo neste momento com o governo Temer. Nestes surtos violentos e destrutivos da agregação social e do sentido ético, agridem também com mais violência as representações simbólicas dessas lutas e dessa construção. Os movimentos sociais e políticos progressistas precisam compreender que quando se trata de democracia, direitos, liberdade, justiça e igualdade nunca há uma garantia definitiva. A manutenção das conquistas e sua ampliação requer lutas e mobilizações permanentes.



**Parte 5 - O sentimento de igualdade e a defesa de uma vida austera como uma forma de vida, de ser de esquerda na prática. Como diz Pepe Mujica: “Os governos republicanos deveriam se parecer cada vez mais com seus respectivos povos na forma de viver e na forma de se comprometer com a vida”**



## **José Prata Araújo: A população tem razão. O nível de profissionalização e de privilégios da política no Brasil é uma aberração**

Facebook – Maio de 2015

Atualizado e modificado em 13/12/2017

Não se trata de um documento maniqueísta. Sempre estive vinculado no PT a um campo político, desde o final da década de 1990, muito crítico a alguns aspectos do modelo político atual, como na questão dos privilégios legislativos. Mas nunca cheguei a realizar uma crítica global a este modelo de profissionalização da política brasileira. Neste sentido, trata-se de um documento crítico, mas também autocrítico. A minha “ficha caiu”, como dizemos, em relação à profundidade da crise que enfrentamos. Tenho observado, atentamente, a crítica feita pela sociedade a este modelo político, nos depoimentos publicados e nas mídias sociais, e minha ida para as ruas, nas campanhas eleitorais e em outros momentos, tem me deixado angustiado com o repúdio da população à política e, especialmente, ao PT. O mandato Marília Campos tem se destacado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dentre outros aspectos, pelo amplo combate aos privilégios. Mas esta agenda, de enorme apoio popular, não tem apoio expressivo sequer no interior da esquerda, que prefere ter um certo desgaste na sociedade do que abrir mão de verbas que considera fundamentais para o exercício político.

Existe em todo o mundo uma crítica cada vez mais contundente à profissionalização da política. Políticos não formam uma classe social e os parlamentos não podem ser transferidos em sindicatos classistas, voltado, com grande prioridade, para a defesa dos interesses de seus associados. Um exemplo de crítica contundente à profissionalização da política vem do ex-presidente, José Mujica, do Uruguai. Mujica disse: “Os que gostam muito de dinheiro, precisam ficar longe da política, porque se não terminamos hipotecando a confiança das pessoas. Uma sociedade, para que funcione, necessita acreditar em algo”. José Mujica, em discurso na ONU, em 2013, afirmou que os governos republicanos deveriam se aproximar da forma de vida dos seus povos: “Não foram as repúblicas criadas para vegetar, mas

ao contrário, para serem um grito na história, para fazer funcionais as vidas dos próprios povos e, por tanto, as repúblicas que devem às maiorias e devem lutar pela promoção das maiorias". (...) "Seja o que for, por reminiscências feudais que estão em nossa cultura, por classismo dominador, talvez pela cultura consumista que rodeia a todos, as repúblicas frequentemente em suas direções adotam um viver diário que exclui, que se distância do homem da rua". (...) "Esse homem da rua deveria ser a causa central da luta política na vida das repúblicas. Os governos republicanos deveriam se parecer cada vez mais com seus respectivos povos na forma de viver e na forma de se comprometer com a vida". (...) "A verdade é que cultivamos arcaísmos feudais, cortesias consentidas, fazemos diferenciações hierárquicas que, no fundo, amassam o que têm de melhor as repúblicas: que ninguém é mais que ninguém". O sociólogo Boaventura Souza Santos analisa o movimento "Podemos" da Espanha e ressalta que o igualitarismo é também uma de suas características. Dentre as bandeiras do novo partido está: "ser político não permite que se ganhe mais que o salário médio do país".

Claro que a profissionalização da política e os enormes privilégios existentes têm consequências dramáticas para a política, especialmente para as correntes de esquerda, que são mais comprometidas com as transformações sociais. Isso porque, em vez de mudar a política vai se adequando à política vigente. Em vez de mudar o Estado vai se adequando ao estado de coisas existente. Não poderemos enfrentar o núcleo duro dos privilégios privados sem enfrentar de forma corajosa os grandes privilégios públicos. Os partidos políticos, mesmo os de esquerda, como o PT, ficam sem autoridade política para comandar reformas mais profundas sem romper com o nível de profissionalização da política no Brasil que é uma aberração.

Tratamos neste texto de temas muito polêmicos, mas como diz Fernando Brito, do blog Tijolaço, "a política, sem polêmica, é a arma das elites". Trato de seis pontos basicamente: a) dos enormes privilégios salariais, previdenciários e outros dos parlamentares no Brasil; b) a enorme quantidade de servidores não concursados (comissionados e temporários) colocados à disposição do sistema político no Brasil; c) a liberalização da terceirização das atividades fins do serviço poderá acabar de vez com os concursos públicos; d) das emendas individuais ao Orçamento Público, que desvirtuam o papel do Poder Legislativo; e) a remuneração "cheia" dos vereadores, inclusive de pequenos e médios municípios, implantada pela ditadura militar; f) o gigantismo dos mandatos parlamentares e do raquitismo das estruturas dos partidos políticos, resultado do da fragmentação do sistema de lista aberta.

### 1-Salário médio do deputado no Brasil é de 16,8 vezes o salário médio da população; nos EUA, a relação é de 3,3 vezes

Matéria publicada no jornal O Tempo, de 01/03/2015, indica os seguintes salários anuais dos parlamentares, em reais, pelo mundo afora: Japão (752 mil); Estados Unidos (496 mil); Austrália (480 mil); Brasil (438 mil); Itália (438 mil); Noruega (346 mil); Alemanha (315 mil); Reino Unido (295 mil); Argentina (230 mil); França (211 mil); Suíça (204 mil); México (178 mil); Uruguai (165 mil); Espanha (126 mil). Além da remuneração, os parlamentares contam no Brasil com auxílio-moradia, mesmo os que moram em casa própria; diárias; passagens aéreas; e outras verbas extras; além de sistemas especiais de previdência.

Em todos estes países, a remuneração dos deputados está na faixa de duas a quatro vezes a remuneração média dos trabalhadores. Vejamos a comparação dos Estados Unidos com o Brasil: lá os trabalhadores têm renda média anual de R\$ 151 mil contra remuneração 3,3 vezes maior dos parlamentares de R\$ 496 mil. No Brasil, a renda média anual dos trabalhadores é de R\$ 26 mil contra remuneração 16,8 vezes maior dos parlamentares de R\$ 438 mil. A esquerda, em especial o PT, que tem na igualdade social seu principal valor político e moral, não pode ficar indiferente a esta situação. A matriz do liberalismo no mundo é muito mais igualitária do que o Brasil. Por isso, é necessário que se rediscuta e se coloque limites para a remuneração dos parlamentares no Brasil.

### 2-Sistema político no Brasil tem 2,565 milhões de servidores à disposição, sendo 657 mil comissionados e 1,908 milhão de temporários “permanentes”

**Tabela 1. Servidores não concursados nos municípios, estados e União**

Nível de governo	Comissionados	Temporários não concursados	Total por nível de governo
Municípios	515 mil	1,315 milhão	1,830 milhão
Estados	120 mil	570 mil	690 mil
Governo Federal	22 mil	23 mil	45 mil
Total geral	657 mil	1,908 milhão	2,565 milhão

Fonte: IBGE: servidores estaduais (dados de 2014); servidores municipais (dados de 2015). Os dados do governo federal foram extraídos do Ministério do Planejamento e os temporários os dados são de 2012.

Segundo o IBGE, temos no Brasil 657 mil comissionados de indicação política e outros 1,908 milhão de servidores “temporários” também admitidos sem concurso, e, na maioria dos casos, sem processos seletivos públicos. No total, portanto, temos em todo o país 2,565 milhões de servidores não concursados, o que faz de nosso país um dos que têm a maior profissionalização da política dentre as grandes democracias do mundo. Ao contrário do que muitos pensam, as maiores distorções não estão no governo federal, mas nos municípios e na gestão de todos os grandes partidos – PSDB, PMDB, PT, DEM, PSD, PDT, PSB, PTB, PP, e demais partidos com representação forte nas prefeituras. Nos municípios são 515 mil comissionados e outros 1,315 milhão de temporários sem vínculos, o que totaliza 1,830 milhão de servidores não concursados. Em seguida, temos os estados, com 120 mil comissionados e 570 mil temporários, totalizando 690 mil servidores sem concursos. E, finalmente, temos o governo federal, com 22 mil comissionados e 23 mil temporários, totalizando 45 mil servidores não concursados. Muitos comissionados são efetivos, mas, ainda assim, são escolhidos por critérios políticos. Nas democracias europeias, como França, Itália, Inglaterra, Alemanha, os partidos também fazem nomeações políticas para cargos nos governos. Mas os nomeados são poucos e não passam de 300 a 500 servidores em cada país. Não temos os dados referentes a Estados e municípios nos países europeus, mas, com certeza, a nomeação de servidores por critérios políticos é também muita restrita.

O advogado Luiz Alberto dos Santos, um estudioso na questão dos serviços públicos, e ex-assessor do PT na Câmara Federal, afirma em um trabalho sobre os servidores de livre nomeação no Brasil: “A existência de cargos de confiança é inerente ao regime democrático, em que aos dirigentes eleitos confere-se certo grau de liberdade para compor as estruturas de comando. Embora essa seja uma necessidade para o governo imprimir sua marca à gestão e permitir que o comando político exerça controles verticais mínimos sobre a burocracia de carreira, trata-se de um mecanismo que, empregado sem critério, dá margem a sérias distorções”. Esta visão é acertada. Nas democracias é correto que os partidos eleitos tenham certa liberdade para compor as estruturas de comando, mas é preciso a adoção de critérios restritivos para evitar distorções.

Portanto, para melhorarmos a política no Brasil é preciso também fazer uma substituição bastante ampla dos servidores de livre nomeação por servidores concursados. Além disso, é preciso definir claramente o que são servidores temporários, não os deixando ocupar cargos efetivos, que devem também ser ocupados por servidores concursados. E para as atividades claramente temporárias, é preciso a

adoção de processos seletivos públicos para garantir condições mínimas para que todas as pessoas concorram em igualdade de condições a tais vagas.

O ex-ministro Mangabeira Unger é um crítico dos cargos comissionados, que junto com o financiamento empresarial das campanhas, ele afirma ser uma das causas da corrupção no Brasil. Ele afirma: "A política continua na sombra corruptora do dinheiro. Dinheiro não deve poder comprar político e governante. O financiamento privado das eleições é a primeira causa, direta ou indireta, de corrupção na política brasileira. A segunda causa é a ocupação do Estado por gente nomeada pelos governantes". (...) "A solução é organizar o financiamento público não só dos partidos, mas também dos candidatos avulsos e independentes. Permitir contribuições privadas apenas de pequeno valor, até o máximo de cinco salários mínimos. Insistir que no horário eleitoral da televisão, que é onde se gasta, desnecessariamente, a maior parte do dinheiro das campanhas mais importantes, só possa haver fala de candidato diante de fundo simples. Para completar a obra: começar a substituir a grande maioria dos cargos comissionados, de indicação política, por carreiras de Estado". Temos restrições às candidaturas avulsas e independentes, porque elas enfraquecem os partidos, mas, no geral, as posições de Mangabeira Unger estão corretas.

### **3- Terceirização irrestrita no setor público poderá colocar a disposição do sistema político 7,2 milhões de cargos de servidores efetivos em todo o país**

Se a terceirização irrestrita no setor público não for barrada, o Brasil colocará à disposição dos prefeitos, governadores e presidentes todos os 7,2 milhões de cargos de servidores concursados que temos atualmente (são 3,9 milhões de estatutários nos municípios, 2,7 milhões nos estados e 645 mil na União), que serão indicados politicamente à medida que os atuais servidores concursados forem se aposentando. Ou seja, prefeitos, governadores e presidentes poderão montar empresas terceirizadas, diretamente ou através de aliados, e poderão indicar os seus parentes, amigos e demais apadrinhados políticos para ocupar todos os cargos das atividades-fim, sejam professores, médicos, advogados, assistentes sociais, engenheiros, servidores administrativos. Isso sem falar das empresas estatais, onde poderá também ser implementada a terceirização irrestrita e cancelados os concursos públicos. Vamos virar uma República do 'QI', o famoso 'Quem Indica'. Defendemos a política e os partidos políticos, que são fundamentais em uma democracia. Mas em uma democracia consolidada, como nos países europeus, os nomeados política-

mente são poucos e não passam de algumas poucas centenas em cada país. Assim também deveria ser no Brasil, com poucos indicados politicamente e a esmagadora maioria sendo admitida através de concursos públicos para cargos permanentes e, através de processos seletivos públicos, nos casos que a Constituição permite, a contratação temporária.

Ronaldo Fleury, procurador-geral do Ministério Público do Trabalho - MPT, afirma: "O projeto de lei aprovado vai afetar a renovação dos servidores públicos. Tirando as carreiras de Estado, como os membros do Ministério Público, magistratura e a diplomacia, simplesmente acaba com o serviço público. Não vai ter mais concurso público, porque todos esses serviços poderão ser terceirizados". (...) "Isto vai acontecer nas três esferas de governo, na União, estados e municípios. E vai permitir a volta do nepotismo, do apadrinhamento político, a corrupção por meio de contratos de terceirização. É o que fatalmente ocorrerá. Porque o político, o procurador ou quem quer que queira contratar um filho precisaria apenas criar uma empresa terceirizada, o órgão que ele trabalha será o contratante. Então é o fim de todo trabalho de combate ao nepotismo". (...) "Essa lei vai fazer com que todos os concursados ou aqueles que pretendam fazer concurso tentem outra coisa. Talvez um apadrinhamento político para entrar por meio da terceirizada, porque essa lei libera que prefeitos, governadores, administradores simplesmente façam os contratos de terceirização e prestações de serviços, e toda a contratação seja feita por essas empresas. Essa lei permite que haja uma escola sem professores contratados, que haja uma montadora de automóveis sem um único montador de automóveis... Na verdade, vai contra o princípio do capitalismo. O capitalismo supõe capital e trabalho - vai ter só o capital, não vai ter o trabalho, porque vai ter o serviço do outro lado. Ou seja, teremos empresas que alugam gente, que têm lucro alugando gente" (Brasil de Fato, 2017).

#### **4 – Emendas individuais aos orçamentos desvirtuam os mandatos parlamentares**

As atribuições do Poder Legislativo podem ser resumidas assim: fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; auto-fiscalizar os atos do próprio Poder Legislativo; propor projetos de lei e outras iniciativas parlamentares em consonância com os interesses da sociedade; representar a sociedade junto ao Poder Executivo nas demandas por obras e políticas públicas. No Brasil, fruto da representação individualizada e pouco partidarizada do sistema de listas abertas, foi agregada uma

nova e decisiva função dos parlamentares: o de “fazedor de obras” nas suas bases eleitorais. Quando a emenda individual se transforma em obra (um ginásio, a reforma de um posto de saúde, o asfaltamento de uma rua, etc), o parlamentar se apresenta como quem fez as obras, omitindo que elas são dos governos (federal, estadual ou municipal), com recursos dos impostos que compõe o orçamento governamental. As emendas individuais são expressivas do ponto de vista financeiro: cada deputado ou senador tem até R\$ 15 milhões por ano, o que representa 15% dos investimentos realizados pela Prefeitura de Contagem, a terceira maior cidade de Minas.

Jorge Hage, ex-ministro da Controladoria Geral da União – CGU é um crítico das emendas individuais: “Sou totalmente contrário à existência das emendas orçamentárias individuais. Primeiro, porque tais emendas pulverizam o dinheiro público em pequenas obras de interesse público menor. Em segundo, fazem com que o parlamentar federal exerça um papel de vereador, quando ele deveria estar preocupado com os grandes debates nacionais. E, finalmente, porque tem sido esse o principal caminho para os desvios de dinheiro público que verificamos”. Agora, com o chamado Orçamento Impositivo, foi criada uma espécie de vinculação constitucional para as emendas individuais, como existe na saúde e na educação, por exemplo. O filósofo e comentarista político, Renato Janine Ribeiro, critica duramente o Orçamento Impositivo: “Foi aprovada a Emenda 86 à Constituição, aquela que celebrou a eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara. Seu espírito é simples: as emendas individuais de parlamentares ao Orçamento ficam preservadas de qualquer restrição pelo Poder Executivo. Este não poderá contingenciá-las ou deixar de pagá-las. Por isso, a emenda ficou conhecida como a emenda do Orçamento Impositivo, o que é quase sarcástico, porque impositivo agora é só o que se refere ao 1,2% do orçamento da União retalhado entre deputados e senadores – não os 98,8% restantes do Orçamento Geral da União – OGU”. (...) “A emenda chega a determinar que, se o beneficiário do recurso for um ente federado inadimplente com o Tesouro, mesmo assim ele deve receber o dinheiro – o que contradiz todos os preceitos de boa governança”.

### **5 - Remuneração “cheia” dos vereadores foi implantada pelo ditador Ernesto Geisel em 1997 para fortalecer a ARENA**

Até a ditadura militar, os vereadores não eram remunerados. A ditadura militar em 1969 mudou as regras constitucionais, que passaram a prever: “Somente farão jus

à remuneração os vereadores das capitais e dos municípios de população superior a duzentos mil habitantes, dentro dos limites e critérios fixados em lei complementar". No governo do general Ernesto Geisel, frente a crise política vivida pela ditadura militar, os militares para fortalecerem a ARENA (partido da ditadura) e para evitar um maior crescimento da oposição (PMDB), abriram as porteiras e permitiram a remuneração de todos os vereadores brasileiros, independente do tamanho do município. Uma lei complementar criou uma ampla indexação dos salários dos vereadores aos dos deputados estaduais.

O advogado José Paulo Cavalcanti explica: "Em vez de legisladores pagos com dinheiro público, grande parte dos países tem conselhos de cidadãos, formados por representantes das comunidades, que não recebem salário pela atividade. O cargo de vereador é, praticamente, uma exclusividade da legislação brasileira". (...) "Na grande maioria dos países, a figura do legislador municipal inexistente. Em seu lugar, há os chamados "conselhos de cidadãos", formados por representantes das comunidades e bairros, que geralmente trabalham sem remuneração ou ônus para os cofres públicos". (...) "Os conselheiros são escolhidos pela própria população e costumam reunir-se periodicamente para discutir temas relativos à cidade, numa pauta equivalente à que é cumprida pelos vereadores no Brasil". (...) "No entanto, nenhum deles sobrevive da política e sim das suas atividades profissionais. As reuniões acontecem em auditórios públicos, sem a estrutura física de uma Câmara Municipal, nem funcionários ou servidores comissionados à disposição".

A esquerda, historicamente, defendeu a remuneração dos parlamentares porque senão a representação política ficaria restrita aos ricos. Mas, é evidente, que a remuneração só tem sentido se vinculada à dedicação integral ao Parlamento, como é caso dos senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores de capitais e grandes cidades. Não tem sentido a "remuneração cheia" para vereadores de pequenas e médias cidades, que têm pouquíssimas sessões mensais. É a possibilidade de montagem de sistemas políticos municipais, que levou à constituição de centenas de municípios no Brasil, sendo grande parte deles inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Em um grande número de municípios a arrecadação própria não cobre sequer as despesas com os agentes políticos locais (prefeito, vice-prefeito e vereadores).

### 6- Sistema político atual: o gigantismo dos mandatos parlamentares e o raquitismo dos partidos políticos

Lula tem razão quando afirma: “A estrutura à disposição de um deputado é maior do que a de um diretório estadual do partido”. Isto acontece com todos os partidos com representação parlamentar e em todos os Estados brasileiros. Veja o caso de Minas Gerais: aqui, cada deputado estadual tem 24 funcionários e o Diretório Estadual do PT tem apenas 14 funcionários. Mas o que fazer? O PT é um dos poucos partidos que cobra contribuições mensais de seus parlamentares, o que explica, em grande medida, porque o partido tem uma representação bastante estável (poucos saem e ninguém, já tendo mandato, entra). Mas não podemos defender, pela evidente ilegalidade, o compartilhamento desta estrutura dos deputados – pessoal, infraestrutura - com os partidos políticos.

O PT precisa defender uma redução expressiva das assessorias parlamentares e este é um diálogo que o partido deve fazer com a população. A adoção do sistema de listas fechadas, poderá fortalecer em muito os partidos políticos. Mas não se pode aceitar que este modelo seja implantado sem rupturas com as estruturas do modelo atual de lista aberta, onde cada parlamentar, isoladamente, conta com um grande número de servidores de nomeação política para realizar o trabalho político junto as suas bases. No modelo de listas fechadas os partidos serão menos fragmentados e terão, para sobreviver, de serem mais agregadores dos interesses sociais. Neste novo modelo, as assessorias para mandatos fragmentados podem e devem ser substituídas por assessorias mais enxutas e coletivas vinculadas às bancadas partidárias, o que deve se combinar com o fortalecimento da capacidade de assessoria dos servidores efetivos das diversas casas legislativas. Mesmo que permaneça o sistema de lista aberta, o PT deve defender a redução expressiva das assessorias parlamentares.

## **Deputada Marília Campos tem compromisso antigo com a redução dos privilégios, como no caso da remuneração indireta dos parlamentares; indicação de cargos públicos; regimes de previdência; destinação de emendas individuais, etc**

Desde que iniciou uma militância partidária e institucional, depois de uma longa militância nos movimentos sociais, a deputada Marília Campos tem sido uma combatente dos privilégios políticos. Eleita vereadora, em 2000, em Contagem, e depois eleita deputada estadual em 2002, a petista se destacou ao devolver aos cofres públicos diversas verbas: a chamada verba paletó (14º e 15º salários); as sessões extraordinárias, que eram uma espécie de hora extra quando a sessão parlamentar era realizada à noite; e a chamada convocação extraordinária, que garantia um salário a mais quando realizada nas férias. Como prefeita de Contagem, Marília acabou com o apostilamento, mecanismo que mantinha a remuneração do cargo comissionado daquele servidor que voltava para o seu cargo original. Quando prefeita de Contagem, ainda, Marília Campos implementou, pela primeira vez, os concursos públicos massivos como previsto na Constituição de 1988. De um total de 8.956 não concursados (contratados e comissionados) em 2005, ficaram apenas 672 em 2012, uma redução de 93%. Para os cargos efetivos, foram realizados concursos, e, para os cargos temporários, foram realizados processos seletivos com ampla divulgação e participação dos interessados. Em todos os cargos que exerceu nunca contratou parente para trabalhar com ela, mesmo antes do nepotismo ser proibido na maioria dos casos.

### **Agora como deputada Marília continua recusando privilégios**

**Marília já deixou de receber R\$ 367.936,43, valor que deverá atingir R\$ 505.000,00 ao final do mandato.** A deputada Marília Campos (PT/MG), em três anos de Mandato - de fevereiro/2015 a dezembro/2017 - deixou de receber de auxílio moradia e diárias de viagem, o total de R\$ 367.936,43. Foram R\$ 144.522,09 de auxílio moradia e R\$ 223.414,34 de diárias de viagem. O auxílio moradia, de

R\$ 4.377,73 mensal, não é recebido porque a deputada petista mora em casa própria em Contagem e não tem sentido recebê-lo. As diárias de viagem, de R\$ 6.752,60 por mês, Marília Campos só recebe quando pernoita na cidade visitada. Muitas pessoas nos perguntam porque não fazemos doação para instituições de caridade das verbas que recusamos. Explicamos: estas verbas são para moradia e diárias de viagem e não podem ser aplicadas em outras finalidades não previstas legalmente.

Vale ressaltar que o PT exige de todos os seus candidatos a assinatura de uma Carta Compromisso com orientação clara: "Combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista". Pena que o nosso partido parece não levar isto muito a sério.

**Proposta de Marília acabou com a aposentadoria especial dos deputados estaduais.** Com a palavra a petista: "Em fevereiro de 2015, no primeiro mês de mandato, apresentei à Assembleia Legislativa um projeto de lei para acabar com a aposentadoria especial dos parlamentares mineiros. O projeto também estabelecia a isonomia entre a previdência dos deputados estaduais e a do INSS com a fixação do teto de R\$ 5.531,31 para as aposentadorias dos parlamentares. À época, tivemos um forte apoio da sociedade, mas quase ninguém acreditava na aprovação da proposta. Felizmente, as resistências iniciais foram vencidas, os debates avançaram e conseguimos. Como a apresentação desse tipo de projeto é uma prerrogativa do comando da Casa, a Mesa Diretora apresentou outro texto incorporando a maioria das propostas que eu havia feito. Esse texto foi aprovado em dois turnos e agora é a Lei Complementar 140/2016.(...) A partir da próxima legislatura, os deputados eleitos para primeiro mandato serão transferidos para o INSS, se vierem do setor privado. Aqueles que forem servidores públicos, ficarão em seus regimes de previdência de origem. Os atuais deputados, que se reelegerem, ficam como estão. E os parlamentares que quiserem receber um benefício maior terão que aderir, como qualquer outro assalariado, a um fundo de previdência complementar. O projeto aprovado pela Assembleia não é o ideal. Para melhorá-lo, cheguei a apresentar uma emenda passando para o INSS todos os deputados que ainda

não têm o direito imediato de aposentadoria. Essa emenda, no entanto, não foi aceita. Ainda assim, foi um avanço que estabelece uma maior isonomia e igualdade entre os políticos e os segurados do INSS. Além disso, em poucos anos, com as constantes renovações na Assembleia, todos os deputados serão segurados do INSS.(...) Se a política não é profissão, o mais correto é a vinculação dos deputados ao INSS em que deverão se aposentar pelas mesmas regras dos trabalhadores do setor privado: idade mínima, tempo de contribuição, regra de cálculo do benefício e teto de aposentadoria. Nós parlamentares não podemos ignorar que os cidadãos e cidadãs anseiam por um país mais justo e com maior igualdade social. Essa tem sido uma das marcas de meu mandato. A luta pela igualdade exige o combate aos privilégios. Mas, exige, também que não se permita nenhum retrocesso nos direitos já conquistados. É por isso que me oponho à reforma da previdência que, se aprovada, vai retirar direitos e será uma tragédia para os trabalhadores e para o povo.

O PT chegou a defender a vinculação dos deputados ao INSS no passado, conforme texto a seguir: "O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especial para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores. Para a aposentadoria parlamentar, não devem vigorar privilégios quanto à contagem do tempo e quanto ao valor do pagamento ou outros".

**Marília já poderia ter se aposentado desde novembro de 2015 pelo INSS pela Fórmula 85/95 e deixou de receber, em valores atuais, R\$ 154.000,00.** A deputada Marília Campos já pode se aposentar pelo INSS pela Fórmula 85/95 desde a aprovação da lei em novembro de 2015. Daquela data até o final de 2017, cerca de R\$ 154.000,00 deixaram de ser recebidos pela parlamentar. Com base nestes valores, é possível projetar que, ao final do mandato, serão R\$ 236.000,00 que a petista deixará de receber do INSS.

**Marília destina todas as emendas parlamentares para a saúde pública.** A deputada Marília Campos decidiu dar prioridade para a saúde nas verbas que dispõe como parlamentar: "Nós, deputadas e deputados estaduais de Minas Gerais, temos o que se chama 'emendas parlamentares individuais', a exemplo dos deputados federais e senadores. Decidi aplicar os recursos integralmente na saúde, que é o serviço público mais reclamado por quem votou em mim e por todos os

mineiros. A posição que defendo, até onde tenho conhecimento, é inédita no Brasil. Ao invés de aplicar os recursos públicos em ações fragmentadas de acordo com minhas conveniências políticas pessoais, decidi aplicar os recursos no fortalecimento da saúde, que todas as pesquisas indicam como sendo a grande prioridade da população. Nos quase três anos de mandato destinei R\$ 6 milhões para as ações de saúde do SUS em diversas cidades mineiras, o que dá uma média de R\$ 2 milhões por ano”.

Marília Campos conclui: “As atribuições do Poder Legislativo, conforme definido na Constituição Federal, podem ser resumidas assim: fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; auto-fiscalizar os atos do próprio Poder Legislativo; propor projetos de lei e outras iniciativas parlamentares em consonância com os interesses da sociedade; representar a sociedade junto ao Poder Executivo nas demandas por obras e políticas públicas. No Brasil foi agregada uma nova e decisiva função dos parlamentares: o de ‘fazedor de obras’ nas suas bases eleitorais. Quando a emenda individual se transforma em obra (um ginásio, a reforma de um posto de saúde, o asfaltamento de uma rua, etc), o parlamentar se apresenta como quem fez as obras, omitindo que elas são dos governos (federal, estadual ou municipal), com recursos dos impostos que compõe o orçamento governamental. As emendas individuais ao orçamento são ainda maiores na Câmara Federal e no Senado podendo chegar a R\$ 15 milhões por ano. Já que os recursos das emendas individuais não são meus, são recursos públicos, considero que a melhor forma então de aplicá-los é nas políticas públicas prioritárias para a população, como no caso da saúde de responsabilidade do SUS”.

**Marília não fez indicações políticas para o governo Fernando Pimentel.** A petista apoia o governo Fernando Pimentel, mas assume posição de austeridade, não indica servidores para o Governo Estadual e defende uma maior profissionalização da máquina pública através dos concursos públicos. A deputada tem apoiadores no governo estadual, mas que foram chamados pelos seus méritos e compromisso com o serviço público. Somente o PT que tem condições de liderar esta luta, como vem fazendo em Minas Gerais com massivos concursos públicos para substituição de servidores temporários não concursados. Somente na educação serão 60.000 servidores admitidos por concursos em quatro anos, sendo 15.000 a cada ano. E mais: é preciso disciplinar o que é exatamente “serviço temporário”, exigir prazo determinado para estes servidores e, sobretudo, realizar processos seletivos para estes cargos de tal forma que todo cidadão possa concorrer. E em relação aos co-

missionados, é preciso o estabelecimento em lei de restrições sérias para este tipo de nomeação, de tal forma que muitos cargos importantes possam ser preenchidos também por concursos públicos.(...) Lula disse certa vez que hoje nós, petistas, só pensamos em cargos. Esta é a realidade do PT e de todos os partidos brasileiros, como PSDB, PMDB, DEM, PSB e outros. Lula acertou no diagnóstico, mas faltou-lhe indicar o caminho. Não existe vácuo na política. Se os cargos de nomeação política continuarem existindo aos milhares, eles continuarão sendo preenchidos pelos partidos, inclusive pelo PT. Portanto, os cargos só não serão preenchidos se eles forem extintos e deixarem de existir.

**Marília mostra o contracheque.** Mensalmente, a deputada Marília Campos divulga seu contracheque nas redes sociais. No mês de dezembro de 2017, o valor bruto de seu salário foi de R\$ 25.322,25. Os descontos – imposto de renda, previdência e outros – foram de R\$ 8.962,01. O valor líquido recebido foi de R\$ 16.360,24.





**Gabinete da Deputada Estadual Marília Campos**

Assembleia Legislativa de Minas Gerais: Rua Rodrigues Caldas, 30, sala 213,  
Santo Agostinho, CEP 30190-921, Belo Horizonte, MG - Telefone: 31 2108-5445

Gabinete de Contagem: Avenida José Faria da Rocha, 3.171, sala 301,  
CEP 32310-210, Contagem, MG - Telefone: 31 2557-7679  
E-mail: dep.marilia.campos@almg.gov.br

**[www.mariliacampos.com.br](http://www.mariliacampos.com.br)**

E-MAIL: [dep.marilia.campos@almg.com.br](mailto:dep.marilia.campos@almg.com.br)  
FACEBOOK: [www.facebook.com/mariliacampos.contagem](http://www.facebook.com/mariliacampos.contagem)

**Marília**  **Campos**  
*Deputada Estadual*